



Ilustração de Angelo Agostini, retirada da obra *As Aventuras de Nho-Quim e Zé Caipora*,
Os Primeiros Quadrinhos Brasileiros, 1869 - 1883.

.....

O OCASO DO IMPÉRIO



Mesa Diretora

Biênio 2003/2004

Senador José Sarney
Presidente

Senador Paulo Paim
1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos
2º Vice-Presidente

Senador Romeu Tuma
1º Secretário

Senador Alberto Silva
2º Secretário

Senador Heráclito Fortes
3º Secretário

Senador Sérgio Zambiasi
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador João Alberto Souza
Senador Geraldo Mesquita Júnior

Senadora Serys Slhessarenko
Senador Marcelo Crivella

Conselho Editorial

Senador José Sarney
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-Presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim
João Almino

Carlyle Coutinho Madruga
Raimundo Pontes Cunha Neto

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 26

O OCASO DO IMPÉRIO

Oliveira Viana



Brasília – 2004

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 26

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2004

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – Brasília – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm](http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm)

.....

Viana, Oliveira, 1885-1951.

O ocaso do Império / Oliveira Viana. -- Brasília :

Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

174 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 26)

1. Império (1822-1889), Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 981.04

.....

.....

Sumário

APRESENTAÇÃO

Por Walter Costa Porto

pág. 9

PREFÁCIO

pág. 17

PRIMEIRA PARTE

Evolução do ideal monárquico-parlamentar

pág. 21

SEGUNDA PARTE

O movimento abolicionista e a Monarquia

pág. 63

TERCEIRA PARTE

Gênese e evolução do ideal republicano

pág. 81

QUARTA PARTE

O papel do elemento militar na queda do Império

pág. 111

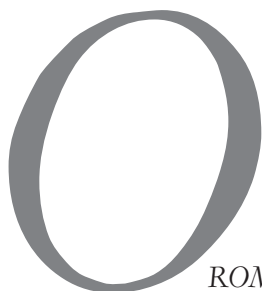
QUINTA PARTE

A queda do Império

pág. 151

.....

Apresentação



ROMANCISTA americano James Baldwin expressou, certa vez, a dolorida queixa de que todo escritor sentia que o mundo em que nascera era nada menos que uma conspiração contra o desenvolvimento de seu talento. Ele mostrou a assustadora indiferença com que se encarava a formação da obra, o modo como não poderiam ser dissociadas as coisas que feriram e as que ajudaram o artista e que este poderia ser estimulado de uma certa forma, exclusivamente, porque fora ferido de uma certa forma.¹

Se ainda vivo, Oliveira Viana falaria, decerto, de uma outra conspiração: a da posteridade. Aquela do silêncio ou da incompreensão que o futuro pode reservar mesmo a escritos que mereceram toda a acolhida e o respeito do seu tempo. O autor de *Populações Meridionais do Brasil* obteve, em vida, essa acolhida e esse respeito. Tido como nosso “primeiro sociólogo sistemático”,² ele recolheu na chácara afastada, em

1 BALDWIN, James, in Lynn, Kenneth S. (org.) *A sociedade americana*, Rio de Janeiro: Record, 1965, p. 249.

2 Quando Oliveira Viana se pôs a escrever, os estudos sociológicos no Brasil eram a selva. Hoje, graças em grande parte ao seu método rigorosamente científico, já temos uma sociologia brasileira. É marca de fábrica sua... “Ele é a obra-prima de nossa cultura sociológica”, escreveria, em 1942, Assis Chateaubriand. *O Jornal*. 12-2-42, in Torres, Vasconcelos, *Oliveira Viana*, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1956, p. 70.

Niterói, da Alameda Boa Ventura, o carinho da elite cultural de então: o assédio da imprensa – da Revista do Brasil, do Mundo Literário, do Correio da Manhã, do Jornal do Commercio, d'O Estado de São Paulo, dentre outros jornais – para tê-lo nas colunas; o entusiasmo de seus alunos na Faculdade de Direito de Niterói;³ a eleição para a Academia Brasileira de Letras; sua convocação, pelos “tenentes” revolucionários de 30, para que lhes preparasse um programa de ação⁴ e orientasse, no novo Ministério do Trabalho, a reforma social que pretendiam implantar; o convite de Getúlio Vargas, primeiro para o Supremo Tribunal⁵, depois, para o Tribunal de Contas, que aceitou.

*Mas, depois de sua morte, em 1951, se disse que a análise, apresentada em sua obra, “falsa nos seus métodos e nas suas conclusões” era “a mais tranqüila, a mais irrefreável, a mais descomedida apologética de uma classe, a cuja vaidade e a cujos interesses, no fim de contas, aquelas páginas vinham trazer uma contribuição que lhes parecia tão mais importante quanto a julgavam científica”.*⁶

A alguns dos reparos a Populações Meridionais do Brasil – que os primeiros povoadores paulistas não seriam tão opulentos, nem tão vastas as suas propriedades, nem tão ariana sua estirpe – pôde ainda responder Oliveira Viana: seus críticos eram gente que, deparando um arranha-céu, preocupava-se com um que outro parafusinho que, em andar alto,

3 “Sem os tropos, sem as poses declamatórias, sem mímica, sem o timbre metálico da voz de Alberto Torres, consegue arrebatá-lo os ouvintes. Alunos de outras séries vêm ouvi-lo... Hoje é dia de Oliveira Viana, falavam. A assistência crescia desmesuradamente e muita gente ficava de pé.” Torres, Vasconcelos, ob. cit., pp. 47/48.

4 Entre as sugestões de Oliveira Viana, adotadas pela Constituição de 1934, estavam a unificação da Justiça e do processo, a instituição de conselhos técnicos, a constituição do estatuto de funcionários e a obrigação de concurso para provimento de cargos públicos, uma legislação eleitoral única, de caráter federal. E como ele acreditava que o problema político fundamental do País não era – como na Europa e na América – o do voto, propôs ainda, sem êxito, o censo alto como critério de capacidade eleitoral do cidadão nas eleições para presidente, deputados federais e estaduais, reservando o sufrágio generalizado apenas para a formação de conselhos municipais. V. Viana, Oliveira, *Problemas de Política Objetiva*, Rio de Janeiro: Record, 1974, pp. 179 e segs.

5 À lembrança de Vargas, para designá-lo ao STF, respondeu Oliveira Viana: “Estou muito velho, Senhor Presidente, para estudar Direito Civil.” In Torres, Vasconcelos, ob. cit., p. 112.

6 SODRÉ, Nelson Werneck. *A Ideologia do Colonialismo*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 170.

*escondido de todos, estava mal-ajustado. Em verdade, insistia ele, “os objetivos deste livro não foram senão imperfeitamente compreendidos”.*⁷

Mas a abordagem racista do autor não pode ser, assim, minimizada, tantas são as suas referências encomiásticas a uma “aristocracia rural”, que se vai encontrar em Piratininga, como em um “recanto de corte européia”; a um “escol considerável de fidalgos de sangue”, a nos colonizar;⁸ a “uma única classe verdadeiramente superior do País”, formada pela alta nobreza fazendeira; às “falhas morais do baixo povo dos campos”; a uma “ralé absorvente”, uma “massa de mestiços ociosos e inúteis”; e, tantas as alusões “mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou pelo menos suscetíveis de arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do País”. Analistas dos mais isentos, entretanto – como, por exemplo, Maria Regina Soares de Lima e Eli Diniz Cerqueira, autores de uma das mais compreensivas análises da obra de Oliveira Viana – vão mostrar que a utilização, pelo autor, da variável biológica, especificamente o fator étnico, enquanto categoria explicativa, embora traço marcante em alguns de seus livros, vai-se tornando progressivamente residual em sua interpretação da realidade brasileira.

II

*Desde O Ocaso do Império, dirá Nelson Werneck Sodré que é um dos trabalhos mais fracos de Oliveira Viana.*¹⁰

O julgamento é severo. Se o livro não traz o brilho e a originalidade de outros textos do autor, é que duas circunstâncias laboram aí: o fato de a obra se destinar a compor, juntamente com mais dez monografias, projeto do Instituto Histórico do Rio de Janeiro para as comemorações do

7 VIANA, Oliveira, adendo à 4ª edição de *Populações meridionais do Brasil*, in Sodré, Nelson Werneck, ob. cit., p. 167.

8 Onde o reparo de Gilberto Freyre, em discurso pronunciado na Câmara, em 1950: “Foi o vigor do híbrido que na América continuou, ampliou e alargou a obra do colonizador português, aliás, nem sempre louro ou nórdico como pretendem o Professor Oliveira Viana, muitas vezes moreno, mouro e até negróide.” Freyre, Gilberto, *Quase política*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. 191.

9 LIMA, Maria Regina Soares de, e Cerqueira, Eli Diniz. O modelo político de Oliveira Vianna, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 30, pp. 88-89, jan. 1971.

10 SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 185.

centenário de Pedro II; e o fato de que nenhuma fase da História brasileira reuniu, como o segundo reinado, tal número de estudos fundamentais, desde as resenhas breves de Capistrano às sínteses de Sérgio Buarque de Holanda, culminando com os pontos mais altos de nossa bibliografia, Um Estadista do Império, de Nabuco, e A História de Pedro I, de Heitor Lira.

Embora, como expliquei, lhe tenha sido pedido o estudo dos acontecimentos operados entre 1887 e 1889, Oliveira Viana foi obrigado a recuar ao período entre a queda do Gabinete Zacarias, em 1868, e o manifesto republicano de 1880 para, a partir daí, descrever a evolução das grandes forças políticas que, em 1889, iriam derruir a desgastada estrutura imperial – o federalismo, o abolicionismo, o republicanismo, o militarismo.

Ele começa por mostrar, na evolução do ideal monárquico parlamentar, a reação contra o poder pessoal do Imperador. Sabe-se o quanto esse “despotismo” foi criticado, quanto foi, tantas vezes, denunciado o “lápiz fatídico” de seus despachos.¹¹

Como se sabe, o Império – pelo menos a partir de 1847, com a criação do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, e até 1889 – conheceu, se não um verdadeiro parlamentarismo, práticas parlamentaristas. Verdade que a Constituição de 1824 não respaldava tais experimentos, falando, antes, de uma separação entre o Legislativo e o Executivo e reunindo, em mãos do Imperador, os poderes Executivo e Moderador. E limitando a hipótese de dissolução da Câmara aos casos em que a exigisse “a salvação do Estado”. E note-se, também, ter sido incorreta, no caso brasileiro, a tradução da sugestão de Benjamin Constant do poder “neutro”, ou “real”: segundo o artigo 98 da Constituição do Império, o Poder Moderador era “a chave de toda a organização política”. Para Constant, a chave de toda a organização seria a distinção entre o poder neutro e o Poder Executivo.¹² Lembre-se, ainda, a observação de Afonso Arinos

11 “O Imperador”, conta Heitor Lyra, “lia tudo, fosse qual fosse a natureza do assunto. Os comentários, as notícias ou os artigos que mais o impressionavam, costumava marcar com uma cruz ao lado do respectivo resumo, com o célebre lápis fatídico.” Lyra, Heitor, *História de D. Pedro I*, Rio de Janeiro: Nacional, 1939, v. 2, p. 142.

12 Ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo: Difel, 1903 a 1978, t. II, v. 5, p. 70.

de Melo Franco, de que, no texto francês, a palavra *clef*, utilizada pelo constitucionalista belga, “não quer dizer chave, em português, e sim fecho, no sentido de fecho de abóbada”. Para Arinos, a distinção não é bizantina, pois que “a tradução que nos parece certa dá muito mais a idéia de apoio e coordenação do que de intervenção e imposição, como a idéia da chave, que abre qualquer porta”.¹³

A começar por essa deformação, a prática do parlamentarismo no Império findaria defraudada, para muitos de seus críticos, pela inexistência de verdadeiras consultas eleitorais, pela rotatividade artificial dos partidos no Governo; e o poder pessoal do Imperador terminaria justificado, em um despotismo esclarecido que visava repetir, em uma nação “composta de bacharéis gárrulos e povo ignorante”, no dizer do Visconde de Pedra Branca, uma democracia parlamentar à inglesa.

Consciente desse jogo, o Imperador manteria, segundo Oliveira Viana, uma atitude de paternal e displicente imparcialidade para com os dois partidos; e fazia o revezamento das agremiações ou governo conforme o tempo de sua estada no poder, realizando assim, “com sua equanimidade, o que o povo, com sua incapacidade democrática, não sabia realizar”.

III

Oliveira Viana discorre sobre o grande movimento em favor da descentralização e da Federação, que começou a acentuar-se depois do golpe imperial — com o afastamento do Gabinete Zacarias; sobre a incompatibilidade, ao menos histórica, entre a Federação e a Monarquia; sobre a Abolição, como “o fator mais eficiente na generalização da idéia republicana”. Insiste sobre as origens exógenas do sistema parlamentar, da eleição direta, da Federação, do pensamento abolicionista, da própria República.

Mas é no exame da questão militar que se detém com mais perspicácia e se expõe a outros reparos dos analistas de hoje.

Para Raimundo Faoro,¹⁴ por exemplo, o dissídio entre o Exército e o Trono vinha de longe. Desde a Colônia até a grande crise de 7 de abril de 1831, a força armada era um ramo da aristocracia,

13 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1972, p. 30.

14 FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder*, Porto Alegre: Globo, São Paulo: Edit. da USP, 1975, pp. 470 e segs.

*atraídos os seus membros dentre os descendentes dos servidores monárquicos. Nos meados do século XIX, no entanto, os recrutados à força e os voluntários, depois de algum tempo nas fileiras, poderiam se matricular na Escola Militar e atingir o oficialato. É para contrabalançar a categoria ascendente que se cria a Guarda Nacional, igualando-se os oficiais desta, conforme a lei de 18 de setembro de 1831, “em nobreza aos da tropa de linha”. Perdida, assim, a importância social do Exército, a aristocracia o abandona e busca a Guarda Nacional e os postos políticos. O isolamento, a desconfiança, o desdém viriam, então, acentuar o espírito corporativo militar. No testemunho de Taunay, a desconsideração do Trono para com o Exército, “um tanto suspensa durante a guerra quinquenal do Paraguai”, se agravou, depois dela, e os despeitos e desgostos, acumulados de 1870 a 1880, fariam o militarismo superar a “bacharelocracia”.*¹⁵

Oliveira Viana vai, no entanto, explicar os protestos militares como o resultado da extrema receptividade das Forças Armadas às explorações e intrigas de nossa “politicagem de casaca”. Explorações e intrigas que teriam êxito em função “do sensível espírito de corpo” e do “vivo pundonor profissional” dos militares.

Depois de examinar a teoria do “cidadão fardado” – que pretendia justificar o direito de oficiais militares fazerem política, de serem, na arena política, cidadãos iguais a quaisquer outros – e de indicar como criava ela uma situação de desequilíbrio entre os de farda e os de casaca, ao se estabelecer um conflito entre eles, Oliveira Viana mostra a incompatibilidade radical entre a psicologia do militar e os princípios pelos quais se desenvolve, no país, a ação partidária. A causa do desequilíbrio, para ele, repousaria no sentimento muito vivo da dignidade da farda e em uma extrema sensibilidade, dos militares, às ofensas.

Talvez se devesse atentar, aí, mais do que a um pundonor pessoal, a uma diversa perspectiva sobre a própria matriz da atividade política; a um entendimento distinto sobre os conflitos, que formam o tecido natural da vida comunitária. A política é, em verdade, o modo de administrar, de superar, de postergar conflitos. A guerra se inicia quando a política termina. Adaptado e formado para essa segunda fase, o militar

15 TAUNAY, Alfredo D’Escagnole. *Memórias*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, p. 76.

não pode encarar os partidos, como na lição inglesa, a divergir, somente, com relação às diferentes “policies”; ou entender que mesmo as separações ásperas e graves desacordos sobre aspectos setoriais ocorrem paralelamente a um consenso sobre o travejamento final do Estado. O modo pelo qual, na história mais recente do Brasil, foram postos obstáculos ao triunfo do partido da oposição, em casuísmos sem conta que deram à agremiação oficial o papel de “partido dominante”, na terminologia de Duverger, dá bem a idéia do quanto os militares encaram os oponentes políticos não como eventuais adversários, mas como inimigos a afastar do cenário e a esmagar.

Maio de 1990.

WALTER COSTA PORTO

.....

Prefácio

D

EU-ME o nosso Instituto Histórico, de que sou parte mínima, a incumbência de, na comemoração que ele fez do centenário do nascimento de D. Pedro II, historiar os últimos dias do seu grande reinado, cujas fases anteriores, a do início, a da expansão, a do esplendor, a da glória, ele havia distribuído sabiamente a dez das suas maiores competências.

Dando-me o encargo de dizer do Império na sua fase pré-agônica, quando já mergulhado nas sombras do seu ocaso melancólico, a velha instituição científica teve mais uma vez o sentimento muito exato dos valores humanos: era justamente à mais obscura das suas expressões intelectuais que devia caber a missão de historiar a vida e os acontecimentos do longo reinado bragantino nesta sua última fase, que era a do seu crepúsculo...

No plano das onze monografias projetadas, a mim cabia, com efeito, o estudo dos acontecimentos operados entre 1887 e 1889. Cabia a mim, portanto, surpreender a questão militar e a efervescência militarista no seu ponto climatérico; a mim ainda, apanhar a campanha abolicionista no momento mesmo do seu triunfo; a mim, finalmente observar a velha estrutura do Império no instante mesmo da sua sideração e da sua queda.

Cedo, porém, reconheci a impossibilidade de me manter dentro dos extremos prefixados pelo Instituto. No pequeno campo histórico que me fora destinado, vinha confluír uma série de acontecimentos, cada qual

mais importante, mas cuja significação senti que era impossível apreender, se me conservasse rigorosamente adstrito aos estreitos limites impostos à minha investigação. Dentro daquele curto período de 1887–1889, o que via era como que um epílogo, exprimia apenas as últimas ondulações tumultuárias e encruzilhadas de um complexo movimento social, cujas primeiras revelações tinham de ser buscadas em épocas incomparavelmente mais distantes.

Realmente, nenhuma das grandes forças, que determinaram a queda do Império, se havia gerado dentro do período de 1887–1889; todas tinham as suas manifestações iniciais fora daquele limitado espaço histórico: o abolicionismo, o republicanismo, o federalismo, o militarismo. Este partia de 1870 – pelo menos. O pensamento abolicionista recuava ainda mais – aos primeiros dias do Império. O espírito republicano e federativo, esse vinha ainda de mais longe – mergulhava em cheio as suas raízes no período colonial. Tive, pois, de desobedecer ao plano estabelecido pelo Instituto e remontar a fases anteriores, na pesquisa das causas primeiras daquele extraordinário acontecimento.

Esta pesquisa das causas primeiras poderia me levar, de inferência em inferência, muito longe – porque a lógica do historiador é como aquele hipopótamo de uma fantasia de Machado de Assis: tem a fome do infinito e tende a procurar a origem dos séculos. Era preciso evitar este inconveniente fatal, antes de tudo, aos leitores. Resolvi então procurar um ponto do nosso espaço histórico, tal que me permitisse, sem penetrar as origens remotas, determinar e isolar as causas mais aparentes do grande acontecimento.

Esse ponto encontrei-o – e é o pequeno período que vai da queda do Gabinete Zacarias em 1868 ao manifesto republicano de 1870. Neste período está o ponto de partida de todo aquele movimento político, que haveria de epilogar-se a 15 de novembro, com a destituição do Gabinete Ouro Preto e a queda do 2º Império. Fixei-me nele – e foi dentro desse horizonte mais dilatado que tentei descrever, nas suas linhas gerais, a marcha evolutiva das grandes forças políticas que derruíram, em 1889, a velha estrutura imperial.

Digo das “forças políticas” porque somente delas trato neste volume. Das outras, as econômicas e as sociais principalmente, não é aqui a melhor oportunidade para estudá-las. Eu me reservo esta análise para

quando, ultimando a série dos meus ensaios, iniciados com as Populações Meridionais, sobre a origem e a formação da nossa nacionalidade, tiver que estudar, na Introdução à História da República, a sociedade brasileira sob o novo regime e fazer a crítica das nossas realidades contemporâneas.

Há duas espécies de história — disse um dos nossos grandes espíritos: a história dos fatos e a história das idéias. Por isso mesmo há duas espécies de historiadores: os que historicam fatos e os que historicam idéias. Neste livro, eu procuro, de preferência, historiar idéias. Daí a escassez dos dados biográficos e dos dados cronológicos neste ensaio, em que tento descrever a evolução da mentalidade das nossas elites no momento justo em que passam da grande ilusão monárquica para a grande ilusão republicana. O meu objetivo neste volume é, por isso, definir, de uma maneira precisa, o papel exercido na queda da monarquia pela idéia liberal, pela idéia abolicionista, pela idéia federativa, pela idéia republicana e pelas fermentações morais que determinaram as chamadas “questões militares”.

Estas constituíram para mim um ponto extremamente delicado de análise; mas, dada a autenticidade dos fatos estudados, não creio que se possa acusar de excessiva a severidade com que julguei o papel do elemento militar nas nossas agitações políticas. Neste ponto, como em todos os outros que são debatidos neste volume, penso ter feito obra de absoluta imparcialidade julgadora.

É possível que, nestas páginas, muitos grandes homens apareçam sem aquelas amplificações que a perspectiva histórica cria, muitos heróis se mostrem despidos do nimbo luminoso com que a tradição os havia coroado. Mas, que importa isto? O essencial é que o juízo seja justo e assente em fundamentos de verdade. O papel do historiador é justamente este: realizar essa obra de reintegração dos valores, depondo dos altares santificadores os falsos ídolos e pondo neles os benfeitores dos povos, os criadores reais da sua história, em suma, os verdadeiros heróis, espoliados por aqueles intrusos na legitimidade do seu direito à glória.

Teresópolis, 1925.

OLIVEIRA VIANA

Primeira Parte
Evolução do ideal monárquico-parlamentar

I. LUTAS ENTRE AS DUAS SOBERANIAS: A DO PRÍNCIPE E A DO POVO. CONSTITUIÇÃO DO REGIME PARLAMENTAR. – II. O PAPEL DO PRÍNCIPE. FUNÇÃO DO PODER MODERADOR. – III. O REGIME PARLAMENTAR NO BRASIL. O PONTO CRÍTICO DA SUA EVOLUÇÃO: O GOLPE IMPERIAL DE 1868 E A QUEDA DO GABINETE ZACARIAS. EFEITOS DESSE GOLPE. – IV. SOLUÇÃO DA CRISE MINISTERIAL SUSCITADA: ASCENSÃO DO PARTIDO CONSERVADOR. O CARÁTER ANTIPARLAMENTAR DESTA SOLUÇÃO. REAÇÃO LIBERAL CONSEQÜENTE. – V. O TRAÇO CARACTERÍSTICO DESSA REAÇÃO; HOSTILIDADE CONTRA O “PODER PESSOAL”. FONTES DE OPINIÃO: DIFICULDADE DO IMPERADOR EM SONDÁ-LAS. A OPINIÃO DOS PARTIDOS E A SUA FALIBILIDADE. – VI. O RECURSO DAS ELEIÇÕES: SUA FALIBILIDADE COMO FONTE DE OPINIÃO. – VII E VIII. A BURLA ELEITORAL. – RAZÕES QUE A JUSTIFICAM. – IX. A POLÍTICA ROTATIVA DO IMPERADOR, SUA RAZÃO DE SER. – X. IRRITAÇÃO DOS POLÍTICOS CONTRA ESSA POLÍTICA ROTATIVA. RAZÕES DESSA IRRITAÇÃO. – XI E XII. O MOVIMENTO DESCENTRALIZADOR E FEDERATIVO. – XIII. REAÇÃO NO PARLAMENTO E NA IMPRENSA. – XIV. D. PEDRO E OS SEUS MINISTROS. NOVAS CAUSAS DE IRRITAÇÃO. – XV. CONSEQÜÊNCIAS DESSA IRRITAÇÃO CONTRA O PODER PESSOAL: INDIFERENÇA OU HOSTILIDADE CONTRA A MONARQUIA E O TRONO. – XVI. A DESILUSÃO DAS INSTITUIÇÕES MONÁRQUICAS. ESTADO GERAL DOS ESPÍRITOS ANTES DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889.

.



I

MOVIMENTO reacionário, que se seguiu à queda de Napoleão e ao Congresso de Viena, havia criado para o Velho Mundo um estado de conflito permanente entre os representantes das dinastias, que as espadas da Santa Aliança haviam repostos nos seus tronos, e as massas populares, de cujas aspirações se faziam eco as assembleias parlamentares. Dinastias e Parlamentos lutaram, desde 1814, por mais de meio século, pelo domínio exclusivo dos aparelhos do governo político das sociedades. Os chefes de dinastia – reis, imperadores, príncipes – apoiados nos exércitos da Santa Aliança, recusavam-se a abdicar das suas velhas prerrogativas; julgando-se ainda donos, por direito divino, do governo dos povos, repeliavam o princípio da soberania popular como humilhante e incompatível com a sua dignidade de reis, cujo direito vinha não das massas, mas de Deus.¹

Os seus adeptos constituíam o partido dos “Absolutistas”, como então se dizia. Estes teóricos do Absolutismo repugnavam ao regime das Constituições escritas, em que o Príncipe aparecia com poderes limitados. Para eles, o Príncipe não devia conhecer outro limite ao seu arbítrio, senão o que ele a si mesmo estabelecesse. Os seus adversários,

¹ V. Henri Sée – *L'évolution de la pensée politique en France au XVIII^e siècle*, 1925; – *Les idées politiques en France au XVII^e*, 1923.

nutridos da ideologia da Revolução, pensavam de outra maneira, de maneira inteiramente oposta. Negavam aos Príncipes, repostos pela Restauração, este direito exclusivo ao governo, e contra eles afirmavam o direito do povo, de quem esses próprios Príncipes não deviam ser senão mandatários. Os Parlamentos eleitos pelo povo, estes sim é que eram o centro da soberania nacional: eles, em nome do povo, é que elaboravam Constituições, a que os Príncipes deviam obedecer.

Os partidários deste sistema chamavam-se “Constitucionalistas”, e a sua filosofia política tomava o nome de “Constitucionalismo”, em torno do qual tanta retórica, escrita ou falada, se despendeu.

O Constitucionalismo – reação contra o autocracismo do antigo regime – tinha, como se vê, por pressuposto fundamental a soberania do povo, ou melhor, a democracia representativa. Portanto, implicava um regime de sufrágio, ou apenas generalizado, ou mesmo universal. Pelo sufrágio, o povo escolhia o Parlamento, e este, como órgão da vontade do povo, fazia sentir ao Príncipe esta vontade. O Príncipe, está claro, não tinha outra coisa a fazer senão obedecer.

O Constitucionalismo aparecia assim associado à Democracia. O Príncipe não tinha apenas os seus movimentos regulados pelos preceitos de uma Constituição; estava também obrigado a ouvir, atender e executar a vontade do povo. Este é que era o verdadeiro governo – o Demos Soberano.

Entretanto, pôr um Príncipe diante de uma Constituição e de um Parlamento não parecia a estes espíritos liberais bastante para assegurar a efetividade da supremacia da opinião do povo sobre a opinião do Príncipe. Este, de posse dos aparelhos executivos do poder, podia, com efeito, não dar ao Governo a orientação desejada pelo povo, expressa no voto das maiorias parlamentares e, neste caso, o princípio da soberania do povo ou do Parlamento estaria burlado. Era preciso então, para maior garantia do princípio democrático, engenhar um expediente capaz de separar da pessoa do Príncipe o Poder Executivo – e este expediente foi o “Governo de Gabinete”.

No Governo de Gabinete, o Poder Executivo reside não no Príncipe, mas num órgão coletivo, o ministério, a cujos membros incumbem as diversas funções da administração e do governo. Segundo as boas praxes deste sistema, o ministério deve ser formado de elementos

procurados entre os próprios membros do Parlamento, e não deve ser uma reunião heterogênea de titulares, mas um conjunto harmônico e unificado, representando um pensamento comum, um “programa de governo”. Há para isto, em cada gabinete ou ministério, um agente unificador, que é o “Presidente do Conselho”.² Este é que representa o pensamento do Gabinete perante o Parlamento. Entre estes dois centros de força está o Príncipe, também outro centro de força, armado de um grande poder, de um outro poder – o Poder Moderador – O conjunto destes três poderes cooperantes é que constitui o sistema parlamentar de governo.

II

Há dois pontos delicadíssimos neste sistema de governo. Um é o das relações entre o Gabinete e o Parlamento; outro, o da atitude do Príncipe perante o Gabinete e o Parlamento.

No tocante ao primeiro ponto, o Gabinete deve ter o apoio e a confiança do Parlamento, isto é, da opinião numericamente preponderante nele. É uma condição *sine qua non* para que ele possa obter os meios de governo e fazer passar as medidas necessárias à execução do seu programa. Desde que o Parlamento lhe retira a confiança, isto é, desde que o Gabinete deixa de ter maioria no Parlamento, dá-se o conflito: e chega então a vez de o Príncipe intervir.

É precisamente este ponto o mais melindroso. Logicamente, a conduta do Príncipe não poderia ser outra senão organizar um novo Gabinete de acordo com o novo pensamento dominante no Parlamento. Nem sempre, porém, o Parlamento reflete a imagem fiel da opinião atual do povo. Circunstâncias imprevistas, fatos novos, operados dentro do interregno eleitoral, podem produzir uma modificação na opinião pública, sem que esta modificação se ache revelada no Parlamento, ou mesmo este, pelo jogo íntimo dos interesses partidários, pode afetar uma opinião, sem que esta opinião seja, entretanto, um reflexo da opinião do povo.

O tato do Príncipe está justamente em distinguir estas duas hipóteses e dar ao conflito uma solução convinável. Se ele julga que a opinião do Parlamento é expressão da opinião do povo, concede demis-

2 V. Tavares de Lira – *A presidência e os presidentes do Conselho dos Ministros*.

são ao Gabinete e forma um outro Gabinete com elementos da opinião preponderante no Parlamento. Em regra, esta solução do conflito equivale a uma modificação na situação dos grupos partidários perante o poder – e à formação de um novo Gabinete pode corresponder a queda do partido a que pertence o Gabinete demissionário, isto é, a ascensão do partido oposto, ou de um outro partido.

O Príncipe, entretanto, pode não demitir o Gabinete, pode conservá-lo, se presume que a opinião parlamentar não é exatamente o reflexo da opinião popular. Neste caso, concede ao Gabinete a dissolução do Parlamento e, por meio de uma nova eleição, sonda ou consulta a opinião do país. O novo Parlamento dará, pela opinião da sua maioria, o sentido real da opinião do povo e será então de acordo com esta opinião que o Príncipe organizará o novo Gabinete.

Não se podia, pois, engenhar nada mais perfeito como sistema de democracia representativa. O regime parlamentar é um mecanismo justo, exato, maleabilíssimo, sorte de aparelho de precisão, maravilhosamente apto a marcar, como observava Nabuco, não só as horas, mas mesmo os minutos da opinião.

O papel do Príncipe neste sistema constitucional é o de uma força reguladora, ou antes, de um agente de conciliação e reajustamento das duas peças do sistema: o Parlamento e o Gabinete – o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Reajustar o Parlamento ao povo e reajustar o Gabinete a este Parlamento, assim previamente reajustado ao povo – eis a função suprema do Príncipe no regime parlamentar. É nisto que consiste o “reinar” da fórmula britânica: “O rei reina, mas não governa.”

Esta função de reinar não é, portanto, uma função passiva e meramente decorativa; é, ao contrário, uma função ativa, delicada, que exige muito tato, muita penetração, muita sagacidade, um senso muito vivo do valor dos homens e um agudo instinto da psicologia das multidões; mas, principalmente, uma certa filosofia latitudinária em política, um certo indiferentismo às opiniões dos partidos – e também uma aceitação muito completa do princípio da soberania do povo.

Esta última condição é essencial – porque, se o Príncipe não aceita integralmente esta soberania, se faz sentir *também* a sua vontade no governo, isto é, se, além de reinar, quer também governar, não existe

mais regime parlamentar – e estamos desde então no sistema absolutista, embora temperado.

Esta subordinação completa do Príncipe à vontade do povo, os ingleses, na sua insularidade geográfica e histórica, só a conseguiram estabelecer depois de lutas muitas vezes seculares. Na Europa Continental, os Príncipes se mostraram por muito tempo intratáveis sobre este ponto e, embora aparentando condescender com o princípio democrático, nunca se limitaram a reinar apenas, nunca se resignaram a abandonar inteiramente as suas velhas prerrogativas ao governo do povo.

Daí conflitos vivíssimos e prolongados, que tiveram, na França e na Espanha, principalmente, as suas manifestações mais sangrentas.

Só depois de 1860 pode-se dizer que o princípio democrático – o princípio do governo da opinião – entrou inteiramente nos costumes políticos e parlamentares da Europa em geral. Daí em diante – com exceção apenas da Rússia e da Alemanha –, os golpes de estado do Príncipe passaram a escassear e, quando vinham, já causavam funda surpresa, espanto, indignação, um mal-estar tamanho que o próprio Príncipe se sentia, depois dele, como que moralmente deslocado e constrangido.

É que por esse tempo já se havia formado entre os povos europeus o que se podia chamar uma “consciência parlamentar”, a cujos ditames Príncipes, gabinetes, Parlamentos, todos procuravam obedecer, de bom grado ou a contragosto, pouco importa, mas sempre com a possível exatidão.

III

Estas considerações são necessárias para a exata compreensão do golpe de 1868, que deu por terra com o Gabinete Zacarias.

Este fato – a queda dos liberais chefiados por Zacarias – é decisivo para o prestígio das instituições em nosso País. Pode-se dizer que o grande processo de desintegração do sistema monárquico data daí – e isto pela maneira singular por que se operou a modificação da situação parlamentar, em perfeito contraste com as idéias dominantes no nosso ambiente político por aquele tempo, reflexo, por sua vez, das idéias dominantes no ambiente político do mundo.

Na verdade, o golpe de 68, com o ser talvez o mais fecundo em conseqüências políticas, foi também o mais singular dos nossos gol-

pes políticos. O Partido Liberal estava no poder desde 62 – e, num país de liberdade política apenas *on paper*, sabe-se bem o que podia significar isto. É o mesmo que dizer que o Partido Liberal detinha todas as situações nos municípios, nas províncias, no centro: e a Câmara liberal de 68, tão tocantemente unânime, era apenas uma alta expressão da tocante unanimidade liberal que existia por todo o País, graças aos recursos torcionários da lei de 3 de dezembro – lei que os liberais, quando apeados do poder, combatiam vigorosamente e, quando instalados no poder, aplicavam vigorosamente, ao modo dos conservadores.

O Gabinete decaído tinha como presidente Zacarias – e este fato teve uma importância enorme nos acontecimentos. Zacarias era o que se chamava então, com certa ênfase, um “homem de partido”. Hoje, quando já não existem partidos, ele seria apenas o que costumamos chamar, no sentido vulgar da expressão, um “político”, diferindo dos demais políticos nisto: que estes fazem “política” em pequeno estilo, e afirmando, e Zacarias fazia “política” em grande estilo, e negando.

No fundo, por maior que fosse a sua cultura, por mais longo e freqüente o seu trato com os grandes problemas nacionais, Zacarias nunca conseguiu libertar-se inteiramente da sua primitiva mentalidade de homem de clã e via sempre tudo, mesmo as idéias mais sérias e altas, através do ângulo estreito do espírito de partido. Di-lo Nabuco belamente:

“Sua existência política pode ser comparada à do religioso, a quem são vedadas as amizades pessoais e que se deve dedicar todo à sua Ordem, obedecer só à sua regra. O partido era a sua família espiritual: a ele sacrificara o coração, a simpatia, as inclinações próprias; ele podia dizer da política o que se disse da vida espiritual, que o mais repulsivo dos vícios é a sentimentalidade. Não havia nele traço de sentimentalismo; nenhuma afeição, nenhuma fraqueza, nenhuma condescendência íntima projetava a sua sombra sobre os atos, as palavras, o pensamento mesmo do político. A sua posição lembrava um navio de guerra, com os portalós fechados, o convés limpo, os fogos acesos, a equipagem a postos, solitário, inabordável, pronto para a ação.”

Vê-se que faltava a Zacarias a mentalidade do homem de Estado. Foi talvez um grande chefe de partido, mas é certo que nunca foi, nem podia ser, um estadista. O verdadeiro estadista, como observa um biógrafo de Hamilton, pratica a política da colmeia, ao passo que os “políticos” praticam outra política – a política da abelha. No primeiro, tudo se subordina ao interesse coletivo. Nos segundos, tudo se subordina ao interesse individual. Zacarias, é claro, não se inclui entre os primeiros, mas não seria justo incluí-lo entre os segundos, fazendo-o um desses tipos de políticos que, como de Aaron Burr, disse Oliver, procuram, antes de tudo, na colmeia o mel – e isto porque Zacarias, apesar do seu partidarismo, era pessoalmente desinteressado e, em matéria de honestidade, absolutamente intangível. Zacarias poderá figurar entre os que praticam a política da colmeia, desde que o conceito da colmeia seja o do partido e não o da Pátria. Na relativa estreiteza, não diremos do seu espírito, que era alto e amplo, mas do seu coração, ele não via, ou melhor, não sentia nada além disso que formava o grêmio de seu partido: os horizontes da Pátria eram muito extensos para o alcance da sua afetividade.

No período crítico da Guerra do Paraguai, a sua atitude para com Caxias é perfeitamente demonstrativa da sua incapacidade moral ou afetiva para sentir outro interesse que não o interesse do seu partido. Ela dá a medida exata da mentalidade de Zacarias como homem de Estado, como dá a medida exata da sua incapacidade para praticar a política da colmeia, quando a colmeia é a pátria e não o partido. Feijó, Bernardo ou Paranhos teriam procedido diversamente; mas estes já pertencem a um outro tipo de homens, ao grupo dos gigantes políticos do molde hamiltoniano ou bismarkiano.

Este espírito excessivamente partidário de Zacarias iria revelar-se mais uma vez – e já agora de modo fatal para o seu partido – no incidente de 68, de que resultou a demissão do Gabinete de 3 de agosto, por ele presidido.

É sabido como se passou o fato. Na lista tríplice de senadores pelo Rio Grande do Norte, ao lado de dois ilustres desconhecidos, viera Sales Torres Homem, grande orador e grande escritor, senhor de um dos mais luminosos e cultos talentos da sua época. Dizia-se dele, que trazia na cabeça a chave de todos os problemas nacionais – no que há evidentemente uma boa dose de ilusão, porque Torres Homem per-

tencia à classe dessas belas inteligências, feitas para o idealismo e a imaginação, mais artísticas do que positivas, mais literárias do que científicas, para quem uma bela frase vale bem uma bela ação e uma palavra eloqüente é sempre a rainha do mundo – *regina rerum oratio*, à boa maneira romana.

O Imperador – que não tinha ódio aos homens de talento, como Domiciano aos homens de bem – preferiu escolher Sales Torres Homem. Era justo que o fizesse, tanto mais quando os dois outros concorrentes eram entidades se não inteiramente anônimas, pelo menos razoavelmente anônimas. Zacarias, entretanto, discordou, porque tinha um certo ressentimento de Torres Homem. Objetou que não julgava “acertada a escolha”; sugeriu a de Amaral Bezerra, figura obscura, mas chefe provincial do partido de Zacarias. Nunca disse por que não julgava acertada a escolha do Imperador; naturalmente, porque sentia que os motivos não eram dos mais elevados, nem recomendaria muito aos olhos da posteridade a sua proverbial austeridade de Catão, censor implacável das faltas e erros alheios.

O Imperador, mais uma vez, não atendeu a Zacarias. Sentindo-se desautorado, Zacarias apresentou a sua demissão, a demissão coletiva do Gabinete.

Neste caso é que se evidencia o espírito partidário de Zacarias. Vê-se como este grande homem – grande por tantas qualidades superiores de inteligência e de caráter – era, sob este aspecto, uma individualidade de segunda ordem, revelando uma mentalidade de chefe de clã de aldeia grande. Um dos atributos mais discredicionários do Poder Moderador era justamente a escolha dos senadores nas listas tríplexes. O poder dos partidos ia até a eleição – e era o bastante; mas a escolha de um dos eleitos era coisa do pleno arbítrio da Coroa. O que Zacarias pretendia era, nada menos, que a Coroa se fizesse partícipe do exclusivismo dos grupos partidários, com os seus odiozinhos, as suas picuinhas, as suas prevenções, os seus ressentimentos e, talvez mesmo, as suas guerrazinhas ao merecimento e à altivez.

Disse-se que o Imperador, por fim, acabou cedendo também neste ponto à ambição insaciável dos políticos e passou a escolher os senadores nas listas tríplexes segundo a indicação dos presidentes do Conselho; mas, se assim foi, ele cedeu com esta transigência lamentável o

que havia de mais liberal na bela faculdade que lhe fora outorgada pela Constituição.³ Num país como o nosso, onde o espírito de partidarismo é tão vivaz e absorvente que homens da respeitabilidade e do prestígio nacional de Zacarias não coravam de descer a mesquinhas manobras de politicagem contra os adversários, só a Coroa, fora dos partidos e das vicissitudes eleitorais, pela imparcialidade da sua visão alta e larga, no uso da bela prerrogativa constitucional, seria capaz de impedir que o mérito, o talento, a cultura fossem sacrificados à habitual intolerância e ao desdém dos nossos mandões politicantes, trouxessem eles os galões ridículos de brancos coronéis de aldeia ou ostentassem o chapéu de bico e o fardão vistoso de ministros da Coroa.

IV

Demissionário o Gabinete liberal de 3 de agosto, o Imperador ia usar a mais delicada faculdade do Príncipe no regime parlamentar: a da formação do novo Gabinete. Normalmente, como vimos, nesta contingência, ao Príncipe se abrem dois caminhos: ou ele constitui um Gabinete de acordo com a opinião dominante na Câmara, ou dissolve a Câmara, manda proceder às eleições e, de acordo com a nova opinião do País, revelada por essas eleições, constitui o novo Gabinete. Era o que faria o soberano na livre Inglaterra e foi o que fez – pelo menos, aparentemente – D. Pedro. Deu demissão ao liberal Zacarias e chamou para organizar o novo Gabinete o conservador Itaboraá. Depois, concedeu a dissolução da Câmara e mandou fazer eleições com o fito democrático de sondar a opinião. Realizada a sondagem, verificou-se então que a opinião do País estava toda ao lado dos conservadores – tanto que a nova Câmara era unanimemente conservadora, como a anterior era unanimemente liberal.

Em boa doutrina, nada havia que atacar na solução dada à delicada questão política suscitada pela demissão de Zacarias. O Gabinete Itaboraá passara a governar com uma maioria esmagadora. Os princípios do regime representativo parlamentar estavam assim perfeitamente ressalvados.

Estas, porém, as aparências; as realidades não eram propriamente assim. Zacarias demitira-se de uma maneira singularíssima, porque extraparlamentar. Não fora uma moção de desconfiança que o leva-

3 Tobias Monteiro – *Pesquisas e Depoimentos*, pág. 15. E também Oliveira Lima – *O Império Brasileiro*, 1928, cap. II.

ra a pedir demissão; a sua situação parlamentar era, no próprio dia da demissão, sólida, magnífica, indismontável: pode-se dizer que não tinha a maioria, mas a unanimidade mesma da Câmara!

Nesta, nenhuma agitação. Nenhum debate sério. Nenhum ponto de doutrina em jogo. Nenhum caso político ou administrativo. Nada: em toda ela a fisionomia calma, unida, espelhante de um lago em repouso.

Zacarias demitira-se por um motivo frívolo, personalíssimo, incompatível com a elevação de um homem de Estado, criando com a impertinência do seu capricho e a irritação do seu ressentimento uma crise política desnecessária ou, pelo menos, sem justificação no momento. Logicamente, dada a situação unanimemente liberal da Câmara, demitido Zacarias, caberia a um outro prócer liberal organizar o novo Gabinete. Entretanto, o Imperador chamou Itaboraí – e o novo Gabinete, que apareceu diante desta Câmara unanimemente liberal, era unanimemente conservador!

Não se podia conceber nada mais flagrantemente contrário aos princípios do regime parlamentar. O Imperador desta vez desdenhava, desprezava, repudiava, da maneira mais franca e acintosa, a opinião do Parlamento.

Enorme a surpresa, o espanto, a indignação da Câmara. José Bonifácio, grande e admirável orador, teatral e magnífico, esteve num dos seus grandes dias e a Câmara aprovou a seguinte moção de desconfiança:

“A Câmara dos Deputados vê com profundo pesar e geral surpresa o estranho aparecimento do atual Gabinete, gerado fora do seu seio e simbolizando uma nova política, sem que uma questão parlamentar tivesse provocado a queda dos seus antecessores. Amiga sincera do Sistema parlamentar e da Monarquia constitucional, a Câmara lamenta este fato singular, não tem e não pode ter confiança no Ministério.”

Fossem quais fossem os motivos que levaram o Imperador a esta atitude, o certo é que este seu ato determinou uma mudança geral no sistema de crenças e idéias dominantes no mundo político de então. Daí por diante começamos a assistir a um duplo fenômeno: a descrença progressiva nas virtudes do sistema monárquico-parlamentar e uma crescente aspiração por um novo regime, uma nova ordem de coisas. Cristiano Ottoni exprimiu este duplo fenômeno, vendo, no primeiro, “o

descrédito que a política lançara sobre as instituições” e, no segundo, “a evolução natural da idéia democrática”.

V

O traço característico desse grande movimento de opinião, que se seguiu ao golpe do Imperador contra os liberais em 68, era o de uma irritação viva, ardente, explosiva contra o “Poder Pessoal”, considerado pelos liberais como uma deturpação do Poder Moderador, que a Constituição confiava à Coroa. E a verdade é que esta irritação era inevitável, porque só os que ignorassem os nossos costumes políticos e a mentalidade dos nossos partidos poderiam supor possível que o Poder Moderador, supremo regulador do sistema parlamentar, pudesse funcionar aqui com a mesma perfeição com que funcionava entre os ingleses. Faltavam à nossa sociedade todas as condições para isto.

O Governo parlamentar, como já vimos, é essencialmente um governo de opinião, isto é, um governo cuja instituição num dado povo pressupõe a existência de uma opinião pública organizada. Ora, esta opinião pública organizada, capaz de governo, nunca existiu aqui, nem hoje, nem outrora; alhures, já o dissemos por quê.⁴

Havia – como ainda há hoje – uma opinião informe, difusa, inorgânica, que era a que se formava nos centros universitários, nos clubes políticos, nas sociedades maçônicas e principalmente na imprensa. Essa opinião, aliás, tinha sempre um caráter artificial, era quase sempre um reflexo americano das agitações européias. Só exprimia realmente o pensamento de uma pequena parcela das classes cultas do País. O Imperador não desdenhava de atendê-la – e assim o fez no caso da eleição direta, no caso da Abolição, no caso da Federação.

Esta opinião, de origem habitualmente exótica, em regra, nunca aparecia pura e estreme; sempre se mostrava, ao contrário, muito impregnada das animosidades do partidarismo, muito comprometida com o espírito de facção, para que se pudesse considerá-la sempre como um índice sadio da opinião nacional. E, justamente, por isso, ela devia ter constituído para o Imperador, todas as vezes que era obrigado a organizar novo Gabinete, um dos grandes motivos de perplexidade.

4 Oliveira Viana – *O Idealismo da Constituição*, Rio, 1927.

Esta perplexidade do Imperador não devia ser menor quando ele, no intuito de conhecer a opinião do País, buscava-a, ou tentava buscá-la, na opinião dos partidos. Porque os partidos políticos do Império, imponentes embora pela sua massa, não tinham propriamente uma opinião; eram simples agregados de clãs, organizados para a exploração em comum das vantagens do poder. Certo, houve aqui uma fase em que os partidos tiveram verdadeiramente uma opinião: foi o período da Independência, do 1º Reinado e da Regência. Depois dessa grande fase histórica, pode-se afirmar com fundamento que os partidos políticos não representavam realmente correntes de opinião; os programas que ostentavam eram, na verdade, simples rótulos, sem outra significação que a de rótulos.

O próprio liberalismo da Constituição tornara, aliás, difícil esta discriminação muito nítida das opiniões. Zacarias exprimiu muito bem este fato no seu discurso de 18 de junho de 1870, no Senado: “O argumento do nobre senador” – dizia ele – “envolve uma confusão de idéias manifesta: ‘O conservador no Brasil é necessariamente liberal, porque a Constituição do Brasil contém instituições santas, liberais; o conservador quer manter estas instituições; logo, é liberal’. O argumento podia ser invertido pelos liberais, dizendo: – ‘A Constituição brasileira contém instituições santas, liberais; o Partido Liberal quer mantê-las; logo, só o liberal é conservador’.”

Já em 53, aliás, a chamada “política da conciliação”, de Paraná, é uma prova do vago, do indefinido, do incerto contido nos programas dos dois grandes partidos do Império. O fato é que nenhum desses dois programas representava convicções definitivas e sinceras. Tanto que os liberais, quando no governo, agiam sempre de maneira idêntica aos conservadores: o inebriamento do poder como que os fazia olvidar os seus mais caros ideais, calorosamente pregados quando nas aguradas da oposição. O programa liberal era uma espécie de trombeta sonora, que os liberais só se lembravam de clarinar com fogo, com brio, com ímpeto, quando, como em 68, o Imperador os atirava momentaneamente no ostracismo. Então, todo o País acordava sob um estridor imenso de toques de alarma, de sonoridades marciais, de cânticos de guerra, chamando a postos as consciências ativas para a defesa da Pátria, da democracia e da liberdade. Desde o momento, porém, em que, ao aceno da Coroa, retornavam ao poder, cessavam de súbito o trombetear formidável – e passavam a ser... como os conservadores.

O caso de Sinimbu é típico. Em 77, quando na oposição, ele pronunciava estas palavras de altiva e nobre verdade:

“Temos uma missão mais elevada – e é educar a população. Ora, esta educação não pode ser feita senão pelo exemplo, que é a primeira lição, a primeira base de qualquer educação. O povo tem os olhos fitos nos seus homens de Estado e se ele os vê dúbios, contraditórios, incertos, oscilantes em suas idéias, perde-lhes a fé e a confiança.

Um ano depois, em 78, com a subida dos liberais, Sinimbu, chamado ao Poder, realiza uma das mais violentas reações antiliberais da nossa História política. Para esmagar o Partido Conservador, onipotente até à véspera, usou recursos tais de compressão eleitoral, que chegaram a levantar protestos dos próprios aliados, os republicanos.

Uma das provas, aliás, mais decisiva de que os programas partidários não tinham significação prática está em que as grandes reformas liberais – a eleição direta, a Reforma Judiciária, as leis da emancipação servil – foram todas obras realizadas pelos conservadores. Também os liberais, quando na oposição, acusavam a lei de 3 de dezembro de 1841 de ser o mais poderoso aparelho de compressão de que se poderia armar o Governo. Entretanto, durante o período de 62 a 68, em que estiveram no Poder, nunca acharam tempo para tocar nesta lei – e foi justamente manejando esse formidável aparelho de compressão e arbítrio que eles conseguiram aquela majestosa unanimidade de 68!

O Partido Conservador não agia de modo diverso. Para não abandonar o Poder, adiantava-se no caminho das inovações e apropriava-se das idéias pregadas justamente pelos liberais. Um conservador ortodoxo, Andrade Figueira, por ocasião da Lei Rio Branco, atacou com eloquência esse latitudinarismo doutrinário dos chefes conservadores e disse estas palavras cruéis:

“Pois um partido no poder há de renegar suas idéias e realizar as idéias dos seus adversários só pelo receio de que eles venham subir amanhã? O Partido Liberal, que explora o futuro, pode atirar-se a essas aventuras; mas o Partido Conservador, que marcha com passo certo, em caminho conheci-

do, não pode nunca dar passos imprudentes, só para evitar que os seus adversários subam ao Poder.”

Este mesmo latitudinarismo permitiu mais tarde aos conservadores uma mobilidade ainda maior nos movimentos de transigência. É Nabuco quem observa, referindo-se à Abolição:

“Quando a Monarquia se sentiu obrigada a tocar nesse ponto delicado da economia social, o partido ultraconservador, os antigos *saquaremas* do Rio de Janeiro, educados por Torres, Paulino e Eusébio, passaram todos estrepitosamente para a República.”⁵

Os dois velhos partidos do Império, como se vê, não tinham opinião, como não tinham programas. O objetivo era a conquista do poder e, conquistado este, conservá-lo a todo transe: nada mais. Era este o principal programa dos liberais – como o era dos conservadores.

Essa atitude dos dois grupos partidários fazia com que o Imperador acabasse convencido de que não podia encontrar na opinião dos partidos nenhum índice seguro das correntes interiores, que porventura animassem a consciência do País. – “Mas, Sr. Honório, onde estão os nossos partidos?” – perguntava, em 53, a Paraná.

No fundo, sente-se que ele dava uma importância pequena, ou mesmo, não dava importância alguma à opinião dos partidos. O golpe parlamentar de 68 é, na verdade, uma bela prova disto. Ninguém exprimiu melhor, e com maior conhecimento de causa, do que o próprio Zacarias, este estado d’alma do Imperador. Disse ele, com efeito, na sessão de 18 de junho de 1870:

“O conservador não respeita o liberal; o liberal não respeita o conservador; o conservador flagela o liberal; o liberal flagela o conservador – e o resultado é que a Coroa tem em má conta um e outro.”

VI

Havia, certo, o recurso das eleições. Em tese, dentro dos princípios de pura teoria do regime representativo, era este o mais legítimo

5 Nabuco – *Balmaceda*, pág. 38

processo de sondagem da opinião pública. O Imperador apelou para ele várias vezes, quando concedia a dissolução da Câmara. Foi o que fez em 68, quando chamou Itaboraí. Foi o que fez em 78, quando chamou Sinimbu. Num e noutro caso, tendo modificado a coloração política do Gabinete, dissolvia a Câmara e procurava informar-se da opinião do País por meio da coloração partidária do futuro Parlamento.

O processo eleitoral, entretanto, também não lhe dava nenhum índice seguro da opinião nacional. Só nos países de opinião organizada é que o processo eleitoral pode ser um meio eficaz de sondagem da opinião do povo; não num país como o nosso. Falta-nos espírito público. Falta-nos organização de classes. Falta-nos liberdade civil.

Realmente, espírito público nunca existiu no Brasil. Entre nós, a vida política foi sempre preocupação e obra de uma minoria diminuta, de volume pequeníssimo em relação à massa da população. O grosso do povo, levado às urnas apenas pela pressão dos caudilhos territoriais, nunca teve espírito político, nem consciência alguma do papel que estava representando.⁶ No Brasil, como observava Luís Couty, não existe *povo* no sentido político da expressão. E um espírito irreverente exprimiu uma vez este mesmo pensamento dizendo que aqui “povo é uma reunião de homens, como porcada é uma reunião de porcos”.

Organização de classes também não existia, como ainda não existe, capaz de dar ao processo eleitoral uma significação realmente democrática, à maneira britânica ou norte-americana. Durante o período imperial tínhamos, ainda mais do que hoje, uma estrutura social muito simplificada; de maneira que a vida política não se distribuía por vários centros da atividade, não se dispartia por várias classes ou grupos profissionais: concentrava-se quase toda numa classe única, que era a grande aristocracia territorial. Esta preponderância tão absorvente da grande aristocracia da terra fazia com que nem a classe média rural nem a plebe dos campos tivesse, ou pudesse ter, opinião. Demais, devido à extrema simplificação trazida à nossa estrutura social pelos grandes domínios in-

6 Oliveira Viana – Pequenos estudos de psicologia social (cap.: “Os fatores econômicos do absenteísmo eleitoral”).

dependentes,⁷ os interesses das classes populares rurais não estavam propriamente em oposição aos da aristocracia territorial; antes, acordavam-se. De modo que, no seio da população dos campos, não se podiam formar, como nunca se formaram, correntes de opinião desencontradas, capazes de revelar-se no processo eleitoral.

Nos grupos urbanos, por sua vez, a estrutura social era quase tão rudimentar como nos campos. Então, os conflitos de classes, próprios às sociedades de alta organização industrial, não tinham ainda razão de ser. Igualmente não se havia constituído aqui – como na Argentina da época caudilheira, segundo Sarmiento – nenhum antagonismo entre as populações dos campos e as populações das cidades.

Em síntese: pela grande simplicidade da nossa estrutura social; pela ausência de antagonismo de classes; pela feição acentuadamente patriarcal da nossa sociedade, a “opinião do povo”, sob o 2º Império, estava ainda em condição muito rudimentar. O processo de sondagem por meio das eleições não podia trazer, pois, ao Imperador nenhum elemento seguro de orientação.

Num povo sem educação eleitoral e de opinião embrionária, o processo de “consulta à nação”, próprio aos governos parlamentares, estava realmente condenado a ser, como sempre foi, uma pura ficção constitucional.

VII

Demais, a dissolução da Câmara para a consulta à Nação se havia transformado numa farsa ridícula, verdadeira burla – dada a corrupção do próprio processo eleitoral. Mesmo que o nosso povo tivesse opinião, a fraude não a deixaria revelar-se – e isto porque o partido que estivesse no poder ganhava sempre, e o partido que estivesse “de baixo”, na oposição, perdia sempre – tal como hoje. Nabuco, o velho, chegou mesmo a formular esta lei no seu famoso sorites:

“O Poder Moderador pode chamar quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria.”

7 Oliveira Viana – *Populações Meridionais do Brasil*, I, cap. VIII.

É que nos faltavam então – e ainda nos faltam agora – as condições necessárias para eleições livres. Uma dessas condições é precisamente que cada um dos cidadãos, cada um dos eleitores, tenha perfeitamente assegurada a sua liberdade civil – e era isto o que não acontecia aqui.

Em nosso País, com efeito, nunca existiram grandes tradições de legalidade, à maneira da Inglaterra, por exemplo, onde os preceitos da *common law* têm qualquer coisa de sagrado aos olhos das autoridades e aos olhos das multidões. Nem a Magistratura aqui teve jamais essa força, essa autoridade, esse prestígio, que punha uma tão confiada arrogância no coração do moleiro de Frederico, o Grande. Aqui, todos esses aparelhos protetores das liberdades individuais sempre funcionaram mal, deixando o homem do povo na iminência ou na atualidade dos golpes de vindicta dos poderosos.⁸ Cada homem do Sertão ou da Mata entre nós bem podia dizer como aquele camponês de Paul Louis Courier: *“Je suis malheureux: j’ai fâché monsieur le maire; il me faut vendre tout et quitter le pays. C’est fâi de moi, si je ne pars bientôt”*.

Era esta, na verdade, a condição das nossas massas populares sob a lei de 3 de dezembro de 41. É certo que a Reforma Judiciária de 71 assegurou um pouco mais os particulares contra o arbítrio das autoridades. Estas garantias, entretanto, continuaram a ser precárias; não passavam, afinal, de garantias no papel; na prática, os velhos costumes permaneceram – e estes asseguravam o mais completo absolutismo aos mandões locais.

Ora, pelo mecanismo da centralização, todos esses mandões locais estavam na dependência dos Gabinetes, ou mais exatamente, dos chefes de Gabinete. Este, por meio da poderosa máquina centralizadora, mobilizava à sua vontade esse formidável exército de tiranetes locais. Era debalde que as oposições tentavam lutar contra a força irresistível dessa compressão organizada.

“O Governo, expressão de um partido, tem o direito de intervir no processo eleitoral” – dizia, em 1840, Antônio Carlos. Esta doutrina absurda pode-se dizer que era a expressão do pensamento íntimo de todos os políticos no poder, tanto liberais como conservadores – e ne-

8 Oliveira Viana – *Populações Meridionais do Brasil*, I, cap. VIII.

nhum deles, tanto liberais como conservadores, deixou de aplicá-la integralmente. Só Saraiva, em 82, na execução da lei da eleição direta, desmentiu esta regra – o que lhe valeu uma ascendência imensa sobre todos os políticos do seu tempo.

O recurso da dissolução da Câmara, o expediente da “consulta à Nação” se havia transformado numa verdadeira burla, em que ninguém mais acreditava. Dissolvida a Câmara, já se sabia de antemão – com a certeza certa de uma previsão astronômica – que a nova Câmara vinha inteiramente à feição do novo Gabinete. Em julho de 68 caía o Gabinete Zacarias com uma Câmara unanimemente liberal. Esta Câmara, Itaboraí, conservador, dissolveu: a Câmara nova, eleita no mesmo ano, veio unanimemente conservadora! Em 1878 deu-se o contrário: foi o Gabinete conservador que caiu; substituiu-o um Gabinete liberal, o Gabinete Sinimbu; e a Câmara, soberbamente conservadora, dissolvida, voltou soberbamente liberal!

Certamente, reformas várias do mecanismo eleitoral procuravam pôr um óbice a estes desmandos da fraude – e a Lei Saraiva, que substituiu o velho sistema da eleição de dois graus pela eleição direta pareceu, à primeira vista, ter conseguido este grande objetivo.⁹ Mas a verdade é que nem esta lei nem as leis anteriores puderam contravir às artimanhas dos nossos *bosses* eleitorais. Estes sempre se mostraram inapreensíveis, intangíveis, invencíveis no prodigioso diabolismo das suas habilidades de prestímanos. Por mais cautelosas e casuísticas que fossem todas estas leis, eram nada diante dos truques sugeridos pela inventiva maravilhosa desses Fregolis da cabala.

VIII

O que aconteceu com o sistema da eleição direta é típico. Este sistema havia aparecido nos nossos meios partidários como uma criação miraculosa do engenho político. Todos os outros sistemas eleitorais, até então praticados, tinham falhado. Falhara a “Lei dos Círculos”, de 55. Falhara a reforma de 60, com os seus distritos de três deputados. Falhara a reforma de 75, que estabelecera o princípio da representação das minorias. Todas elas deixavam brechas por onde o Governo pudera insinuar-se,

9 Cf. Agenor de Roure – cap. IX, § I (*Contribuições para a Biografia de D. Pedro II*). E Tavares de Lira – Regime eleitoral (in *Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil*, V. I.).

impor a sua vontade e o seu arbítrio. Em suma, o sistema dos dois graus falhara: mostrara-se extremamente dócil à vontade do Poder.

O mal devia estar então neste sistema – e os espíritos mais impacientes voltaram-se, cheios de esperança, para o sistema da eleição direta. Houve um momento mesmo em que foi tamanho o entusiasmo pela eleição direta, tamanha a fé nas suas virtudes, que ela passara a ser, como confessava Sinimbu, não mais uma questão de partido, mas uma questão nacional: todo o País a reclamava!

O Imperador foi um dos primeiros a perceber isto e foi ele quem, com a sua alta autoridade, insinuou Sinimbu a agitar o problema e promover a sua solução parlamentar. Sente-se que ele se deixara tomar também do idealismo ambiente, que era, aliás, o idealismo do mundo. Porque o nosso movimento pela eleição direta não foi original, mas apenas uma prolação do movimento europeu neste sentido. Refletíamos os clamores dos partidos europeus e as aspirações que agitavam o Velho Mundo. Então, o sufrágio revelava ali uma tendência a generalizar-se, a aproximar-se cada vez mais das maiorias populares. Esta tendência atingia o seu máximo de intensidade justamente na época em que iniciávamos aqui, com o estímulo do Imperador, o movimento pela eleição direta. Esta contemporaneidade dos dois movimentos mostra o caráter meramente reflexo do nosso – e nossa esperança quase messiânica na eleição direta não era senão a esperança contemporânea de todos os povos civilizados no sufrágio universal. Estávamos na convicção de que o novo sistema eleitoral armaria o povo com uma arma invencível contra o arbítrio do Poder. Com o sufrágio direto, o Parlamento seria, não mais uma massa passiva de dependentes, saídos dos conluíus dos gabinetes ministeriais, mas uma legítima expressão da vontade nacional.

Coube a Saraiva a execução da lei de 81, em que se consubstanciara a grande aspiração nacional. Saraiva, ao contrário de Zacarias, não tinha o temperamento de um homem de partido: era uma natureza álgida, insusceptível ao fanatismo das grandes convicções e inapto às grandes vibrações do entusiasmo. Ninguém mais capaz de executar uma lei, em que a qualidade principal do executor seria o desprendimento, a fria imparcialidade, o sentimento da verdade pura. Zacarias, com o seu vivo sentimento partidário não a executaria, como não a executariam

Paulino ou Sinimbu, cuja compressão eleitoral de 78 enchera de surpresa, se não de espanto, a consciência do País.

Os resultados da nova lei foram surpreendentes. O nosso povo teve por um momento a impressão que havia encontrado nela a chave da sua liberdade política: pela primeira vez o Governo fora derrotado!

Para este magnífico êxito não contribuiu apenas a retidão e a imparcialidade de Saraiva: há que contar também com a intervenção direta do Imperador. Nada mais comprovativo da alta compreensão que o velho dinasta tinha da sua grande missão constitucional do que a sua insistente diligência junto a Saraiva, por ocasião da primeira experiência da lei de 80, e mesmo depois, junto a Dantas, nas eleições de 84. Quem ler hoje a correspondência dele com Dantas por essa época, não poderá deixar de sentir uma emoção como vida diante deste ancião, sobrecarregado das mil preocupações do seu cargo, mas atento aos menores detalhes e às menores providências, necessárias a assegurar uma execução perfeita àquela grande lei. – “O Imperador se tornou o fiscal-mor da oposição junto ao ministério, a ponto de Dantas considerar que aquela preocupação, por exagerada, quase redundava em preferência pelos adversários” – diz um historiador.

No fundo, D. Pedro sentia que o resultado bom ou mau da Lei Saraiva ia dar a prova crucial da excelência do velho regime. Soberano visceralmente democrático, cioso da sua dignidade de rei, mas não do seu direito divino, em que certamente não acreditava, ele não teria nenhuma repugnância em acatar a opinião do povo, desde que ela se lhe revelasse de uma maneira clara e insofismável, mandando às Câmaras uma representação que fosse a expressão legítima da sua vontade. Ele confessou, aliás, isto mesmo nas suas notas ao livro de Tito Franco.

O êxito inicial da Lei Saraiva foi devido, em parte, à ação conjugada do Imperador e do chefe do Gabinete; em parte, também, a este estado de exaltação generosa e idealista, que acompanha sempre a estréia das grandes reformas e sob a qual todos os pequenos egoísmos, todas as pequenas impurezas da nossa pobre humanidade como que se fundem ou se volatilizam.

Passada, porém, esta fase climatérica de exaltação, os homens retornam logo ao seu pequeno horizonte emotivo e mesmo, ao seu pequeno horizonte intelectual – e voltam a viver dentro do seu egoísmo

anterior. Por isso, como todas as outras leis, a dos círculos e do terço, etc., a Lei Saraiva também falhou. Nas eleições seguintes restauravam-se as velhas praxes opressivas. Nenhum dos homens do poder teve mais a abnegação de Saraiva. Nenhum mais se resignou a sofrer a provação da sua derrota. O Governo, como outrora, passou a ganhar sempre. A oposição, como outrora, passou a perder sempre. Voltaram as Câmaras unânimes e com elas o protesto, o clamor, o desespero dos condenados às geenas do ostracismo.

Em suma, durante o Império, o destino dos partidos estava, não na opinião do povo, mas na opinião dos Gabinetes. Estes é que davam aos partidos no poder, com as situações locais e provinciais, essas belas unanimidades parlamentares, contra que investia a cólera dos políticos caídos em desgraça. Se era conservador o Gabinete, todo o País se revestia de uma coloração conservadora; mas, se acontecia ser liberal o Gabinete – e a política rotativa do Imperador sempre permitia que isto acontecesse – o matiz político que cobria o País passava a ser desde então impressionadoramente liberal.

IX

Ninguém mais convencido de tudo isto, desta ficção, desta burla, desta artificialidade do regime representativo no Brasil do que D. Pedro – e é isto justamente que transparece das suas notas ao livro de Tito Franco. Compreende-se, pois, a delicadeza da sua situação no exercício da grande faculdade constitucional, todas as vezes que se abria uma crise de Gabinete. Numa Câmara liberal, por exemplo, se ele chamasse um Gabinete conservador – sem conceder a dissolução da Câmara – seria logicamente impossibilitar àquele os meios de Governo; mas concedida a dissolução, isto importaria na vitória segura do novo Gabinete: e a situação anterior, por mais sólida que fosse, seria reduzida a destroços, ao sopro violento das “derrubadas”.

O destino dos partidos estava, pois, dependente de um simples aceno do Imperador – chamando este ou aquele prócer partidário ao Paço. Ele fazia cair os partidos e fazia subir os partidos, à vontade: bastava para isto pôr nas mãos de Zacarias ou de Itaboraí, de Nabuco ou de Uruguai, de Saraiva ou de Cotegipe, os admiráveis mecanismos de

compressão política, que os próprios partidos, quando no Poder, e julgando-se indismontáveis, haviam organizado.

D. Pedro era um espírito liberal e equânime, puro homem de bem, sem gosto nenhum pela política e as suas agitações. Por isso mesmo, adotara uma atitude de paternal e displicente imparcialidade para com os dois partidos. Ora chamava um, ora chamava outro ao Poder, sem dar nenhuma consideração apreciável à opinião da Câmara, cujas origens espúrias bem conhecia.¹⁰

Ele bem compreendia que o papel do rei constitucional, exercido à maneira inglesa, seria aqui, absolutamente, irrepresentável por qualquer soberano que aspirasse ao título de justo. Se quando se operava uma crise ministerial, em vez de formar um Gabinete de coloração contrária, como costumava de quando em quando fazer, ele adotasse sistematicamente a fórmula britânica e formasse sempre Gabinetes da mesma coloração da Câmara seria isto – ele bem o sentia – fixar no poder *ad eternitatem* o partido do Gabinete. Seria o que Saraiva chamava “a condenação dos adversários ao inferno de Dante” – ao ostracismo permanente e irremissível.

Nestas alternativas das situações partidárias, o Imperador parecia não ter outro critério, senão o do tempo: ele fazia o revezamento dos partidos conforme o tempo da estada deles no Poder. Em 1868, depois de seis anos de domínio do Partido Liberal, fazia subir ao Poder, com surpresa geral, o Partido Conservador. Em 1878, depois de dez anos de Governo conservador, fazia subir os liberais. Realizava assim com a sua equanimidade, aquilo que o povo, com a sua incapacidade democrática, não sabia realizar.

X

Os políticos, entretanto, não compreendiam (ou fingiam não compreender) esta imparcialidade do Imperador. Em boa verdade não a podiam compreender, ou antes, não a podiam admitir.

10 “Desde 1840 se tem querido inculcar que a Coroa perde de sua força e dignidade sempre que se conforma com a opinião das Câmaras, tanto na organização, como na dissolução dos ministérios” – observava um panfletário da época. Cf. Tavares de Lira – cap. III das *Contribuições para a biografia de D. Pedro II* (Rev. Trimensal, t. esp., 1925).

Em nosso País, com efeito, os partidos não disputam o poder para realizar idéias; o poder é disputado pelos proventos que concede aos políticos e aos seus clãs. Há os proventos morais, que sempre dá a posse da autoridade; mas há também os proventos materiais, que essa posse também dá. Entre nós a política é, antes de tudo, um meio de vida: vive-se do Estado, como se vive da lavoura, do comércio e da indústria – e todos acham infinitamente mais doce viver do Estado do que de outra coisa.

Num país assim, a conquista do poder é um fato inquestionavelmente mais sério e mais dramático do que em outro país, em que os indivíduos vão ao poder no intuito altruístico de realizar um grande ideal coletivo. Daí a áspera violência das famosas “derrubadas”. O partido que subia derrubava tudo – quer dizer: sacudia para fora dos cargos públicos, locais, provinciais e gerais, todos os ocupantes adversários. Era uma vassourada geral, que deixava o campo inteiramente limpo e aberto ao assalto dos vencedores. Equivale dizer que cabiam a estes as batatas, se não há engano na filosofia de Quincas Borba. Sabe-se, aliás, aquele dito espirituoso de Martinho de Campos, quando teve que deixar a pasta de ministro: Perdi o emprego!

Era um gracejo; mas este gracejo encerrava a síntese de toda a filosofia política no Brasil. No fundo, quando caía um Gabinete, todos os que formavam o estado-maior deste partido nos municípios, nas províncias, no centro repetiam, ou podiam repetir realmente, a frase motejadora de Martinho: também eles perdiam o emprego!

Está claro que, num país em que a vida política se modela por esse padrão e se restringe a esses objetivos personalíssimos, o exercício do Poder Moderador num sistema parlamentar é uma tarefa delicada, espinhosa, ingrata – porque fatalmente mal compreendida e, quando não mal compreendida, pelo menos mal aceita pelos detentores eventuais dos instrumentos do governo.

Estes se julgavam sempre esbulhados, quando o Imperador os fazia apearem-se do poder. Desde que nada podia explicar esta queda senão a vontade do monarca, nada mais lógico do que a irritação dos políticos contra esse personagem, que, embaçado dentro de uma prerrogativa constitucional, os destituía das suas situações de mando, sem outra razão senão as razões do seu capricho. Homens de clã para quem

o inimigo político era quase sempre inimigo doméstico e a luta política uma luta pessoal, eles não se sentiam apenas esbulhados com o ato da Coroa que chamava ao poder os adversários: sentiam-se também humilhados, feridos no seu pundonor pessoal e guardavam do Imperador uma sorte de ressentimento íntimo, às vezes mesmo, de rancor. Este explosão, às vezes, em frases de recriminação violenta ou cólera impulsiva.

XI

O grande movimento em favor da descentralização e da federação, que começou a acentuar-se depois do golpe imperial de 68, teve a sua razão principal justamente nesta indignação dos políticos liberais contra essa força poderosa e incontestável que, de quando em quando, os tirava das gratas comodidades das situações do poder para as injustificáveis incomodidades de um ostracismo forçado.

Realmente, desde o momento em que o objetivo da grande reação liberal, iniciada em 68 com a queda do Gabinete Zacarias, era coarctar a ação do poder onipotente concentrado no Imperador, então julgado, erradamente embora, a causa de toda a corrupção do regime, era lógico que o ponto capital das tendências do nosso liberalismo passasse a ser, como passou, o desenvolvimento daquelas instituições políticas julgadas capazes, pela ideologia da época, de contrastar o arbítrio contido naquela suposta onipotência coroada. Urgia libertar o mais rapidamente possível os centros locais e provinciais de vida política da pressão intolerável do poder da Coroa.

Por isso mesmo, quando estudamos aquela época, não nos é possível evitar o reconhecimento de que o pensamento descentralizador aparecia impregnado de um certo sainete antimonárquico. Havia mesmo um grupo que não podia compreender bem esta expressão, tão grata a Nabuco, de “monarquia federativa”. Para os deste grupo, “monarquia” e “federação” eram coisas que *“burlaient de se trouver ensemble”*. Desde o momento em que, pelos supostos desmandos da Coroa, viam-se obrigados a evoluir para a Federação, eles começaram desde logo – consciente ou subconscientemente – a desprender-se insensivelmente da instituição monárquica. O mote de Rui Barbosa – “Federação com ou sem a Coroa” – dá-nos, aliás, a mais bela prova de que o nosso liberalismo, compenetrando-se cada vez mais da consciência da incompatibilidade entre

a federação e a monarquia, e não querendo ou não podendo sacrificar o ideal da federação, já se estava preparando para descartar-se da velha instituição imperial.

Os republicanos – aliás, sob sugestões exógenas – haviam formado o binário: Federação–República. Para eles, esta grande medida, da maior urgência, sem a qual, segundo eles, não haveria nem progresso, nem liberdade, nem mesmo unidade nacional, era irrealizável dentro do regime monárquico, julgado então sem a flexibilidade bastante para isto. Ouro Preto bem o compreendeu e, na elaboração do seu programa ministerial, tentou dissociar este binário perigoso. No seu plano descentralizador, o pensamento do chefe do gabinete 7 de junho era mostrar que, ao contrário do que afirmavam os republicanos, o velho regime não era incompatível com essa medida reclamada pela chamada consciência liberal: “Os meios de consegui-lo” – dizia ele no seu discurso de apresentação do gabinete, referindo-se à reação contra o movimento republicano – “não são os da violência ou repressão; consistem simplesmente na demonstração prática de que o atual sistema de governo tem elasticidade bastante para admitir a consagração dos princípios mais adiantados, satisfazendo todas as exigências da voz pública esclarecida.”

Como Ouro Preto, Nabuco também não acreditava nesta incompatibilidade, nem nesta imaleabilidade de regime da Carta de 24. Com a sua concepção da monarquia federativa, ele considerava perfeitamente conciliáveis a instituição monárquica e a instituição federativa – Ouro Preto, menos pensador e mais estadista, era menos audaz, ficava em meio caminho, dentro do conceito de uma ampla descentralização; mas, repugnava a concepção federativa de Nabuco, como incompatível com a integridade do Império: “O programa do partido a que estou ligado” – afirmava ele – “o que me comprometia a levar a efeito, não é a Federação, mas a plena liberdade e autonomia dos municípios e províncias, sem enfraquecimento da união e integridade do Império.”

Nabuco, porém, queria, não apenas essa descentralização, mas a federação ampla. Daí o seu dissídio com Ouro Preto. Respondendo ao discurso deste por ocasião da apresentação do gabinete de 7 de junho, Nabuco pôs em dúvida que o programa de Ouro Preto fosse o programa da maioria liberal e deu a entender que, no tocante à idéia federativa, o velho partido imperial estava cindido: – “Se há uma parte do Partido

Liberal que quer e outra que não quer a Federação, então há dois partidos liberais” – concluía ele.

Para Nabuco o ponto essencial da Federação estava na eletividade dos presidentes provinciais – o que era contrário ao pensamento de Ouro Preto. Este queria a escolha do Imperador sobre a lista tríplice, à maneira do que se fazia com a eleição dos senadores. Nabuco considerava esta sugestão de Ouro Preto “uma combinação híbrida” e a repelia como incompatível com a idéia federativa: “A lista provincial para a escolha dos presidentes” – dizia ele – “é uma combinação híbrida que transporta, de fato, a eleição das urnas provinciais para as intrigas da Corte.”

Esta concepção federativa de Nabuco não o levou apenas a dissentir de Ouro Preto; fê-lo também separar-se de Rui, seu grande companheiro de lutas e de partido. Rui queria a Federação, mas era indiferente à monarquia; Nabuco, ao contrário, idealizava a Federação com a monarquia e temia aquela sem esta:

“A bandeira federal” – confessava ele – “passou das mãos do orador para as do Sr. Rui Barbosa. Pela atitude que julgou dever tomar depois de 13 de maio o orador perdeu a confiança dos elementos de opinião, que sempre o escutaram. Infelizmente, Rui Barbosa, que está representando o papel de Evaristo, é no fundo republicano – e o orador é monarquista. Isto impede de acompanhar o seu ilustre amigo na campanha que ele está dando pela Federação com ou sem a Monarquia.”

Os fatos vieram a mostrar que quem tinha razão era o estadista Ouro Preto – e não o pensador Nabuco. Em tese, realmente, não havia nenhuma incompatibilidade entre as duas instituições de direito público; mas, no espírito dos políticos mais esclarecidos de ambos os partidos imperiais, não podia deixar de haver uma certa consciência de que essa incompatibilidade existia.

Na verdade, a grande obra da monarquia em nosso povo foi uma obra de unificação e legalidade – e na realização dessa unificação e legalidade ela teve que lutar justamente contra as forças, sempre rebeldes, do localismo e do provincialismo. Historicamente, havia, portanto, uma incompatibilidade entre as duas instituições – e o princípio de uma só podia desenvolver-se com o detrimento ou o enfraquecimento do

princípio da outra. Tornando-se federativa, como aspirava Nabuco, a monarquia renunciava a sua grande missão histórica em nosso povo e, sem dúvida, iria dismantelar com as próprias mãos a poderosa estrutura da sua própria obra. Não seria, temerário, aliás, dizer que, desde o momento em que o ideal federativo começou a entrar nas aspirações das nossas elites políticas, a instituição monárquica começou a ver desenvolver-se ao seu lado o mais prestigioso elemento do sistema de forças, que haveriam de destruí-la.

XII

É justo reconhecer, entretanto, que esse movimento descentralizador não teve unicamente estas causas de caráter interno e partidário. Como todos os movimentos políticos no Brasil, este movimento em favor das franquezas provinciais teve, antes de tudo, uma origem exógena: foi também, como ideal da eleição direta, um reflexo das aspirações dominantes no meio internacional daquela época, uma daquelas muitas “ondulações começadas em Paris”, de que fala Nabuco.

Havia, em primeiro lugar, a incomparável força de sugestão exercida pelo exemplo da Confederação Argentina, aqui bem perto, parede-meia conosco e, ainda mais, pelo exemplo da grande Confederação Americana, no outro extremo do continente. Esta era mesmo uma sorte de pólo magnético para onde se voltavam quase que automaticamente todos os espíritos, quando acudia neles a idéia da Federação. Quintino, no seu manifesto de 22 de maio de 90, exaltava-se só ao pensar nela. Muito antes dele, já Tavares Bastos – o teorista da descentralização no 2º Império – assentava toda a sua concepção doutrinária em bases puramente americanas.

Era, porém, o mundo europeu que dava à generalidade dos espíritos as melhores sugestões do ideal descentralizador. Na época justamente que iniciávamos aqui com os radicais de 68 e os republicanos de 70, a nossa grande reação liberal e com ela o nosso movimento pela descentralização, toda a Europa falava de Federação ou se achava tomada da preocupação das autonomias locais. Os Estados da península italiana, por exemplo, revelavam, a um tempo, aspirações republicanas e aspirações federais. Para os liberais italianos daquela época, “a federação era uma associação de Estados, como o Estado era uma associação de co-

munas e a comuna uma associação de famílias”. Este ideal federativo estava associado ao ideal republicano: Manzini, federalista, reagia contra a monarquia, “que não quer” – dizia ele – “não sabe, não pode dar à Itália nem a unidade, nem a independência, nem a liberdade”.

Esta aspiração descentralizadora e federativa tinha então na Europa uma irradiação comparável à das aspirações socialistas ou bolchevistas dos nossos dias. É assim que vemos Manzini entendendo-se, no sentido do estabelecimento do princípio federal com os revolucionários da Boêmia, da Morávia e dos principados danubianos do seu tempo.

Este movimento federalista com tendências republicanas não agitava apenas as populações do Adriático e do Danúbio: também as da Espanha se deixavam tomar do mesmo entusiasmo descentralizador. Vestia-se ele ali do nome de “cantonalismo” e andava intimamente associado à idéia da democracia e da república. Depois de alastrar de guerras civis a Espanha, deu em 1868 com o trono de Isabel II em terra e forçou o governo de Py y Margal a transigir. Margal, sob a pressão da opinião popular, instituiu uma “República Democrática Federal” e promulgou uma constituição neste sentido. O artigo 40 dessa Constituição dizia textualmente: “Na organização espanhola tudo o que é individual é de pura competência do indivíduo; tudo o que é municipal, do município; tudo o que é regional, do Estado; e tudo o que é nacional, da Federação.”

Na França, pela mesma época, os liberais-radicais, associados aos republicanos, movimentaram-se também em torno das aspirações descentralizadoras e do princípio federal. Todos os republicanos, todos os radicais, todos os socialistas batalhavam por estas idéias, cujo advento na França coincidiu com a queda do 3º Império. – “Depois de setenta anos de império, de monarquia, de reação clerical, parlamentar, autoritária e centralizadora” – diziam os comunistas vitoriosos, no seu manifesto de 71 – “a nossa pátria principia vida nova e volve à tradição das antigas comunas.”

Como se vê, o pensamento liberal francês, de que o nosso era, aliás, um reflexo, era, ao mesmo tempo, uma reação contra a centralização e uma reação contra a monarquia – e o desaparecimento daquela importou, como aqui, no desaparecimento desta.

– “A comuna é a base do Estado político, como a família é o embrião da sociedade” – diziam ainda os revolucionários. “Deve ser autônoma, isto é governar-se e administrar-se a si própria, segundo a sua

índole particular, as suas tradições e necessidades; existir como pessoa moral, conservando no grupo político, nacional e especial, a sua inteira liberdade, o seu caráter próprio, a sua completa soberania. Para assegurar o seu mais amplo desenvolvimento econômico, a independência e a segurança nacional e territorial, pode e deve associar-se, isto é, federar-se com todas as comunas que constituem a nação.”

Era, pois, fundamentalmente idêntica a linguagem dos liberais italianos, dos liberais espanhóis, dos liberais franceses – dos liberais europeus em geral. Todos pareciam associar a idéia federal à idéia anti-monárquica.

De modo que o pensamento descentralizador, assim vitorioso na Europa, nos chegava perigosamente carregado de espírito republicano. O manifesto de 70, aliás, refletia bem esta feição da mentalidade européia e, aludindo justamente à França e à convulsão que a agitava sob o 3º Império, dizia, justificando, ao mesmo tempo, a Federação e a República: “O nosso Estado é em miniatura o estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquele país, que o mundo está presenciando com assombro, não tem outra causa explicativa.”

XIII

Esta situação geral da nossa vida política não era, portanto, das mais favoráveis nem ao prestígio das instituições, nem ao prestígio do próprio monarca.

No princípio, os políticos, dissimulando a sua irritação contra o monarca, investiam contra o Poder Moderador, propondo os mais radicais a sua abolição e os mais moderados apenas a responsabilidade dos ministros pelos atos desse poder. Mais tarde esses biocos da dissimulação caíram – e já agora era contra o monarca que alvejavam as diatribes e as cóleras da oposição:

“Haverá ainda quem espere alguma coisa de D. Pedro II?” – perguntava em 1867 o *Diário de São Paulo*, órgão do Partido Conservador, em oposição. “Para o monarca brasileiro só há uma virtude: o servilismo! Para os homens independentes e sinceros – o ostracismo; para os lacaios e os instrumentos da sua grande política – os títulos e as condecorações!”

Por ocasião da queda de Zacarias, o órgão do Partido Radical não articulou com menor veemência o seu libelo. Dizia, com efeito, a *Opinião Liberal*, em 68:

“É necessário denunciar ao país o governo pessoal do Imperador com a mesma coragem com que o faziam os conservadores, há bem poucos dias. O Partido Liberal, tendo caído três vezes na esparrela de aceitar o governo e contando contra si três reações violentas, a de 1842, 1848 e 1868, deve compreender que já não lhe é mais possível dirigir os destinos deste país enquanto durar este Reinado.”

Onde, porém, a irritação e o despeito aparecem adornados de todos os primores da eloquência é na famosa invectiva de Ferreira Viana, por ocasião do Projeto Dantas:

“Nego os meios, não ao nobre presidente do Conselho, não ao brasileiro que estivesse na direção dos negócios públicos; nego os meios, porque não tenho outro modo de protestar contra o Príncipe conspirador. Estou cansado de representar nesta comédia política. É uma decoração tristíssima, onde só há espectros e uma única realidade. Este poder onipotente, e só, aflige-me, irrita-me e quero por minha parte escapar de todas as tentações.”

E apostrofava:

“Se fosse mais moço, talvez soubesse lavrar estes protestos com o próprio sangue, porque a liberdade vale bem este preço.”

Era evidentemente excessivo; mas esta veemência de palavra num conservador dá bem a mostra da indignação que empolgava os próceres dos dois partidos, quando na oposição, ou quando despachados do governo. Nesse discurso sente-se bem como os políticos compreendiam o que havia de ficção e burla no recurso da dissolução e na consulta ao país:

“Quarenta anos de opressões, de onipotência e de vitórias incruentas do poder armado contra a opinião do país desorga-

nizado; quarenta anos de desfalecimentos, de sujeições, de murmurações, de tímidos protestos; quarenta anos de usurpações bem-sucedidas, de liberdade constitucional quase suprimida, terão talvez animado o poder a afrontar a opinião do país e a desferir sobre a Câmara o golpe da dissolução. Sobre as ruínas do princípio popular, o novo César caricato ousa encorajar os que vacilam ou temem: *Quid times? Cesare non vebis?*

Vê-se então como este expediente constitucional, tão singelo e normal na Inglaterra, aqui se revestia de um caráter de tirania: era uma sorte de golpe de Estado. Pelo menos, os políticos ameaçados o consideravam tal – e ninguém mais do que eles sabiam por quê.

XIV

Hoje, vendo esses fatos com olhos imparciais, reconhecemos que os motivos que inspiravam o Imperador eram os mais elevados; que na sua índole não havia o menor traço de autocracismo; que nenhum Príncipe desejava mais o perfeito governo da opinião, a instituição do regime parlamentar na sua pureza:

“Estimarei que haja uma eleição que faça cair um Ministério, para que da maioria saia um novo” – dizia ele, numa nótula ao livro de Tito Franco. “Sempre falo no sentido da liberdade das eleições, e alguma coisa tenho conseguido. A boa nomeação de presidentes é o meu maior empenho, e os que eu souber que intervieram em eleições nunca serão mais presidentes, se minha opinião prevalecer. Não digo que não tenha errado; mas o fundamento principal da acusação ao Imperialismo provém do modo por que se fazem as eleições, para o qual tem concorrido a maior parte dos ministros das épocas eleitorais.”

D. Pedro era um temperamento pouco absorvente, mas tinha uma consciência muito clara dos seus deveres funcionais de rei e de agente moderador. Daí a sua atitude para com os ministros e a atitude dos ministros para com ele.

É interessante estudar uma e outra por meio das notas escritas pelo Imperador, do seu próprio punho, à margem do livro de Tito Franco – *Biografia do Conselheiro Furtado* – libelo injusto contra o que o

autor chamava “Imperialismo”, que não era outra coisa senão a ação de D. Pedro na vida política e parlamentar do País.

Tito Franco era monodeísta, uma sorte de obsedado, com a idéia fixa do “Imperialismo”, isto é, do arbítrio, da tirania, da onipotência de D. Pedro. Em tudo, ele descobria traços, vestígios, provas dessa intervenção indébita do Imperador, da sua *libido regnandi*, da sua capciosidade, da sua hipocrisia, da sua duplicidade, da sua má-fé. Era como os nossos deputados oposicionistas, que responsabilizam os presidentes da República, de quem são adversários, pela morte por atropelamento de um cão gozo na via pública, ou pelas epidemias de defluxo que periodicamente encatarram a população.

D. Pedro leu o libelo parcialíssimo de Tito Franco, ao que parece com bonomia e fleuma – com essa serenidade d’alma que só têm os que estão seguros da justiça ou os que estão de posse da verdade: – “Apesar de todas as injustiças, que me são feitas, não me agastei com o autor deste panfleto, e creio que se ele me ouvisse mudaria muitas das suas idéias pelo menos.”

Os pontos mais interessantes a respigar nas nótuas de D. Pedro a este livro são os que se referem às relações de D. Pedro com os seus ministros e às atitudes destes para com o soberano. Há ali – ora nas linhas; ora, principalmente, nas entrelinhas – muita revelação esclarecedora dos fios invisíveis com que se tecia a trama da nossa vida política durante o 2º Império.

Há fatos que se referem ao partidarismo, ou melhor, à politicagem dos ministros. Há fatos que se referem à desunião e à rivalidade dos ministros. Há fatos que se referem à sinceridade dos ministros e pouca lealdade deles para com o Imperador.

D. Pedro era um homem ameno e polido, de maneiras discretas e brandas, sem a veemência, os impulsos, os desabrimentos do pai; mas, sabia, sob o veludo das suas maneiras, mostrar diante dos seus auxiliares de governo firmeza, independência, resolução. Não era um rei molengão e, menos ainda, um rei preguiçoso: atento, metucioso, exigente, cioso da exação e da regularidade, os seus ministros agiam certos de que tinham sempre sobre eles, minuciosamente policial e inquiridor, aquele olhar vigilante, a cuja visão panótica, de acuidade quase microscópica, não escapava nada. Ninguém desempenhou mais a sério a sua

função constitucional: foi durante cinqüenta anos o melhor empregado público do Brasil, o paradigma da classe, flor, exemplo e espelho de todos eles. Daí o costume que tinha de, nas reuniões ministeriais, interrogar detalhadamente cada ministro sobre os papéis em despacho, “oferecendo dúvidas, provocando discussões, às vezes sobre objetos muito secundários” – o que para Tito Franco (reproduzindo naturalmente o que os ministros, magoados, murmuravam cá fora), “concorria para que os gabinetes nunca apresentassem unidade e completa homogeneidade de pensamento na augusta presença do monarca”.

Numa nota à margem, replicando a esta crítica, D. Pedro escreveu: – “Pois eu não hei de dizer o que penso? Os ministros que não discutam comigo senão até o ponto que quiserem, e se minhas reflexões versam sobre pontos muito secundários, que importância têm neste caso as divergências entre ministros? Haja da parte dos ministros a mesma sinceridade com que eu procedo, e nenhum mal provirá de tais discussões.”

Ninguém lhe pode negar que ele tinha carradas de razão. Havia da parte dos ministros talvez uma certa timidez em contrariar o monarca; mas, outras vezes, nestas recriminações o que se adivinha é o desapontamento de quem não conseguiu fazer passar, por debaixo da capa respeitável do interesse público, algum contrabandozinho partidário...

Os ministros, aliás, se mostravam extremamente suscetíveis diante do monarca. Estas meticulosidades de D. Pedro como que os molestavam, parecendo indicar da parte do chefe do Executivo uma ponta de desconfiança na honestidade pessoal deles. Daí contidas irritações, pequenos atritos, surdos ressentimentos, que as conveniências forçavam a dissimular, mas que se denunciavam cá fora em murmurações azedas, ou em desabafos indiscretos.

“D. Pedro era extremamente bem educado e talvez por isso não tivesse, nas manifestações do seu pensamento, essa franqueza nua das naturezas arrebatadas ou rústicas; procurava talvez dissimular, com a sua fina intuição da sensibilidade alheia, o que porventura havia de rude ou duro na sua discordância ou na sua crítica – o que talvez fizesse com que ele apelasse muito freqüentemente para as expressões subentendidas, para as alusões discretas, para as meias palavras intencionais – e estas se é certo que bastam aos bons entendedores, é também certo que os maus entendedores as desvirtuam. É possível então que isto concor-

resse para gerar no espírito dos ministros um certo equívoco sobre a realidade dos sentimentos de D. Pedro para com eles. Só assim se explicam estas estranhas palavras do Visconde de Albuquerque, onde é transparente uma acusação de duplicidade de caráter.

“Sr. Presidente, vou dizer uma coisa que é a minha opinião particular; não digo que ninguém me siga: se eu fosse ministro da Coroa iria perante ela humildemente depositar minha pasta; e por quê? Porque um dos membros desta Casa, que ninguém ignora o acesso que tem junto à Coroa, é o primeiro que vem aqui hostilizar os senhores ministros.”

Os ministros, por sua vez, nem sempre falavam com franqueza aberta ao monarca. Suscetibilizavam-se com facilidade e, ressentidos, provocavam crises totais ou parciais do gabinete, abandonando as pastas sob pretextos que nem sempre eram verdadeiros: ao Imperador alegavam, por exemplo, um motivo e cá fora diziam a realidade, o verdadeiro motivo – o que, por seu turno, também concorria para gerar no espírito do Imperador um certo equívoco em relação aos sentimentos dos ministros para com ele. Por isso, quando Tito Franco o acusou de ter sido o causador da dissolução do gabinete presidido por Eusébio, D. Pedro anotou, grifando ele mesmo a palavra *verdadeiros*: – “Não fui eu a causa da dissolução do ministério. O Eusébio devia dizer os motivos *verdadeiros*, e não alegar cansaço.”

Nem sempre, porém, os ministros sabiam mostrar esta linha de polidez e respeito para com o monarca. Quando acusados de um ato mau, ou impolítico, alguns deles atribuíam-no, com intrépido desassombro, ao Imperador! – “Na prática” – é D. Pedro quem diz numa das suas nótulas – “tem havido ministros que lançam a responsabilidade até de atos seus sobre o monarca.”

D. Pedro dá a entender que os ministros não se vexavam mesmo de fazer declarações capciosas perante as Câmaras – o que para ele era digno da maior censura: “Censurem, censurem os ministros no que eu também sempre reprovei – como, por exemplo, as declarações capciosas perante as Câmaras – e eles se irão emendando.”

Os ministros, apesar de aparentemente unidos sob a chefia do presidente do Conselho, nem sempre viviam em harmonia. Frequentes

desinteligências surgiam entre eles, que motivavam saídas repentinas ou mesmo crises ministeriais inesperadas. Estas desinteligências só muito raramente se originavam de um motivo elevado de interesse público; em regra, nasciam de interesses políticos contrariados. Exemplo: o ministro da Fazenda de um dos gabinetes Olinda demitira do cargo de inspetor da Alfândega um cavalheiro que ousara criticar a política financeira do mesmo ministro; mas um outro cavalheiro, tendo feito a mesma coisa, foi, ao contrário, designado, pelo presidente do Conselho, para presidente de Pernambuco. Era a desinteligência entre dois ministros, entre os quais um era o chefe do gabinete. E o ministério, por este fato, dissolveu-se ...

Nas notas a Franco, D. Pedro deixa entrever quanto estas desinteligências o desgostavam, e o esforço que fazia para impedi-las ou acabá-las. Tito Franco, com a sua obsessão do “Imperialismo”, atribuíra, com efeito, estas desinteligências a puras manobras capciosas de D. Pedro: – “Tal foi desde a Maioridade a política constante do Imperialismo!” – exclama. E D. Pedro logo, em nota: “Tal tem sido muitas vezes o caráter dos ministros! Eu, em lugar de desuni-los, trato de congraçá-los.”

O presidente do Conselho, intérprete do pensamento do ministério junto à Coroa, fazia o possível para ocultar as desinteligências que trabalhavam a intimidade do gabinete – e esta hábil camuflagem conseguia, às vezes, desorientar a visão sagaz do Imperador. Daí esta nota sua a um passo de Tito Franco: – “O Olinda parece que desejava manter até à última a união ministerial. Isto prova que muitas vezes não sei até que ponto lavra a desunião entre os ministros, que eu não faço senão por combater, quando eles entendem que não podem continuar unidos.”

Certas vezes, os ministros, embora em fundas divergências uns com os outros, deixavam-se ficar nos seus postos, pelo gosto do poder e do mando – o que trazia enormes embaraços ao perfeito funcionamento do aparelho administrativo. D. Pedro bem o sentia; mas, nunca quis tomar a iniciativa de restabelecer a harmonia ministerial, impondo ele mesmo a demissão dos ministros desinteligentes; esperava sempre que eles, ministros, se resolvessem a este passo. – “Eu não hei de despedir os ministros que, apesar das divergências, entendem que podem viver ligados.”

O grande foco dos conflitos entre D. Pedro e estes seus auxiliares de governo era, porém, aquilo que podemos chamar a sua luta de meio século contra a politicagem dos ministros. Dado o regime centralizador, em que então vivíamos, do Gabinete dependia, direta ou indiretamente, todos os atos políticos e administrativos não apenas do centro, mas também das províncias e dos municípios. Era um poder formidável. De posse dele, os ministros entravam logo a montar, com rapidez e perfeito desembaraço, a “máquina” do seu partido – pelos mesmos processos usados atualmente pelos oligarcas estaduais. Esta “máquina” assim montada era absolutamente indismontável pelos meios normais, isto é, pela força exclusiva da opinião eleitoral. Quem a desmontava, como já vimos, era, em última análise, o Imperador: bastava-lhe para isto incumbir de organizar o novo gabinete um prócer do partido oposto. Víamos então este mesmo poder formidável, que servira para montar a “máquina” velha, servir agora para desmontá-la inteiramente e, em lugar dela, montar inteiramente a “máquina” nova...

D. Pedro, que não tinha predileção por este ou aquele partido, procurava tanto quanto possível corrigir estes processos, impedir a montagem destas “máquinas”: a sua política rotativa – que poderíamos chamar, na linguagem de Pareto, de “circulação dos partidos” – não tinha outro objetivo senão este, que era justo e equitativo. Ora, os ministros, homens de partido, não compreendiam assim. Daí os conflitos: a lenda do “poder pessoal” e do “Imperialismo” nasce daí.

Nas notas a Tito Franco, D. Pedro nos deixa entrever vários aspectos dessa grande e nobre luta contra a partidarismo dos ministros. Ele recalitra o mais possível em atender a proposta da dissolução do Parlamento. Os presidentes dos novos gabinetes eram sôfregos em pedir esta medida, porque era o meio mais rápido de montarem a sua “máquina”. D. Pedro recusava e só em última análise concedia: – “A Constituição não me dá senão direito restrito de dissolver – e todos sabem o que sucede quando há eleições.”

Eram realmente os ministros os que deturpavam as intenções do monarca, os que faziam do ato da “consulta à nação” uma burla completa, exercendo sobre o partido contrário toda a sorte de perseguições, opressões e ilegalidades. D. Pedro bem o compreendia; mas, dentro do seu papel de rei constitucional, não podia agir correti-

vamente, nestes casos, senão de um modo discreto, com tato e extrema habilidade. Os ministros, com efeito, pela praxe do regime parlamentar, só se demitiam, ou quando solicitassem a demissão, ou quando o Parlamento lhes retirava a confiança. Se a Câmara estava de acordo com eles (e daí o seu cuidado em fazerem câmaras unânimes), ou se eles, por ato espontâneo não solicitassem demissão, está claro que D. Pedro não podia despachá-los, mesmo quando sentisse que eles abusavam do poder que tinham transitariamente em mão. Ele, D. Pedro, não poderia agir sobre os ministros como agiria sobre um criado infiel de sua casa particular...

Os panfletários do “Imperialismo”, do tipo de Tito Franco, não queriam considerar nada disto; dos abusos dos ministros carregavam toda a culpa à conta do Imperador. Este era, entretanto, o único que não merecia a condenação: ninguém lutava mais bravamente para conter os ministros dentro dos limites da legalidade, da imparcialidade e da justiça, com risco, às vezes, de provocar crises ministeriais.

É típico o caso da demissão do Gabinete de 26 de janeiro de 1843, presidido por Carneiro Leão – “Este Gabinete retirou-se” – diz o próprio Tito Franco – “por uma questão pessoal.” Esta questão pessoal consistiu nisto: Carneiro Leão quis demitir um chefe de repartição da Fazenda, que havia cometido o grande crime de pertencer ao partido contrário ao do Gabinete. D. Pedro recusou-se a atender Carneiro Leão nesta medida de parcialidade e vindita. E Carneiro Leão, julgando-se desautorado, abandonou o poder. Em uma das suas nótuas a Franco, D. Pedro explicou o caso: “– Entendi que a demissão era injusta e pelo *modo* [o grifo é dele] por que Carneiro Leão insistiu, entendi que se cedesse me reputariam fraco.”

Era assim D. Pedro. Há traços quase dramáticos nesta sua luta de cinquenta anos contra o partidarismo, o nepotismo, o favoritismo, a politicagem dos ministros. Nem sempre conseguiu ser o vencedor nestas batalhas; mas, ninguém tinha mais viva a consciência dos seus grandes deveres constitucionais de rei e de força moderadora. Por isso, quando Tito Franco escreveu, com acrimônia, que as explicações que o Visconde de Abaeté e Teófilo Ottoni dessem porventura ao Senado “fariam seguramente descobrir e pôr em relevo o Imperialismo”, D. Pedro

anotou, com orgulho e confiança: – “Fariam, ao contrário, desaparecer este fantasma”.

XV

Como se vê, eram os ministros os verdadeiros culpados de todas as deturpações do regime. Eles é que punham em prática, quando no poder, aquela máxima que Garcia Calderón dá como fundamento da política sul-americana – de que o supremo dever de um político é o ódio ao adversário. Mas a verdade é que aos olhos dos políticos – uns sinceramente, outros com visível hipocrisia – era D. Pedro o autor de todos esses desmandos, a causa de todas essas usurpações. Como hoje aos presidentes da República, então todas as violências, abusos e ilegalismos eram imputados ao Imperador. Pelas cem buzinas da imprensa, os políticos na oposição criavam e difundiam essa concepção injusta e falsa – de que o mal estava no poder pessoal do Imperador, e que era ele afinal o fator da falência do regime representativo parlamentar no Brasil:

“Se pudesse agora repetir o que tenho ouvido, o que tenho lido dos que sobem e dos que descem” – dizia Ferreira Viana, na sua famosa oração há pouco referida –; “se pudesse renovar hoje as cenas de todas as dissoluções havidas neste reinado, o que disseram os que caíram da graça e o que afirmavam os que subiram até à graça e ao trono; se pudesse co-tejar as contradições de uns e outros, palmares, grosseiras, tristes, teria feito a psicologia moral e política do sistema constitucional representativo do Brasil. Os que caem blasfemam; os que são agasalhados ou acariciados pelo senhor do Império vitoriam-no. Vede como éramos grandes nesta Câmara antes de 1831 e depois de 1831; vede o que é hoje a representação nacional, nivelada com o Conselho de Estado!”

E ultimava a sua blasfêmia contra o “príncipe conspirador”, apelando para a reação de todos os partidos:

“Liberais e conservadores, republicanos, homens de todas as seitas, reunidos em roda do estandarte da liberdade constitucional, é tempo de sacudir este jugo de uma onipotência usurpadora e ilegal, que tem estragado as forças vivas da nação.”

Era, como se vê, a *desilusão do monarca*. Ora, esta desilusão do monarca acabou transferindo-se para o sistema político: tornando-se em *desilusão da monarquia*. Ninguém melhor exprimiu este estado d'alma dos políticos do que Rodrigo Silva, no seu discurso na sessão de 8 de junho de 1885:

“Se, depois de mais de meio século de lutas, de esforços, de imensos sacrifícios, chegamos a este estado deplorável do sistema que nos rege, com razão aqueles três representantes da idéia nova [apontando para os três deputados republicanos] podem perguntar-nos com um sorriso de escárnio nos lábios: o que tendes obtido desta forma de governo, que julgáveis ser neste país a única garantia da ordem política e também a única garantia da estabilidade para todos os direitos e interesses sociais? Termino dizendo que o caso é de exclaimar-se, como o eminente parlamentar do tempo de Carlos X: ‘– Nada mais nos resta a fazer aqui. Vamos para as nossas janelas ver passar os funerais da Monarquia!’”

Era, como se está vendo, uma profecia alarmante; mas já indicava o estado de desintegração em que ia o sentimento de respeito e confiança nas instituições monárquicas, tão vivo e ardente em 1840, por ocasião do grande movimento da Maioridade.

Um ano depois desse discurso de Rodrigo Silva, Afonso Celso Júnior, então deputado republicano, acentuava esse desamor progressivo dos partidos, não só à pessoa real, mas às próprias instituições:

“Qual dos partidos militantes” – perguntava ele, em 1886 – “é convencidamente monarquista? Nenhum. Quando está no poder qualquer deles, como a Monarquia e os seus interesses coincidem num ponto de interseção, ele a defende. Mal deixa o poder aquele partido, torna-se, se não hostil, pelo menos indiferente, não só à forma do governo, mas até à pessoa do monarca.”

Um pouco antes, já um pequeno incidente denunciava este estado de desilusão, que começava a formar-se nas elites políticas em relação ao sistema e ao próprio Imperante. Uma comissão numerosa fora nomeada para levar ao Imperador autógrafos dos decretos votados – e desta comis-

são só compareceu um único deputado, Rodrigues Júnior. Ferreira Viana acentuou logo que esse abandono parecia desprezo pelas instituições: – “Parece que assistimos aos primeiros funerais das instituições do País.”

Em 88, este estado de espírito já invadia o próprio Parlamento. Testemunhava-o ainda Afonso Celso Júnior no seu discurso por esta época:

“É significativo o aspecto da Câmara” – dizia ele então. “Acolhe a notícia e a prova de que as instituições perigam, com benevolência risonha. O nobre ministro do Império exige a maior tranqüilidade.

“– O Sr. Andrade Figueira: – É que ninguém acredita nessas profecias de mau agouro.

“– O Sr. Afonso Celso: – Na de Thiers, anunciando os desastres da guerra de 1870, também ninguém acreditava. O que está patente é que a Monarquia não dispõe nesta Casa de defensores entusiásticos e ardentes que se irrite e se inflame, ao ouvir que todos os elementos conspiram contra a sua permanência.”

Nabuco reconhecia igualmente neste mesmo ano que a instituição monárquica começava a fraquejar e como que abdicava, entregando-se, vencida, à feição dos acontecimentos: a Monarquia, segundo ele, “estava na sua fase de completa tolerância. Alguém talvez diria – na fase de dissolução, porque as instituições que não se defendem, abdicam”.

XVI

Como se vê, o ideal de 1840 perfizera a sua evolução: depois de 50 anos, morria lentamente. Ottoni, como vimos, chamou a isto “o descrédito das instituições”. Seria mais justo dizer: a desilusão das instituições. Porque o que houve foi a desilusão de um belo sonho.

Não seria esta, aliás, a nossa primeira e única desilusão. Mais tarde, prepararíamos os elementos de uma outra maior ainda, quando em 89 idealizamos para nosso povo as bem-aventuranças do milênio republicano.

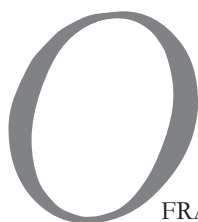
.....

Segunda Parte

O movimento abolicionista e a Monarquia

I – GÊNESE DO IDEAL ABOLICIONISTA. FASES DA SUA EVOLUÇÃO. O PAPEL DE NABUCO. – II. EXPANSÃO DO IDEAL ABOLICIONISTA. SUA POPULARIDADE. FATOS QUE CONCORRERAM PARA ISTO. – III. REAÇÃO CONTRA A IDÉIA ABOLICIONISTA. O PAPEL DOS REPUBLICANOS. – IV. O PAPEL DA DINASTIA. AÇÃO DO IMPERADOR. AÇÃO DA CASA REAL. – V. EFEITOS DA ABOLIÇÃO. O DESPEITO DA CLASSE TERRITORIAL. O GOLPE DA ABOLIÇÃO E OS INTERESSES DO PAÍS. MEDIDAS DE REPARAÇÃO: O PROGRAMA OURO PRETO. O MOVIMENTO DA REAÇÃO CONTRA A MONARQUIA. EXPANSÃO DO IDEAL REPUBLICANO.

.



I

FRACASSO da eleição direta acentuou talvez a descrença nas instituições monárquicas; mas a abolição do regime servil acentuou o sentimento da irritação contra elas. Mais do que as correntes literárias e filosóficas, que circulavam por aquele tempo, foi a Lei da Abolição talvez o fator mais eficiente na generalização da idéia republicana.

Como o sistema parlamentar, como a eleição direta, como a Federação, como a República, o pensamento abolicionista teve também uma origem exógena. O manifesto liberal de 1869, ao agitar a idéia da abolição, recordava o exemplo dos povos cultos e considerava a Abolição “uma exigência imperiosa e urgente da civilização, desde que todos os Estados aboliram a escravidão e o Brasil é o único país cristão que a mantém, sendo que na Espanha esta questão é uma questão de dias”.

Em boa verdade, não havia nenhuma razão *interna*, que nos levasse imperiosamente à abolição: salvante exceções inevitáveis, em regra os escravos viviam dentro dos latifúndios formando aquela “tribo patriarcal isolada do mundo”, de que falava Nabuco. E o estado de degradação em que caíram depois da Abolição, e em que atualmente vivem mostra que o regime da escravidão não era tão bárbaro e desumano, como fizera crer o romantismo filantrópico dos abolicionistas.

O que deu tamanha intensidade ao ideal abolicionista e concorreu para que ele atingisse o clímax de exaltação que atingiu, foi a pressão do exemplo estrangeiro, atuando sobre uma raça imaginativa, extremamente suscetível ao idealismo e ricamente dotada para o entusiasmo.

Este ideal teve, ao demais, como veremos, um ambiente de dramaticidade vibrante, o mais próprio para fazer palpar e comover um povo tão exuberantemente sensível e imaginativo, como é o nosso. Por isso mesmo, de todos os grandes ideais que agitaram o nosso povo durante o 2º Império, nenhum foi mais difuso, mais geral, mais popular do que este. Tudo o que havia de mais delicado e fino na nossa emotividade contribuiu para ele, como contribuiu para ele tudo quanto havia de mais elevado e brilhante na nossa inteligência e na nossa cultura. Por ele batalharam os nossos maiores oradores, os nossos maiores jornalistas, os nossos maiores poetas, as nossas maiores consciências. Por ele os nossos Ruis, os nossos Nabucos, os nossos Patrocínios, os nossos Castro Alves, o entusiasmo da nossa mocidade e a sensibilidade das nossas mulheres. Todas essas grandes forças espirituais se uniram, se arregimentaram, se mobilizaram numa solidariedade impressionante, para a ofensiva irresistível contra a velha instituição servil.

É claro que esse movimento não foi um movimento da coletividade toda: dele estava ausente a classe rica dos campos, a nossa velha aristocracia rural, contra cujos interesses se operava o movimento. No seu início, a idéia abolicionista foi uma idéia gerada nos centros universitários, germinada e crescida no cálido ambiente das Academias. Daí é que saíram para o jornalismo, para o Parlamento, para os comícios, os apóstolos, os cavaleiros andantes da Abolição.

Como já dissemos, esses evangelizadores eram impelidos, menos pelas sugestões do nosso meio, do que pelas sugestões dos exemplos estranhos: – e o manifesto dos abolicionistas franceses a favor dos escravos brasileiros, dirigido ao Imperador, teve aqui uma enorme repercussão. E maior ainda do que esta foi a repercussão da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. O ponto que eles feriam, por isso, era – como se vê, aliás, no manifesto de 1869 – a singularidade da nossa situação diante do mundo, diante do resto da Cristandade, lavada, limpa, purificada por inteiro da mácula pecaminosa do escravismo.

O pensamento antiescravista veio trabalhando a nossa consciência liberal desde os primeiros dias da Independência, e a muitos espíritos parecia que a independência da nacionalidade se devia acompanhar, para ser completa e também para ser lógica, da independência do homem negro. Os poderosos interesses, que se lhe opunham, obrigaram, porém, a idéia abolicionista a uma marcha lenta, moderada, tardígrada mesmo durante todo o curso do Império, o que não impediu que ela adquirisse por fim, e como que de súbito, uma aceleração vertiginosa e delirante, que haveria de arrastar consigo, não só os seus opositores mais ferrenhos, como os próprios fundamentos da Monarquia.

Este pensamento antiescravista só na sua última fase é que se revestiu de uma feição violenta e francamente abolicionista; nas suas fases anteriores teve sempre, ao contrário, um sentido moderado, de feição meramente emancipadora.

Há três fases notáveis, com efeito, na evolução deste grande pensamento.¹ Uma fase, a primeira, começa em 1865 com a sugestão do Imperador a Olinda ou a São Vicente, e culmina em 1871 com a Lei Rio Branco, que estabeleceu a liberdade dos nascituros. Esta lei era uma lei emancipadora, de caráter moderado. Com ela, pela simples ação do tempo, ter-se-ia extinguido a escravidão no País. Dantas afirmou bem, quando disse: “A escravidão é uma causa perdida, ferida de morte desde 1871, e o Governo apenas trata de dar-lhe morte lenta.”

Esta lei, justamente pela lentidão do seu mecanismo emancipador, não satisfazia, porém, as impaciências dos espíritos românticos saturados da aura do humanitarismo, que impregnava o ambiente do tempo.

Uma segunda fase se abriu então para o pensamento abolicionista, depois de um interregno de sete anos de despreocupação e silêncio – e esta nova fase veio já com uma feição radical: a idéia dominante dela já não é mais a emancipação gradual, mas a Abolição completa do elemento servil. Esta fase termina com o fracasso da ação de Dantas em 1885, tendo começado em 1878 com a aparição meteórica de Nabuco no cenário parlamentar. Nabuco trazia idéias radicais, e foi sob o fascí-

1 Cf. Osório Duque Estrada – *História da Abolição*; Viveiros de Castro – cap. VIII das *Contribuições para a biografia de D. Pedro II*. E também, nas mesmas *Contribuições*. Agenor de Roure – Cap IX, § III.

nio da sua personalidade e da sua eloqüência que o pensamento emancipador, ainda subsistente no projeto Dantas, fez-se impetuosamente pensamento abolicionista.

Dantas não comungava inteiramente no radicalismo de Nabuco: Dantas era emancipador. O seu projeto completava a Lei Rio Branco. Esta libertara os nascituros; aquela pode-se dizer que procurava libertar os morituros, arrancando das cadeias da escravidão os escravos maiores de sessenta anos. Libertando os sexagenários, trazia um elemento novo de aceleração à marcha da Lei Rio Branco – e precipitava o momento da Abolição.

Esta se estava, aliás, fazendo gradualmente desde 1875 pelo fundo de emancipação, cuja ampliação era justamente um dos pontos do projeto Dantas. Em 1880 já se haviam libertado por esse meio cerca de 4.584 escravos. Sob a tríplice ação da liberdade dos nascituros, da libertação dos sexagenários e da libertação pelo fundo de emancipação, o elemento servil estaria extinto em pouco, sem grave desequilíbrio na normalidade da nossa vida econômica.

Nabuco, porém, mago maravilhoso da grande idéia, havia operado a poderosa catálise sobre os espíritos: transmutara, como já dissemos, o pensamento emancipador em pensamento abolicionista. Radicalizara a solução do problema e postara-se diante dos interesses coligados do escravismo como o Anjo Vingador dos *damnati ad metalla* dos latifúndios. Entrara pelo inferno das senzalas adentro, radiante de idealidade e brandindo uma espada de diamante: queria libertar Sísifo da sua pedra e Ixion da sua roda. O fascinante talento oratório, a imaginação poderosa, a fina sensibilidade artística, o tipo apolíneo, o entusiasmo, a irradiação pessoal, o prestígio da elegância, das viagens, da cultura, o gosto da popularidade, apesar das origens aristocráticas, tudo qualificara-o magnificamente para essa missão libertadora.

Em torno dele começara a gravitar uma plêiade de espíritos rutilantes. Rui fizera flamejar sobre a grande causa as radiações da sua palavra e do seu gênio. Patrocínio, esse todo ele ardia numa chama única e, como um prodigioso Batista negro, percorria o Norte e a sua aridez, arrastando multidões deslumbradas, como que transfiguradas diante de uma nova revelação.

Estávamos então na terceira fase: a fase da abolição imediata. Os temperilhos da política da emancipação gradual haviam sido refugados: os espíritos se tornaram radicais – e o seu radicalismo era como que uma represália à derrota de Dantas em 1885:

“O Abolicionismo recebeu a derrota do Ministério Dantas como um desafio da reação conservadora. O que até ali ele aceitaria como uma concessão satisfatória passou desde logo a ser considerado uma migalha desprezível, e a ânsia da vitória definitiva, a Abolição imediata, começou a dominar os espíritos.”²

II

Desde esse momento a idéia abolicionista, atingindo o seu máximo de expansão, tem todos os característicos da incoercibilidade, da irresistibilidade, da fatalidade. Precipita-se com a rapidez da massa d’água de uma represa desencadeada de uma montanha: desce aos cachões, em tumulto, rugindo. Nada a detém. Nada lhe resiste. Nada lhe modera o caminhar impetuoso. Diante desse escachoar da vertigem que se despenha, a fórmula prudente de Dantas em 84: “Não parar, não retroceder, não precipitar” é tão vã como uma ordem de resistir, vibrando no meio de um exército tomado do pânico da debandada.

Deixara a Abolição de ser uma questão de partido para ser uma questão nacional. Saraiva bem o compreendeu; fez por isso da questão abolicionista uma questão aberta. Nabuco exprimiu, com suma eloquência, este caráter nacional da questão quando, ao receber o Gabinete João Alfredo, pôs acima das divisões partidárias o destino da grande causa:

“Não, Senhor Presidente, não é este o momento de se fazer ouvir a voz dos partidos. Nós nos achamos à beira da catadupa dos destinos nacionais e junto dela é tão impossível ouvir a voz dos partidos, como seria impossível perceber o zumbido dos insetos atordoados que atravessam as quedas do Niágara.”

2 Tobias Monteiro – *Op. cit.*, pág. 163.

Nenhuma idéia teve, com efeito, maior popularidade no País, a não ser talvez a idéia da Independência. Em 1885, ainda era possível que tivesse razão Andrade Figueira, quando dizia que Dantas só tinha o aplauso dos que não tinham o que perder. Dos fins de 1887 aos princípios de 1888, a situação era, porém, muito outra, e muitos dos que tinham o que perder formavam francamente, ao lado de Nabuco, nas fileiras do abolicionismo.

Uma série de fatos impressionantes concorrera para dar a idéia da Abolição imediata uma poderosa força coercitiva sobre os espíritos.

O Clero se pusera ao seu lado, e a predicava nos seus púlpitos, e a defendia nas suas pastorais. Os grandes centros de cultura a evangelizavam e a impunham. Uma escola filosófica, imbuída do mais intenso filantropismo, mostrara o absurdo da escravidão do homem pelo homem – e a sua ação se exercia precisamente sobre os elementos da força armada, que havia assegurado até então com a sua espada os direitos dos senhores de escravos. Levados pelo idealismo ambiente e pelos princípios do seu humanitarismo, esses elementos dirigentes do Exército acabaram confessando a sua repugnância pela nova missão, que lhes davam, de caçadores de negros fugidos. O manifesto que o Clube Militar dirigiu à Princesa Regente é um documento de comovente eloquência. Considerando que partia de soldados, homens de alma naturalmente endurecida pelo cilício das casernas, bem mostra, no tom quase plangente da sua súplica, como a onda de ternura pelo escravo havia alagado, avassalado a consciência do País:

“Senhora – Os oficiais, membros do Clube Militar, pedem a V. A. Imperial vênua para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Eles todos, que são e serão os amigos mais dedicados e os mais dedicados servidores de S. M. o Imperador e da sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, eles que jamais negaram, em vosso bem, os mais dedicados sacrifícios, esperam que o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravi-

dão, ou porque vivam cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma. Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de S. M. o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar, e do futuro do vosso filho, esperam que o Governo Imperial não consinta que os oficiais e praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão.”

Os interesses do escravismo perdiam assim o apoio da sua grande força asseguradora. Os abolicionistas, com os seus oradores e publicistas, o tinham desarmado moralmente; o Parlamento, com as suas leis emancipadoras e com a abolição da pena de açoite, o tinha desarmado juridicamente; agora era o Exército, com a sua recusa, que acabava de o desarmar materialmente. Cotegipe, já nas vésperas da Lei Áurea, bem o disse nessa confissão expressiva: – “A extinção da escravidão não é mais do que o reconhecimento de um fato já existente.”

Os próprios senhores rurais mais inteligentes haviam compreendido esta nova situação e a sua gravidade. Os senhores do Norte libertaram os seus próprios escravos, imitando os do Ceará. Os do Sul, a princípio resistiram à ação desse exemplo perigoso. Era natural essa atitude, porque se, pela decadência da indústria de açúcar, sobravam os escravos nos latifúndios do Norte, nos do Sul, ao contrário, o desenvolvimento da lavoura do café ressentia-se da escassez deles – tanto que os iam buscar ao Norte.

O poder coercitivo da idéia abolicionista tornara-se, porém, muito forte. Ninguém mais ousara confessar, de face erguida, que era partidário da escravidão. Ninguém mais com a coragem de afirmar com aquele bom humor sorridente de Martinho de Campos: – que era “escravocrata da gema”. Os próprios partidários da reação escravista haviam, afinal, cedido, considerando-se vencidos cruzando os braços: tudo para eles se reduzia apenas a uma questão de forma, de *modus faciendi*. Compreendendo o inútil da reação contra a aspiração abolicionista, eles se haviam restringido a bater-se apenas pelo ponto da indenização – no

que eram perfeitamente razoáveis. Não foram, porém, ouvidos: não o permitia o clamor abolicionista.

Este era muito grande e afogara tudo sob um rumor imenso de clarinadas sonoras como halalis de guerra. É impossível realmente descrever a trepidação, o entusiasmo, a vibração desse ambiente eletrizado, dentro do qual se elaborou a Lei de 13 de Maio de 1888. Os próprios fazendeiros paulistas, até então recalcitrantes, não puderam resistir ao ambiente, também cederam, também acabaram entrando na grande corrente; e alforriaram em massa os seus escravos! Era um desses movimentos que, à primeira vista, dir-se-ia um verdadeiro suicídio, lembrando de certo modo o gesto heróico daqueles guerreiros antigos, que se atiravam sobre as espadas para não sobreviverem à vergonha da derrota.

Havia, nesta atitude de última hora, dos maiores interessados do escravismo, muito romantismo, muito sentimentalismo, muito idealismo, muita “psicose epidêmica”, para falar como Sighele e talvez mesmo muita filantropia; mas havia também muito de senso prático, de espírito objetivo, de frio julgamento de uma situação. Os paulistas sempre primaram pelo espírito prático; desde há muito, desde a iniciativa de Vergueiro, eles já haviam experimentado com êxito as excelências do trabalho livre, por meio do colono estrangeiro. Descartando-se do braço do escravo, eles como que tiveram pressentimento ou a intuição do futuro paulista sob um novo regime de trabalho. Jogaram temerariamente sobre o porvir e, mais uma vez, confirmou-se o velho prolóquio de que a fortuna está sempre ao lado dos audazes.

Há outro fato que explica também a iniciativa paulista, cuja influência aceleradora na marcha da idéia abolicionista foi enorme, como era de prever-se. Diante da recusa do Exército em prender negros fugidos, a anarquia se estabeleceu nas fazendas. Os escravos se levantaram; passaram a desconhecer a autoridade dos senhores. Desertavam das senzalas; partiam em massa; cerca de 10.000 desceram as encostas do Cubatão para o asilo de Santos. Outros faziam-se conspiradores em conjurações perigosas. Outros, rebelando-se, assassinavam os senhores. Correria mesmo, certa vez um boato temeroso, que enchera de pavor todo mundo rural: os escravos conspiravam uma sorte de Saint-Barthélemy senzaleiro, em que desapareceria, numa só hecatombe, toda a classe senhorial.

Esta, desautorada, ameaçada, despida de força moral e de força material, sentia lucidamente que era impossível resistir ao delírio do momento – e resignou-se à fatalidade do golpe.

Quando Rodrigo Silva, ministro da Agricultura do Gabinete João Alfredo, fino e distinto no corte elegante da sua casaca de ministro, subiu ao estrado da mesa da Câmara dos Deputados e, trêmulo de emoção, leu o projeto da lei declarando extinta a escravidão no Brasil, os espíritos mais inteligentes – como por exemplo, Cotegeipe – deviam ter sentido que ele chegara tarde demais para administrar os santos óleos à velha instituição moribunda.

Esta havia expirado um pouco antes, em odor de pecado, sem ter recebido os sacramentos.

III

O pensamento emancipador e abolicionista não se propagou, nem venceu, sem tropeços nem oposições. Ele ia ferir interesses poderosíssimos, para que fizesse o percurso por meio do nosso campo político em tranqüilidade, e imune. Teve, ao contrário, uma rude oposição da nossa grande aristocracia rural – a classe mais rica do País, senhora, pode-se dizer, da melhor parte da fortuna privada nacional, e o que é mais, a detentora de todo o prestígio eleitoral da época.

Esta sua última condição é que tornava delicada e difícil a situação dos três partidos do Império – o conservador, o liberal e o republicano, no tocante ao movimento iniciado pelo idealismo dos abolicionistas – idealismo que era, a acreditar em Andrade Figueira, o idealismo dos que não tinham o que perder.

O que é fato é que os grandes chefes partidários evitavam, a princípio, sistematicamente, já não diremos propagnar a Abolição, mas sequer aludir incidentemente a ela. Todos afinal tinham interesse no caso – e a Abolição ia ferir esse interesse. Eles não só eram proprietários de escravos e, às vezes, grandes proprietários, como assentavam todo o seu prestígio político no apoio dos grandes proprietárias dos escravos. Revelar simpatia pela Abolição seria alienar de si, imediata e irremediavelmente, todo esse apoio inestimável da classe mais poderosa do País. Os políticos sentiam isto – e daí o seu terror em agitar a questão servil. Os próprios chefes liberais recusaram-se a isto. Quando em 67, na Fala do

Trono, o Imperador aludiu ao elemento servil, de modo a serem atendidos “os altos interesses que se ligam à emancipação”, a idéia foi considerada “uma temeridade; os conservadores julgaram-na uma loucura, e houve liberais que abandonaram a sorte do Gabinete, reputando-o uma ameaça à paz e à riqueza pública”.³

Os próprios republicanos, pelo menos os republicanos paulistas, tergiversaram – e foram perfeitamente deliciosos nas suas tergiversações. O Manifesto Paulista de 72 é um mimo, uma jóia de coerência e de coragem de princípios:

“Não podem os nossos adversários” – diziam os republicanos paulistas, a quem inimigos pouco escrupulosos andavam acusando de um amor muito ardente pelas idéias abolicionistas – “não podem os nossos adversários fazer de boa-fé acusações ao Partido Republicano, responsabilizando-o por atos precipitados e intenções perigosas em relação ao estado servil. O Partido Republicano, cujas tendências não são autoritárias, está bem longe de executar reformas que não sejam inspiradas pela própria Nação. Assim, pois, segundo a sua própria organização, ele não aplaude medidas que saem das raízes da própria moderação, filha do confronto dos princípios econômicos com as circunstâncias do País. Sendo certo que o Partido Republicano não pode ser indiferente a uma questão altamente social, cuja solução afeta todos os interesses, é mister, entretanto, ponderar que ele não tem, nem terá, a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser Governo, estará ela definida por um dos partidos monárquicos.”

Diziam assim os republicanos de São Paulo, definindo, ou pretendendo definir, a sua situação de democratas e liberais perante a grande questão da Abolição. No gênero lusco-fusco, no gênero “quero, não quero”, no gênero encruzilhada, é o que há de mais obra-prima. Eis aqui um documento que devia resplandecer, em moldura de ouro, nas paredes do Museu de Itu.

3 Tobias Monteiro – *Op. cit.*, pág. 14.

IV

O único que, neste ponto, não tergiversou nunca, o único que, com tato, habilidade, delicada insistência, representou sempre o papel de “animador” do movimento – foi o Imperador. Ele é que sugeriu, em 1870, a Itaboraí uma referência na Fala do Trono ao problema servil – e Itaboraí recalcitou, temeroso: “Acabada apenas a guerra, que exige ainda grandes sacrifícios – respondia ele – não parece prudente agitar o espírito público com uma questão cercada de maiores perigos do que a luta com o Paraguai.”

Foi ainda o Imperador quem incitou S. Vicente a elaborar um projeto emancipacionista – e foi por isso que S. Vicente elaborou um projeto emancipacionista. Ele tornou a insistir junto a Zacarias para uma referência à questão servil, ainda por ocasião da Fala do Trono – e foi sob esta sugestão que Zacarias insinuou timidamente a necessidade de qualquer providência sobre o caso.

Sente-se que ninguém mais do que ele estava empenhado em expungir do seio da nacionalidade a mácula escravista. Ele deu à idéia abolicionista, por assim dizer, o elemento dinâmico da sua propulsão – porque lhe deu o prestígio da sua autoridade e o calor da sua simpatia. Pode-se dizer que lhe deu mais do que isto – porque lhe sacrificou, como veremos, o futuro da sua própria dinastia.

“É certo” – diz Nabuco – “que a ação pessoal do Imperador se exerceu principalmente desde 1845 até 1850, no sentido da supressão do tráfico, e desde 1866 até 1871, em favor da emancipação dos filhos nascidos de mães escravas. Foi essa influência que produziu a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, e a Lei Rio Branco, de 1871. Este fato, se o soberano quisesse escrever as suas memórias e narrar a história dos seus diversos ministérios, poderia prová-lo por um grande número de documentos. A parte que cabe ao Imperador em tudo que se executou pela causa da libertação é muito grande, é essencial.”⁴

4 Joaquim Nabuco – *O Abolicionismo*, Rio, 1883.

Relanceando com efeito, o passado, revendo o grande ciclo climatérico, dentro do qual evoluiu o ideal abolicionista, o que vemos – no meio dos súbitos, dos vivos, dos rutilantes clarões de meteoro despedidos pelo deflagrar do verbo em incandescência dos Nabucos, dos Patrocínios e dos Ruis – é D. Pedro, colocado bem no centro da grande tempestade, radiante, e magnífico como um deus olímpico.

Tanto quanto impunha a discrição do seu cargo, ele foi realmente o grande irradiador de força na aceleração da marcha do ideal abolicionista. Contra ele é que convergiram, por isso mesmo, as investidas mais ardentes dos escravocratas, no Parlamento e fora dele. Para se ter uma idéia aproximada da veemência da indignação contra D. Pedro, basta recordar a sessão memorável, em que Dantas apresentou o seu projeto emancipador. Nela Ferreira Viana, num surto admirável de eloquência, desferiu contra D. Pedro todos os raios da sua cólera e todas as fulminações do seu sarcasmo. O pensamento tão claramente manifesto de D. Pedro sobre a Abolição, o seu famoso “pacto” com Dantas, o seu claro aplauso às atitudes parlamentares deste, faziam-no, aos olhos do terrível tribuno conservador, um verdadeiro conspirador contra o regime – e daí o sensacional apodo que lhe atirou, com emoção de toda a Câmara, de “príncipe conspirador”.

O Imperador, aliás, neste assunto, não tinha opiniões radicais; era partidário de uma política moderada; sentia-se que o seu pensamento era atingir a extinção da escravidão por meio da fórmula da emancipação gradual. Quando ele impeliu Dantas para a agitação do problema, índice seguro desta sua feição moderada foi a sua frase: – “Pois bem, senhor Dantas, mas quando o senhor quiser correr, eu o puxo pela aba da casaca.” Feita a Abolição, já sob a regência de D. Isabel, D. Pedro, ao chegar da Europa, teve esta frase expressiva: – “Se estivesse aqui, talvez não se fizesse o que se fez” – o que parece mostrar que o radicalismo da Lei de 13 de Maio teria sido muito atenuado, se ele tivesse presidido à última fase da elaboração legislativa da sua grande idéia. Provavelmente, ter-se-ia dado aos proprietários uma justa indenização – tal como estava no pensamento de Paulino e da “junta do coice”.

Mitigado ou não pela indenização o golpe desferido, o que é certo é que os senhores de escravos não podiam perdoar nunca, nem a D. Pedro nem a sua dinastia, a participação muito direta que tiveram no movimento antiescravista e na fórmula parlamentar do seu desfecho.

De D. Pedro, como já vimos, a convivência com os abolicionistas era um fato indiscutível. Os próprios príncipes tiveram também, naturalmente por sugestão do avô, a sua parte na intensificação do movimento; também eles libertaram espontaneamente os seus escravos – e este pequeno fato, pelas suas origens, trouxe um poderoso estímulo à ação dos abolicionistas.

D. Isabel deu, por sua vez, à grande campanha o irresistível que podia ter uma alta e delicada sensibilidade feminina, revestida dos esplendores majestáticos, posta ao serviço de uma causa nobre. Foi realmente inestimável a sua contribuição para a vitória. Sentia-se que ela fizera daquela vitória do liberalismo a sua mais pura glória. Na rápida passagem do projeto, na sua aprovação tumultuária, feita por assim dizer por aclamação, via-se antes de tudo o desejo de atender à sua impaciência generosa. Descera ela de Petrópolis, onde estava, e fora aguardar no Paço a discussão final, que se fazia a toda pressa, da lei, para poder sancioná-la no mesmo dia da sua aprovação.

Diante desse interesse tão insistente, Paulino, que chefiava a oposição e podia embaraçar a passagem do projeto, não quis fazê-lo mais; desistiu com fina elegância, em expressões que são um modelo de polidez, aticismo e ironia, declarando que, tendo cumprido o seu dever de cidadão, ia agora cumprir o seu dever de cavalheiro, “não fazendo esperar uma dama de tão alta gerarquia”:

“É sabido, Sr. Presidente, e os jornais todos que li esta manhã anunciam que Sua Alteza e Sereníssima Princesa Imperial Regente desceu hoje de Petrópolis e está a 1 hora no Paço da Cidade, à espera da deputação desta casa para sancionar e mandar promulgar já a medida ainda há pouco por V. Ex^a sujeita à deliberação do Senado. Cumpri, como as circunstâncias permitiram, o meu dever de senador; passo a cumprir o de cavalheiro, não fazendo esperar uma dama de tão alta gerarquia.”

Disse e abandonou a tribuna.

V

Esta cumplicidade tão ostensiva da dinastia com os abolicionistas comprometera de uma maneira irremediável, aos olhos da grande classe agrícola, os destinos da Monarquia:

“A classe mais poderosa e aristocrática do Império, a Lavoura, à qual por índole incumbia sustentar as instituições imperiais, agredira descomunalmente o Imperador e a exorbitância dos seus poderes, porque o presumia impulsor do movimento abolicionista.”⁵

Na última fase da Abolição, já a Princesa Isabel sentira esta impopularidade, em que ia caindo a Casa reinante perante os agricultores – e dissera a João Alfredo: – “Veja se há meio de contentar os fazendeiros. Eles queixam-se tanto...”

Nada, entretanto, se fez por eles na grande lei. O delírio anti-escravista, a exaltação sentimental em que se achavam os espíritos, não permitia que nada se fizesse: a própria indenização que era um ato de mera justiça, aparecia aos olhos desses idealistas como uma sugestão baixa, vil, mesmo indecorosa, diante da qual a Consciência Liberal, tomada de pudicícia, toda se avermelhava de rubores castos. O decreto abolicionista veio, por isso, sintético, fulminante, em dois artigos apenas:

“Art. 1º – É declarada extinta a escravidão no Brasil.

“Art. 2º – Revogam-se as disposições em contrário.”

Nada mais. E foi a derrocada. Ferida nos seus interesses mais essenciais e inteiramente abalada nos seus fundamentos econômicos, a classe fazendeira desamparou a Monarquia. Uma parte bandeou-se mesmo para o novo credo, julgando encontrar nele a reparação da sua desdita.

Desde esse momento o pensamento republicano, que se vinha desenvolvendo com lentidão e sem nenhuma vibração, adquiriu celeridade, expandiu-se rapidamente. O ambiente de entusiasmo, que, como vimos, se condensara em torno da idéia abolicionista, parecia, realizada esta, reconstituir-se em torno da idéia republicana – e, compreendendo isto, os republicanos tomaram alento, incentivaram a sua campanha. Tanto que, na sessão de julho de 1888, o Deputado Cesário Alvim, diante da expansão crescente da idéia republicana, chegara a interpelar o Presidente do Conselho:

5 Afonso Celso – *Oito Anos de Parlamento*, Rio, 1901, pág. 154.

“Atribuindo o governo, como parecia, a despeitos e interesses feridos, o movimento republicano das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, acreditava que a ser mesmo assim, não ameaçava ele seriamente as instituições políticas do Império e a sua integridade?”

E concluía com esta confissão temerosa: – “Há evidentemente, no meu entender, uma decadência na lavoura, nas indústrias, nas artes; o abatimento é geral, provocando a reação.”

O próprio João Alfredo reconhecia que esta reação contra a Lei da Abolição estava associada à idéia republicana: “Senhores”, dizia ele, “essa República é um desabafo dos desgostosos, é a explosão dos espíritos impacientes e aterrados, que vêm na mudança da forma de governo um remédio a males, cujas proporções exageram.”

Como se vê, depois da Lei de 13 de Maio é que se multiplicou a legião daqueles “famintos da República”, de que falava Justiniano da Rocha.

Os responsáveis pelo velho regime compreenderam lucidamente a gravidade da situação e tentaram dissociar este binário perigoso, que se havia formado na consciência do País. Sugeriram então providências felizes, como as do programa Ouro Preto, como sugeriram providências ingênuas, como a da embaixada do Conde d’Eu ao Norte.

O Norte fora sempre um foco de nativismo agressivo – e o Conde d’Eu, um “francês”, era naturalmente o menos qualificado para a missão de reconciliar o Norte com as velhas instituições abaladas. Ele encontrou ali o que era de esperar: uma atmosfera nada simpática, densa, carregada de hostilidades. Chegado a Pernambuco, diante da agitação provocada por Silva Jardim, que o acompanhou no mesmo vapor, ele fez esta confissão desolada a um jornalista, em que transparece bem como, depois de 13 de maio, a idéia republicana fizera o seu caminho no espírito da população: “A Monarquia não pretende resistir à opinião pública; ao contrário, compromete-se a obedecer ao pronunciamento dela pelos meios legais.”

Esta opinião devia estar mal informada por certo, mas a verdade é que a crença que a dominava era, di-lo o Visconde de Ouro Preto – “de que, na situação nova em que se encontravam os senhores de escravos, recusavam-lhes os poderes públicos a proteção e os auxílios, a

que se julgavam com direito e as próprias conveniências do Estado o requeriam”.⁶

Era como se vê, um ambiente nada favorável à estabilidade e ao prestígio das instituições então vigentes. O Visconde de Ouro Preto, chefe do Gabinete liberal de 7 de junho, para dissipar essa crença sem fundamento e tentar a reabilitação do velho regime, formulou e pôs em prática um brilhante programa de reformas econômicas. Refundiu a organização bancária. Chamou para o país vastos capitais estrangeiros. Reorganizou o crédito rural e o crédito hipotecário. Distribuiu aos fazendeiros abalados copiosos auxílios pecuniários. Tentou, em suma, por todos os meios, atenuar os males da abolição imediata. Ele bem sabia que, a não ser a reparação econômica, nada, nenhuma outra medida, por mais liberal que fosse, seria capaz de restabelecer, na sua antiga intensidade, os laços de simpatia existentes entre a aristocracia rural e a velha dinastia.

Neste sentido a sua ação foi audaz, lúcida, enérgica, reflexo do seu temperamento afirmativo e imperioso. Debalde, porém, ele agiu e lutou. Diante do êxodo geral para as cidades, da escravaria solta, dos cafezais abandonados, dos canaviais perdidos, dos engenhos com as suas chaminés sem fumo e a sua maquinaria imobilizada, nenhum desses grandes *landlords* arruinados via outra coisa senão a culpa da dinastia, a sua ação direta, a sua cumplicidade ostensiva com os petroleiros do Abolicionismo.

Nenhum ambiente mais propício, pois, à irradiação do novo ideal, que os republicanos acenavam. Este ideal tinha um fundo de ruínas e fumo, o cenário de um terremoto, cujo sismo inicial partira do alto, da região olímpica, em que se entronizara a dinastia.

6 Ouro Preto – *O advento da Ditadura Militar*, pág. 131.

Terceira Parte

Gênese e evolução do ideal republicano

I. O MOVIMENTO REPUBLICANO: SUAS RELAÇÕES COM A REAÇÃO LIBERAL DE 68. O NÚCLEO REPUBLICANO – FRAÇÃO DO BLOCO LIBERAL – II. INFLUÊNCIAS EXÓGENAS. INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA. UTOPISMO E DESILUSÃO. – III. O MANIFESTO DE 1870 E A “POLÍTICA SILOGÍSTICA” DE NABUCO. O ESPÍRITO DEMOCRÁTICO E LIBERAL DIANTE DO PODER PESSOAL DE D. PEDRO. – IV. O IDEAL REPUBLICANO E O SENTIMENTO NACIONAL. NÃO HAVIA, ANTES DE 1889, CRENÇA NA REPÚBLICA; APENAS, DESCRENÇA NA MONARQUIA. – V. O IDEAL REPUBLICANO E AS CLASSES SOCIAIS. INDIFERENTISMO DAS CLASSES RURAIS. OS ELEMENTOS CULTOS E A ELITE POLÍTICA, SUA ATITUDE DE DESCONFIANÇA EM RELAÇÃO À NOVA IDEOLOGIA. NABUCO E O IDEAL REPUBLICANO. SIGNIFICAÇÃO DO INDIFERENTISMO DE RUI. – VI. O IDEAL REPUBLICANO E A SUA IRRADIAÇÃO GEOGRÁFICA ANTES DE 1889. FOCOS DE PROPAGANDA: A IMPRENSA PERIÓDICA E A SUA DISTRIBUIÇÃO NO PAÍS. OUTROS FOCOS DE PROPAGANDA: OS CLUBES REPUBLICANOS. DISTRIBUIÇÃO DELES AO NORTE E AO SUL. O NORTE E O SUL EM RELAÇÃO À EXPANSÃO DO NOVO IDEALISMO. – VII. O IDEAL REPUBLICANO E A SUA IRRADIAÇÃO SOCIAL. OS CAMPOS DE RECRUTAMENTO DOS ADEPTOS. A MOCIDADE DAS ACADEMIAS. O NOVO IDEAL NÃO ERA O IDEAL DAS CLASSES CONSERVADORAS, NEM DAS CLASSES RURAIS. – VIII. OS PROPAGANDISTAS. VALOR INTELECTUAL DELES. – IX. OS POSITIVISTAS. IDEOLOGIA POSITIVISTA. OS POSITIVISTAS COMO DOCTRINADORES. – X. O “PARTIDO REPUBLICANO”: ESBOÇO DE PARTIDO APENAS. SUA FRAQUEZA EM 1889.

.



I

AMBIENTE formado pela Abolição deu expansibilidade incomparável à idéia republicana; mas esta, como força organizada, e não como idéia isolada, data de mais longe, vincula-se claramente à reação liberal iniciada com a queda do Gabinete Zacarias, em 1868.

O Partido Republicano, tal como se organizou em 1870, foi, com efeito, nada menos que uma pequena fração destacada do bloco do Partido Liberal, que, como vimos, ante o golpe de 68, todo se acendera de indignação flamejante. O velho partido imperial se havia dividido em duas correntes: uma, violenta, radical, ultrademocrática, onde os Ottoni punham a ardência e a vibração do seu temperamento impetuoso; outra, branda, moderada, ironizando o radicalismo da primeira e revelando mesmo um aparente respeito à dinastia.

Esta última corrente, onde dominavam espíritos finos e equilibrados, como Otaviano, e amplas culturas, como Nabuco, o velho, é que vai formar o grosso da falange que haveria de manter as tradições do Partido Liberal até 89. A outra, porém, a do manifesto radical de 68, esta evoluiu rapidamente para o novo ideal republicano. Em 1870, vamos encontrá-la quase toda formando o elenco dos signatários do Manifesto de 3 de dezembro, com que o Partido Republicano irá credenciar a sua entrada no cenário político do País.¹

¹ Cf. Viveiros de Castro – ob. cit., pág. 549 ss. E também Agenor de Roure – ob. cit., § V. Nas mesmas *Contribuições* ainda Alfredo Valadão – cap. II (sobre os antecedentes do espírito liberal e republicano).

“Desde que, em 1868, se publicou o programa liberal radical” – diz um contemporâneo autorizado, Américo Brasiliense – “e instituíram-se o Clube e as conferências na Corte, agitou-se no seio deste partido a idéia de se arvorar a bandeira republicana. Em novembro de 1870, depois de diversas reuniões, resolveram os radicais, por grande maioria, aceitá-la.”²

Em outro passo, o próprio Brasiliense havia já escrito: – “Deste partido (o radical de 1868) a maior parte levantava a bandeira republicana em 1870, e outros ficavam sustentando o programa do radicalismo, publicado em 1868.”

O movimento republicano se prende, pois, ao grande movimento da reação operado pelo partido liberal por ocasião da queda de Zacarias em 68.

II

Esse movimento no sentido da República era, aliás, inevitável. Basta considerar a ação sugestiva do ambiente americano, de onde desde o princípio do século, exceto em nosso País, as realezas haviam sido inteiramente banidas. Nabuco observa que era esta singularidade da nossa situação na América a razão suprema de justificação da idéia republicana:

“Ninguém procure justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso País, mas simplesmente de estar o Brasil na América. Desse modo o observador brasileiro, para ter uma idéia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental. Como a própria data do centenário o indica, muito concorreu para o fato de 1889 a influência literária da Revolução Francesa sobre a imaginação da nossa mocidade, mas não foi menor o arrastamento americano.”

E Nabuco conclui dizendo que é “crença fatalista de muita gente que seria esforço inteiramente estéril para o resto da razão e do

2 Américo Brasiliense – *Os Programas dos Partidos*, pág. 59.

bom senso do país querer lutar contra o ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washignton”.³

Esse “arrastamento americano”, de que fala Nabuco, transparece, claramente, aliás, no Manifesto de 1870, onde lemos esta afirmação categórica: – “Somos da América e queremos ser americanos.” Quintino, chefe do partido republicano, é ainda mais explícito e sente-se nas suas palavras o fascínio sobre ele exercido pela poderosa Federação Americana:

“Em face destes grandes Impérios e deste lado da América” – perguntava ele no seu Manifesto de 22 de maio de 1889 – “qual é, no mundo inteiro a nação mais forte e poderosa, a mais unida e a mais sólida, a mais rica e a mais satisfeita, a mais tranqüila no seu trabalho e a mais segura dos seus futuros destinos? É a República dos Estados Unidos da América. Só este contraste com o resto do mundo é já uma conquista, uma superioridade que fascina os espíritos e robustece a convicção geral quanto à excelência das instituições republicanas.”

O prestígio do exemplo estrangeiro é sensível, pois, na gênese e na evolução do ideal republicano entre nós; mas este ideal não teve apenas esta fonte de inspiração. Houve ainda outra fonte; ele teve aqui um ambiente um tanto favorável à sua eclosão – e este ambiente se constituiu com o fracasso, aliás inevitável, do ideal monárquico-parlamentar, ideal dentro do qual se erigiu o edifício constitucional do Império, em 1824. Este ideal, como vimos, era tão falso quanto o novo ideal com que se havia de construir, cerca de 70 anos mais tarde, o edifício republicano.

Como este falhou, aquele também falhara. O que há de mais benemérito, de mais excelente e fecundo na Monarquia – já o demonstramos alhures⁴ – foi conseguido justamente *fora* dos princípios da Constituição ou, mesmo, *contra* esses princípios: nunca em obediência a eles, ao ideal político contido neles.

Este ideal, por exemplo, não visava exatamente a centralização, realizada pela reação conservadora de 1840; mas foi esta centralização

3 Joaquim Nabuco – *Balmaceda*, pág. 211.

4 Oliveira Viana – *Populações Meridionais*, parte III; *Evolução do Povo Brasileiro*, parte III.

que nos deu unidade, prestígio, grandeza. Este ideal não se compadecia com o Poder Moderador feito “poder pessoal”; mas foi esse Poder Moderador feito poder pessoal que deu ao Brasil uma longa fase de moralidade, legalidade, justiça, liberdade, e sem ele os partidos em oposição só teriam podido ascender ao poder (vemo-lo hoje claramente) pela torpeza do assassinio político ou pela violência das revoluções armadas.

Os homens de partido do tempo, com os olhos fitos na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos – salvo uma pequena elite com a intuição exata da nossa realidade – não pensavam assim, não compreendiam assim, e viam no predomínio dessa política centralizadora e pessoal a inteira negação do seu ideal político. Sonhavam utopicamente um governo do povo, um governo da opinião, à maneira anglo-saxônica, num país em que a opinião, à maneira anglo-saxônica, não existe – *porque não pode existir*,⁵ e, como não podiam realizar o seu ideal, nem compreender exatamente a causa dessa impossibilidade, irritavam-se, impacientavam-se, desesperavam e, invadidos afinal pelo ceticismo, acabavam – como se dizia – “perdendo a fé nas instituições”.

III

O ideal da República – lucilante vagamente desde o período colonial – tomou corpo, desenvolveu e cresceu dentro de uma crise destas – de impaciência, de desilusão, de descrença. Fez-se, para certos espíritos mais desabusados, o sucedâneo do ideal fracassado. Idealistas impenitentes, perdida a fé no seu velho ideal, não souberam voltar-se para a realidade e amassar com ela a argamassa de uma nova concepção; caminharam para o sonho, para um novo ideal, tão utópico quanto o primeiro e condenado, como este, às vicissitudes do mesmo fracasso.

É no Manifesto de 3 de dezembro que vamos encontrar condensada a sùmula dessa nova idealidade especiosa e fascinante. Os que o assinaram escreveram uma obra-prima de apriorismo político e fizeram bem aquilo que Nabuco chamou, certa vez, de “política silogística”. Isto é: “O manejo das idéias novas, essa espécie de exercício tão atraente para os principiantes, ao qual se pode dar o nome de política silogística.

5 Oliveira Viana – *O Idealismo da Constituição*, Rio, 1927.

É uma pura arte de construção no vácuo. A base são as teses, e não os fatos; o material, idéias, e não homens; situação, o mundo, e não o país; os habitantes, as gerações futuras, e não as atuais.”⁶

O Manifesto de 3 de dezembro de 1870 é realmente feito sob este modelo, sob o modelo dessa “política silogística”. Hoje, relendo-o, é impossível deixarmos de sorrir sutilmente e, às vezes mesmo, irreverentemente diante das esperanças daqueles *logiciens* da Soberania do Povo.

No fundo, o que eles fizeram foi reproduzir, copiar dos *Anais* do Parlamento e dos artigos da imprensa política os clamores dos dois partidos imperiais em oposição, as suas objurgatórias, as suas invectivas, os seus protestos. Das velhas acusações contra o “poder pessoal”, da grita dos liberais e dos conservadores caídos em desgraça, do ressentimento dos ministros postos pela Coroa no olho da rua; destes materiais suspeitíssimos rebuscados, catados, arrumados em florilégio, é que compuseram a maior parte do seu formidável libelo contra o velho regime e contra o velho monarca. Eram em tudo como os liberais de 68; diferiam deles, apenas, porque ousavam afirmar em voz alta aquilo que os liberais só costumavam dizer em voz baixa – a sua animosidade contra D. Pedro II: – “Como um pólipó monstruoso, o governo pessoal invadiu tudo, desde as transcendentais questões da alta política até as rugas da pequena administração” – diziam, reproduzindo em citação uma objurgatória de Alencar, despeitado.

Para eles, esta ação tão universal do poder pessoal importava “na completa anulação do elemento democrático”. Ora, isto, esta anulação, era um mal, *devia* ser um mal, raciocinavam estes silogistas da democracia:

“De todos os ângulos do País surgem queixas, de todos os lados políticos surgem os protestos e as revelações estranhas, que denunciam a existência de um vício grave, o qual põe em risco a sorte da liberdade pela completa anulação do elemento democrático. O perigo está indicado e é manifesto. Sente-se a ação do mal e todos apontam a origem dele.”

6 Nabuco – *Balmaceda*, pág. 12.

Equivale dizer que o que, aos olhos dos republicanos de 70, punha em perigo a liberdade era a ação de D. Pedro, vigilante, atenta, miúda, exigente. Desde que a livrássemos desta ação, o “perigo” desapareceria, e a liberdade poderia vir para a rua, limpinha, vestidinha, segurazinha, sem nenhum receio de desacato ao seu pudor e, muito menos, à sua pureza de Diana imaculada. Hoje, porém, com uma perspectiva magnífica pela vastidão e pela riqueza da experiência acumulada, a uma distância de mais de meio século, podemos sentir perfeitamente a ilusão em que andavam aqueles idealistas adoráveis. Os raros, que sobrevivem dessa época, flutuando como *épaves* no oceano do arrivismo contemporâneo, bem poderiam atestar o seu engano. Muitos deles já o confessaram, num *penitet* significativo, reconhecendo lealmente que o mal não vinha daquela origem, para a qual “todos apontavam”, mas de outra, muito diversa. Tanto que a causa apontada desapareceu – e o “mal”, isto é, “a anulação do elemento democrático” continuou cada vez mais florida e vicejante.

Naquela época, porém, a convicção generalizada, mesmo nos centros monárquicos, era que a fonte de todo o mal estava na vontade, ou antes, na voluntariedade, que diziam antiliberal e caprichosa, de D. Pedro. O jogo da sua política rotativa continuava a não ser compreendido, nos seus elevados intuitos, pelos dois campos políticos: para estes, essas alternativas de quedas e ascensões constituíam uma fonte constante de decepções, de humilhações, de despeitos, de irritações. Dados os nossos costumes políticos, não podia deixar de ser assim.

Surdo, entretanto, a esta grita, o Imperador, durante todo o seu reinado, se manteve fiel a esta política de rotação, que ele julgava liberal e equitativa. Nos últimos anos do seu governo, ele ainda a praticou – e o Ministério liberal de 7 de junho de 1889 é uma prova disto. Numa situação francamente conservadora, com uma Câmara com poderosa maioria conservadora, depois de dar demissão ao Gabinete de 10 de março, ele chamou ao poder, não outro Gabinete conservador, como seria das praxes do parlamentarismo, mas um Gabinete liberal – o Gabinete Ouro Preto. E com isto, com este simples gesto, derruiu inteiramente a sólida situação do velho partido imperial.

Houve, como era de esperar, a costumada leva de broquéis nos arraiais do partido despejado – e os republicanos seriam realmente

inábeis, se perdessem essa bela ocasião para desferir mais uma vez contra o Imperador e a sua “política pessoal” os golpes da sua crítica irreverente e tendenciosa:

“O Ministério de 7 de junho” – dizia o Deputado João Manuel, no seu famoso discurso de 11 de junho de 1889, em que fez a sua profissão de fé republicana – “o Ministério de 7 de junho é uma verdadeira monstruosidade; nada representa e nada significa de grande, de nobre, de confessável; não é um governo da nação, porque vem atentar contra o sentimento nacional; não é um governo nem ao menos partidário, porque nasceu divorciado do seu partido; é um governo ameaçador, que traz em seu bojo um pensamento sinistro, porque, digamos a verdade, ele é simplesmente um produto da vontade imperial. O que estamos vendo agora de admirável e de surpreendente? Dissolve-se a situação conservadora, pujante de força, representada nesta por 90 deputados, e chama-se ao poder o Partido Liberal, que apenas pode contar aqui com uma pequena minoria. Como se poderá decentemente explicar esse fenômeno estranho, de entregar o poder ao partido que se acha em minoria na Câmara dos Deputados, em cujo seio reside a expressa vontade nacional? Entrava sem dúvida nos cálculos imperiais cavar mais fundo o valo que separava os chefes conservadores, tornando-os irreconciliáveis e impossíveis pela intriga, pelo ódio e pelas paixões de que se deixassem dominar.”

O orador não ficou, porém, neste terreno de crítica à ação desse poder, que D. Pedro exercia à sua maneira. Invektivou o próprio Imperador; não o atacou apenas na sua discrição, no seu arbítrio, no seu capricho; não o acusou apenas de tirânico e antiliberal; foi mais longe. Entrou no terreno do ataque pessoal, do ataque personalíssimo, e agrediu o velho monarca na sua honra, na sua dignidade, no seu pundonor individual, sem o menor respeito, não já a sua majestade de rei, mas a uma sua majestade maior – a majestade das suas cãs de sexagenário. D. Pedro, neste discurso ardente, nos aparece nada menos como um caráter sem nobreza, feito de dobrez e simulação, insincero, sotrancão, hipócrita;

nada menos que um “grande artista”, um “mistificador”, sorte de trampolheiro coroadado, enganando, trapaceando, embromando todo o mundo político de então.

“Mas em tudo isto, senhores” – continuou – “houve uma completa mistificação para castigo de todos os que figuravam nesta comédia: foram todos mistificados.

“Mistificado, sinto dizê-lo, foi o nobre ex-presidente do Conselho, que chegou a acreditar na sinceridade da Coroa, negando-lhe a demissão coletiva do Gabinete, quando ele devia conhecer há muito o grande artista, com quem lidara.

“Mistificado foi o Sr. Conselheiro Paulino, chefe da dissidência que cometeu o gravíssimo erro de aliar-se aos seus adversários naturais para combater um governo composto de membros do seu partido; acreditando, sem dúvida, que o poder lhe iria parar nas mãos para realizar o programa da indenização.

“Mistificado foi o Sr. Conselheiro Correia, que recuou, vendo-se entre a *espada* e a parede, indo de encontro ao *penedo* da sua preliminar.

“Mistificado foi o nobre Visconde do Cruzeiro, que ainda se deu ao incômodo de alegar motivo de moléstia para não organizar o Gabinete.

“Mistificado foi o nobre Visconde de Vieira da Silva, que quis fazer das fraquezas forças, pondo em contribuição o seu espírito elevadíssimo e o seu patriotismo, supondo poder formar um Gabinete, quando o seu partido ainda não estava unido.

“Mistificado foi o Sr. Conselheiro Saraiva que acreditou submeter à Coroa o seu vasto programa de reformas, que elevariam o País às fronteiras da República, e que a Coroa aceitou sem restrições, dispensando-o ao mesmo tempo, por cautela, da incumbência honrosa, que lhe fora confiada, à primeira escusa apresentada.

“Mistificado foi ainda o nobre Presidente do Conselho, Visconde de Ouro Preto, que acreditou galgar o poder com um Gabinete formado de acordo com os seus amigos, quando teve que submeter-se à vontade da Coroa, que lhe impôs companheiros, com que não contava.

“Mistificado foi o Partido Liberal, que sempre acreditou inaugurar a situação com um Gabinete genuíno, quando teve a dolorosa decepção de encontrar-se com um Ministério composto de áulicos.”

IV

Os que concluírem destas palavras ardentes que o ambiente do País, anterior ao golpe de 15 de novembro, era universalmente republicano, incidiriam num grande equívoco. Não havia tal generalização de sentimento republicano, quando se deu a queda do Império. Por essa época, como o demonstramos, o sentimento mais generalizado não era o da crença na República, mas sim o de *descrença* nas instituições monárquicas, tais como existiam na Carta e eram praticadas nos centros do governo; mas, o certo é que essa *descrença* na Monarquia não importava *necessariamente* a existência do sentimento contrário, de fé nas instituições republicanas.

Realmente, o que se depreende do estudo do período que precedeu à queda do velho regime, é que o espírito público havia atingido por aquela época, em relação às instituições da Carta de 24, um grau de ceticismo muito comparável ao que observamos atualmente, em relação às instituições da Carta republicana de 91. Os homens daquela época haviam concebido um certo *ideal* de governo – ideal, aliás, que nenhum deles havia procurado saber se era exequível ou não, se era adaptável a nós ou não, se tinha realizabilidade entre nós ou não, mas que todos eles, em tese (porque sempre encaravam o problema em tese) acreditavam realizável, exequível, adaptável.

Ora, este ideal, entretanto, falhou. O governo que saíra da Carta não era o governo tal como estava no ideal deles, mas um *outro* governo, uma *outra* coisa, diferente, muito diferente do ideal – do “sonho”. Nenhum deles sequer pensou em saber se esse outro governo

não seria talvez o *melhor* governo, ou *único* governo possível aqui; para eles era um governo *diferente*, era outra coisa – e não o que haviam sonhado. Diante desse ideal que não havia encontrado realização, encheram-se de ceticismo e começaram a duvidar da excelência do próprio aparelho constitucional, que haviam engenhado na convicção de ser o melhor para realizar este ideal.

Nós que vivemos na República, estamos atualmente numa situação mental análoga. O presente regime não deu satisfação às nossas aspirações democráticas e liberais, nenhuma delas conseguiu ter realidade dentro da organização política vigente. Estamos todos descrentes dela; todos sentimos que precisamos sair dela para outra coisa, para uma nova forma de governo. Esta nova forma de governo, entretanto, ninguém ainda pode dizer ao certo qual deva ser. Não há nenhuma aspiração definitivamente cristalizada na consciência das massas. Nenhum nódulo novo de crença se formou ainda no espírito das nossas elites em torno de um princípio qualquer. Há, sem dúvida, várias tendências de gravitação em torno deste ou daquele ponto; mas, ainda assim vagamente, indistintamente, de forma imprecisa e indeterminada. Há uma certa tendência de retorno ao regime parlamentar. Há uma certa tendência de retorno ao Poder Moderador, exercido já agora por um Conselho vitalício. Há uma certa tendência para certas restrições da autonomia estadual, para uma maior extensão dos poderes federais. Há mesmo pequenos movimentos de gravitação para o socialismo alemão, até mesmo para o bolchevismo russo. Tudo isto, porém, vago, impreciso, incorpóreo. Tendo perdido a fé no regime vigente, mas não tendo elaborado ainda uma nova fé, estamos atravessando uma destas “épocas sem fisionomia”, de que falava Timandro, parda, informe, indecisa – de atonia, em cuja atmosfera parada, de calmaria, giram, circulam, suspensos, germens de futuras crenças, embriões de futuros ideais, mas que não são nem crenças, nem ideais ainda.

Era este também o estado dos espíritos no período que antecedeu à queda do Império: era um estado de descrença, a que não tinha ainda sucedido nenhuma crença nova. Não estávamos, contudo, numa daquelas “épocas sem fisionomia”, da alusão de Torres Homem; ao contrário, esse período foi um dos mais belos e agitados da nossa história. Esta agitação foi devida, porém, à campanha abolicionista, que dera

aos corações a vibração de um novo entusiasmo e às consciências a flama de um novo idealismo. O ideal republicano não contribuiu, de uma maneira assinalável, para esta admirável trepidação característica do período que precedeu à República: carecia do prestígio necessário sobre as elites e sobre as massas. Era um ideal vago, insulado num recanto da consciência nacional, com um raio de ação muito reduzido, como veremos.

Certo, o sentimento da fé nas antigas instituições havia desaparecido – e Nabuco bem o frisou quando disse uma vez que, nos últimos anos do Império, havia mais coragem em se dizer alguém monarquista do que em ser republicano. Mas é certo também que o sentimento republicano não estava de modo algum generalizado na consciência das elites – e, muito menos, na consciência das massas.

V

Destas principalmente. Incultas na sua quase totalidade e também, na sua quase totalidade, dispersas na barbaria das matas e sertões, as nossas massas populares, mesmo as que habitavam os núcleos urbanos, nada valiam então – como ainda nada valem hoje – como centros de idealidade política. Formas de governo, instituições constitucionais, Monarquia, República, Democracia, tudo isto representava abstrações, que transcendiam de muito o alcance da sua mentalidade rudimentar. Se tivessem de crer em alguma instituição, esta seria a Monarquia, ou antes, o Monarca, o Imperador, entidade feita de carne e osso, que eles sabiam estar vivo e presente na Corte – mandando; e não na República, uma palavra apenas, coisa vaga, abstrata, estranha, inacessível à sua limitada compreensão. Não conheciam, por outro lado, tradições de *self government* local para que alcançassem o valor da democracia, e sempre viveram sob regimes autocráticos, sempre foram governados por autocratas – desde o mandão local ao governador provincial. Era natural, pois, que as formas democráticas e as formas republicanas de governo estivessem fora da sua idealidade e do seu entusiasmo.

Onde o pensamento republicano podia encontrar campo propício de germinação era na elite cultivada das capitais e das cidades im-

portantes, no patriciado da riqueza e da cultura, nos quadros de direção dos partidos, nos centros universitários e literários.

Estes eram os únicos elementos sociais que podiam ter capacidade para compreender o valor diferencial das instituições políticas, de modo a ter uma idéia razoável da superioridade de um dado tipo de governo. Entretanto, não diremos antes de 13 de maio, mas mesmo depois de 13 de maio, já em pleno clímax da agitação pós-abolicionista, esses elementos cultos das capitais e das cidades ainda não estavam inteiramente impregnados do idealismo republicano. Na sua maior parte, ao contrário, encaravam com ceticismo, se não com desconfiança, a nova instituição.

Essa desconfiança da República era, aliás, justa, era explicável, era natural em todos os espíritos sensatos daquele tempo. A República, com que os teorizadores do Manifesto de 70 anos acenavam como a oitava maravilha do mundo, havia-se conduzido mal, muito mal mesmo, em outras terras bem próximas de nós; aí, a cornucópia dos seus dons não se havia mostrado, como a da Fortuna romana, pródiga em bens, mas, como a da Pandora grega, fecunda em males inumeráveis. O exemplo norte-americano, o exemplo francês (aliás, nem sempre edificante), é possível que nos tivessem seduzido; mas, mais do que tudo isto, a nossa experiência do valor do regime republicano era constituída de impressões nada próprias a um julgamento favorável: as impressões da caudilhagem hispano-americana e, mais especialmente, da caudilhagem platina. Esta havia mesmo causticado os nossos flancos, por várias vezes, com a sua virulência mazorqueira. De quando em quando, éramos forçados a intervir para pôr um ponto final àquele prolongado tumulto de caudilhos sanguinários.

Ora, para os espíritos prudentes e sensatos da nossa elite. República era *aquilo*. Daí a sua recalcitrância em mesmo perdida a fé no regime da Carta de 1824, abandeirarem-se sob a flâmula arvorada pelo Manifesto de 70. Nabuco exprimia este estado de espírito das nossas elites, quando, na famosa sessão de 11 de junho de 1889, respondendo ao chefe do Gabinete de 7 de junho, fez a sua profissão de fé monarquista. Nesta ele pôs muito das suas convicções políticas, mas muito também do seu sentimento cavalheiresco, colocando-se nobremente ao lado da dinastia que se sacrificara realizando o ideal, de que ele fora o paladino:

“Há uma razão” – disse ele – “para não ter chegado ainda a hora da República, e é que ainda não temos povo e as oligarquias republicanas em toda a América têm mostrado ser um terrível impedimento à aparição política e social do povo.”

Nabuco temia as “oligarquias republicanas”, de cuja tirania sanguissedenta a América espanhola, do México à Argentina, podia dar o seu testemunho horrorizado. Ele preferia naturalmente uma oligarquia monárquica, tal como a que tínhamos até então, um tanto fechada, mas moralmente seleta e primorosa. Essa oligarquia formada e dirigida por um príncipe “fraco e bom”, havia sido, em contraste com as oligarquias republicanas da América espanhola, a fonte de toda a liberdade do Brasil:

“Durante 50 anos” – dizia ele mais tarde no seu *Balmaceda*, comparando os dois regimes, a República Chilena e o Império Brasileiro – “a liberdade brasileira é uma teia, de tenuidade invisível, possuindo apenas a resistência e a elasticidade da seda, que a Monarquia, como uma epeira dourada, tirou de si mesma e suspendeu entre a selva amazonense e os campos do Rio Grande.”

Nabuco, neste discurso de 11 de junho – cinco meses apenas antes da queda do Império – declarava que julgava “benéfica e popular” a Monarquia e que ela estaria segura na sua estabilidade se, abandonando o apoio das baionetas, quisesse introduzir em sua velha estrutura algumas reformas de caráter liberal:

“Mas, a Monarquia, que o orador julga benéfica e popular, não se pode sustentar com baionetas ou fanatismos, e só pode existir por meio de reformas nacionais, como a Abolição. A Federação tem o mesmo caráter; o orador, porém, infelizmente, vê, com surpresa, que o Partido Liberal faz renúncia dela, no momento em que o Imperador a aceita. E concluiu, confessando que tinha convicção de que a Abolição deu força à Monarquia e que a Federação, aceita com a mesma sinceridade, garantirá a sua estabilidade.”

O movimento republicano, quase prestes a vingar, não enchia de inquietação a Nabuco, nem lhe alterava a sua crença na superioridade da Monarquia. Esse movimento, para ele, era um produto do despeito provocado pela Lei Áurea, e isto bastava para torná-lo suspeito aos seus olhos de pensador político:

“O grosso das forças republicanas vem do descontentamento causado pela Abolição” – dizia ele ainda. “Foram as leis de 28 de setembro de 1871 e de 13 de maio de 1888 que fizeram surgir do solo as legiões, que hoje avançam contra a Monarquia. Com semelhante origem o orador não crê numa República popular.”

“Este era, *mesmo depois de 1888*, o pensamento dominante nos altos círculos políticos e partidários do País. Nabuco deu-lhes apenas expressão, embalando-o ao ritmo da sua eloquência sedutora e harmoniosa. Os liberais de mais responsabilidade julgavam possível uma conciliação salvadora, jungindo, um tanto antinomicamente, a Monarquia e a Federação – ampla, como queriam Nabuco e Rui, mitigada, como pretendia Ouro Preto ao expor o programa do Gabinete de 7 de junho de 1889.

O próprio Rui não se declarara francamente republicano, embora, como dissera Nabuco, “no fundo” ele fosse republicano. Rui sobrepondo a tudo a idéia federativa, mantinha-se indiferente à instituição monárquica, usando a fórmula sugestiva: *Federação com ou sem a Coroa*.

Rui e Nabuco, um e outro exprimiam perfeitamente o estado do pensamento liberal do País, no período imediatamente precursor da queda do velho regime – e que era: ou de *simpatia*, ou de *indiferença* pela Monarquia; mas, não, nunca, de crença no regime contrário – no regime republicano. Indignados contra D. Pedro, irritados com a sua política rotativa, que terminava sempre deixando-os humilhados defronte dos adversários, os homens de responsabilidade do Império revelavam, apesar disto, um íntimo receio de embarcar no bergantim do idealismo republicano. Este sempre lhes pareceu ter a sua mais perfeita expressão na caudilhagem sanguinária do Prata.

Nenhum dos elementos mais ponderáveis dos dois velhos partidos parecia prever um fim imediato, ou melhor, um fim violento ao

velho regime. Quando muito, eles anteviam, como César Zama, a inviabilidade do 3º Reinado:

“Deixem o honrado Presidente do Conselho rir-se, brincar e dizer aos republicanos que cresçam e apareçam” – dizia ele na sessão de 11 de setembro de 1888; “eles já estão aparecendo, eles já vão crescendo. E praza a Deus que o orador seja um falso profeta: no dia em que o venerando monarca que nos rege fechar os olhos, talvez não se possa firmar o 3º Reinado.”

Era esta, aliás, a convicção generalizada em todos os meios políticos, principalmente depois da Lei da Abolição. O 3º Reinado seria inviável; mas todos admitiam que o velho monarca governaria até o fim. – “Toda a equação do problema – dizia, com efeito, Quintino Bocaiúva no seu Manifesto – está circunscrita à vida do atual imperante.”

Realmente, os centros de propaganda republicana não haviam até então – até 15 de novembro de 1889 – dado ao seu ideal uma irradiação capaz de, pela força exclusiva da opinião popular, fascinada e seduzida, precipitar do trono o velho monarca antes da sua morte. Foi preciso, como veremos, a intervenção de uma força estranha, aliás gerada fora da evolução do determinismo republicano, para – agindo à maneira de uma concausa – operar a queda do 2º Império e, com ela, o advento prematuro do novo regime.

VI

Realmente, em 1889, não só a penetração social, como a penetração geográfica do ideal republicano eram diminutas. No ponto de vista geográfico, por exemplo, os dados estatísticos colhidos num testemunho da época indicam uma área muito restrita aos focos de irradiação.

Em 15 de novembro de 1889, o que o credo republicano possuía, por exemplo, como organização de propaganda impressa, eram apenas 74 jornais, na sua maioria pequenos jornais de província e jornalecos do interior. Era esta, com efeito, a sua distribuição regional por aquela época.⁷

7 Cândido Teixeira – *A República Brasileira*, Rio, 1890, pág. 261.

PROVÍNCIAS	Número de jornais por província	Total
São Paulo	21	21
Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul	11	33
Rio, Pernambuco e Santa Catarina	3	9
Amazonas, Paraíba e Sergipe	2	6
Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão Mato Grosso	1	5
		74

Como se vê, São Paulo era a única província em que os órgãos de propaganda jornalística mostravam-se realmente numerosos. Nas outras grandes províncias, salvante Rio de Janeiro, Minas e Rio Grande do Sul, o número desses focos irradiadores era mesquinho.

Separando os dois blocos regionais do Norte e do Sul e procurando a distribuição percentual dos focos de propaganda periodística, teremos:

REGIÕES	Números de jornais	%
Norte.....	20	27
Sul.....	54	73

Vê-se que no ponto de vista de propaganda impressa, o movimento republicano concentrou-se principalmente na regional meridional do País – e ainda assim em quatro províncias apenas. O Norte quase todo parecia um tanto surdo à palavra animadora dos Isaías republicanos: ecoara o grito do Sul com dificuldade e lentidão. Pernambuco e Bahia, por exemplo, os dois grandes centros universitários do Norte, tão vibrantes sob a ação do ideal abolicionista, não tinham, a 15 de novembro, quase que imprensa republicana: três jornais naquele e nesta apenas um, como Mato Grosso...

Esses jornais deviam ter certamente uma importância diminuta. Basta pensar no que é ainda hoje a imprensa provinciana, para que se possa fazer idéia aproximada do que poderiam ser estes 74 jornais que, há 40 anos passados, propagavam pelo Brasil a idéia republicana. Exceto

as folhas do Rio e da capital paulista, todos os demais deviam ter um raio de ação insignificante, se não nulo – e o novo credo não encontraria naturalmente neles senão um fraco reforço à sua expansibilidade.

Essa expansibilidade da ideologia republicana não se revelava apenas por meio do pequeno periodismo da capital e das províncias; os pequenos “centros” locais, ou “clubes”, que haviam começado a constituir-se desde o Manifesto de 1870, ou mesmo antes, eram-lhe expressão ainda mais valiosa. Estes nódulos do futuro partido tiveram, porém, uma proliferação muito reduzida até 1888 e, só depois de 1888, já sob a influência republicanizante da Lei Áurea, é que entram a se multiplicar com rapidez apreciável. Em 15 de novembro, entretanto, eram ainda relativamente escassos no Brasil, e só por si não bastariam evidentemente para dar à idéia republicana uma força capaz de pôr abaixo o trono.

Quando este caiu, era este, com efeito, o número de “Clubes Republicanos” espalhados pelas capitais provincianas e pelo interior, ao Norte e ao Sul:⁸

PROVÍNCIAS	Clubes
Minas	56
São Paulo	48
Rio Grande do Sul.....	32
Rio de Janeiro.....	30
Rio	16
Santa Catarina.....	15
Espírito Santo.....	8
Pernambuco.....	6
Pará	6
Paraná.....	4
Sergipe.....	3
Mato Grosso.....	3
Bahia	3
Maranhão	2

8 Cândido Teixeira – *Op. cit.*, pág. 262.

Ceará.....	2
Rio Grande do Norte.....	1
Amazonas	1
Piauí.....	1
Alagoas.....	1
Goiás.....	1

Eram, ao todo, portanto, 237 pequenos nódulos de adeptos do novo credo. Eles se distribuía, como se vê, muito irregularmente – e como que se concentravam quase todos em Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Nestas províncias o pensamento republicano parecia ter feito sensíveis progressos, de 1870 a 1889; fora daí, porém, a sua irradiação era quase nula. Os dois centros universitários do Norte – Bahia e Pernambuco – davam apenas, respectivamente, dois e seis núcleos ao partido – o que é nada, se considerarmos a grande importância política e econômica dessas duas províncias no Império. Quanto às demais províncias do Norte, todas pareciam insensíveis ao entusiasmo dos evangelizadores meridionais. O quadro abaixo, em que se vê a distribuição regional e percentual dos Clubes republicanos ao Norte e ao Sul, bem demonstra essa refratariedade ou atonia do Norte ao apelo crescente do Sul:

REGIÕES	CLUBES	%
Norte	33	11
Sul	204	89

Vê-se que quatro quintos dos centros republicanos estavam ao Sul, na sua maioria localizados em São Paulo e Minas. Só estas duas províncias, das 20 de que se compunha o Império, absorviam nada menos de 44%, isto é, quase a metade deles.

O campo de irradiação do ideal republicano era então, como se vê, pouco extenso a 15 de novembro de 1889. Tanto mais quanto, desses 237 “centros”, a maioria, talvez 90%, devia representar nódulos

de crenças de tipo passivo ou estático, destituídos de qualquer espírito militante e de qualquer aptidão evangelizadora.

VII

Esta a condição do ideal republicano, no ponto de vista da sua expansão geográfica, em 15 de novembro de 1889. No ponto de vista da sua expansão social, a sua situação não era também mais favorável.

O ideal republicano – já o vimos – não era o ideal das figuras mais representativas daquela época. O grosso das classes conservadoras, céticas ou descrentes em relação à Monarquia, como já demonstramos, tinha em certa suspeição o sistema republicano. Onde este encontrava os seus adeptos mais fervorosos era na classe dos estudantes, entre os bacharéis novatos ou entre os “cadetes filósofos” da Escola Militar:

“A mocidade que surge das Academias, dos Seminários, do Exército, ou Armada” – dizia o Deputado Afonso Celso Júnior, em 1888 – “é francamente republicana.”

Era, com efeito, nessas classes de letrados inexperientes, cheios de entusiasmo juvenil, mas sem grandes responsabilidades sociais e, muito menos, política; era nessas classes que o partido republicano recrutava a quase totalidade dos seus adeptos. Os próprios elementos da grande aristocracia rural, embora desgostosos com a Monarquia, que lhes apunhalara o coração, não se tinham abandeirado inteiramente para a República: revelavam uma certa recalcitrância em fazê-lo. Os republicanos eram, por isso, já nas proximidades de 15 de novembro, principalmente gente de cidades e vilas – e não gente do campo. É o que se depreende do testemunho insuspeito do Deputado Sebastião Mascarenhas. Contestando que a expansão da idéia republicana fosse devida aos despeitos provocados pela Abolição, dizia ele, na sessão de 11 de setembro de 1888:

“Sr. Presidente, o entusiasmo com que as idéias republicanas são abraçadas na minha província [Minas], não provém do despeito por causa da Abolição, como entendem alguns nobres deputados e o Governo. Para provar o erro em que se

acham os nobres deputados e o Governo, basta dizer que a maior parte dos republicanos é residente nas cidades e vilas.”

O grosso dos contingentes do partido republicano não pertencia, pois, à grande aristocracia territorial. O novo idealismo era antes negócio da gente de cidade e – se quisermos conciliar este testemunho com o testemunho de Afonso Celso – impressionando, não todos, mas apenas os elementos mais novos e inquietos das elites urbanas.

VIII

Entre esses elementos havia, sem dúvida, grandes e belas inteligências e espíritos de rara estrutura idealista; mas havia também, especialmente nas províncias, muito declamador vazio, muito grande homem improvisado, que só nos parecia grande porque os víamos de longe, sob a influência amplificadora da distância. Muitos deles tinham vindo da campanha abolicionista e haviam penetrado o campo republicano, aproveitando-se da espantosa confusão do momento:

“O abolicionismo teve justamente um dos muitos vícios neste ponto” – dizia melancolicamente um contemporâneo; “deu ocasião ao aparecimento de nulas personalidades, chamadas à tona pelo barulho e confusão das idéias.”

Esses neófitos do credo republicano, que mais tarde seriam canonizados e passariam a figurar no *Flos Sanctorum* do Historicismo, possuíam, na sua generalidade, uma mentalidade de declamadores e, como tais, contentavam-se em atirar, com intuitos ferozmente demolidores, ruidosas bombas de retórica contra o Trono e a Dinastia – e apenas isso. Não pareciam ter uma consciência exata e precisa do alcance das suas idéias. Não debatiam problema algum de uma maneira concreta e objetiva: estavam sempre dentro do campo daquela “política silogística”, de que falava Nabuco. Não pregavam; declamavam.

Este fluxo oratório, aliás, só se lhes tornou grande depois da Abolição; antes dela, dir-se-ia que não tinham ambiente próprio para as vibrações da sua eloquência. Os primeiros deputados republicanos, com efeito, ao contrário do que se esperava, não se mostraram muito fecundos; alguns não chegaram mesmo a dizer ao que vinham; desdenhando natu-

ralmente a vã verbiagem dos sofistas, recolhiam-se ao silêncio pitagórico – naturalmente por ser muito fecundo.⁹ Outros falavam; mas a impressão dos seus discursos não parecia ter sido profunda. Campos Sales, por exemplo, em quem se ocultava uma robusta envergadura de homem de Estado, deu a todos uma impressão de orador provinciano, gênero *ronflant*:

“Voz potente” – diz um seu colega de Parlamento – “elocução desembaraçada, cheio de si, encarnava o tipo do orador *ronflant*, ou o dos atores de pequeno teatro, que, representando papéis ferozes, esbugalham os olhos e berram sem medida no gesto e na dicção. Pronunciava a palavra *República* com muitos, e a palavra *povo* com muitos, arrastando a língua, esforçando-se por emprestar entonações trágicas e misteriosas aos lugares mais comuns.”¹⁰

Era esta, afinal, a mentalidade dos chamados propagandistas. Os raros deles que ainda sobrevivem mostram, com ainda mais raras exceções, que a mentalidade de Campos Sales era a do tipo mais comum entre aqueles evangelizadores. E a verdade é que, proclamada a República, o que de grande e substancial alguns deles conseguiram realizar depois – como o próprio Campos Sales – não foi, de modo algum, devido à obediência dos dogmas e princípios contidos na farfalhagem doutrinária do Manifesto de 1870; ao contrário, só o realizaram justamente porque, na prática, conseguiram libertar-se deles.

IX

Nesse grupo de ideólogos da República e de declamadores *ronflants*, destacava-se um pequeno contingente, para quem a crença no ideal republicano tinha uma sólida base filosófica. Eram os positivistas.

Os positivistas eram republicanos, mas à sua maneira, a sua originalíssima maneira. Embora concordando com os outros na superioridade da forma republicana de governo, diferiam deles profundamente

9 C. Afonso Celso – *Oito anos de Parlamento*, págs. 259-260.

10 Afonso Celso – *Op. cit.*, pág. 168.

em muitos pontos essenciais; em certos pontos estavam mesmo em completo antagonismo com os signatários do Manifesto de 1870. Em boa verdade, estes eram, antes de tudo, democratas, e os positivistas, no idealizarem a sua organização republicana não eram propriamente isto, não pareciam cortejar o elemento democrático; pelo menos, no tipo de governo, que concebiam, a democracia não ocupava um grande lugar; pode-se dizer mesmo que tinha pouco que fazer. Eles tinham em suspeição as maiorias populares e mesmo as maiorias parlamentares; faziam o possível para evitar a intervenção da democracia nos negócios do Governo – e não há dúvida que faziam muito bem. Pareciam dizer como Robert Michels: – “*Dans un parti, et plus particulièrement dans un parti politique de combat, la démocratie ne se prête pas à l’usage domestique: elle est plutôt un article d’exportation.*”¹¹

O governo do seu sonho, o governo ideal, o governo perfeito era a República Ditatorial, de Comte – e não a República Democrática, de Ledru-Rollin: por isso, achavam que, na elaboração da Constituição Republicana, não se devia apelar para “o perigoso recurso de uma Assembléia Constituinte” – e era o próprio Governo quem a devia decretar.¹² O resultado final para onde devia tender o seu sistema de governo era a constituição de uma sorte de mandarinato intelectual, uma oligarquia de sábios e filósofos, e não o domínio absurdo do Demos, o governo das maiorias populares – e eram neste ponto perfeitamente razoáveis.

Para o seu idealismo, eles haviam, como confessavam, aproveitado todas as idéias de Comte sobre a organização política: “Adequada à fase inicial da transição moderna, e que se acham principalmente consignadas no 5º capítulo, da *Política Positiva*, no *Apelo* aos conservadores, nos projetos constitucionais elaborados, sob a sua inspiração, de 1848 a 1850, pela Sociedade Positivista de Paris, nas circulares anuais, nas cartas escritas aos seus discípulos até agora publicadas.”¹³

Eles se aproximaram, pelos seus ideais políticos, mais dos monarquistas liberais do que dos republicanos democratas. O que lhes

11 Michels – *Les partis politiques*, Paris, 1921, pág. 24.

12 Vide *Décima Circular Anual do Apostolado Positivista no Brasil*, pág. 14.

13 *Décima Circular*, idem.

repugnava na Monarquia era o privilégio dinástico, era a hereditariedade de sangue; mas a sua ditadura republicana não era senão uma sorte de Monarquia eletiva, aliás muito menos impregnada do princípio democrático do que a Monarquia eletiva dos liberais – pois, nesta, é o povo que elege o novo chefe vitalício e, na República Comtista, o próprio chefe é quem designa o sucessor, à maneira dos Césares romanos. Era qualquer coisa análoga à concepção republicana de Manzini, da qual se disse que não diferia da Monarquia senão que comportava uma dignidade de menos e um cargo eletivo de mais.

Os republicanos democratas, com as suas preocupações de eletividade, com as suas predileções pelos curtos mandatos, com a sua teoria da renovação freqüente dos cargos eletivos, com o seu horror à vitaliciedade, colocavam-se em pólo oposto ao destes algebristas do Direito Público – e nada mais natural que se estabelecesse antagonismo flagrante entre eles, se não existissem esses dois pontos de afinidade: o princípio da liberdade civil e a preocupação federativa. Como os seus companheiros democratas, fiéis à letra do Manifesto de 1870, eles pleiteavam também “consolidar a autonomia local dos Estados, completar a liberdade espiritual e estabelecer a liberdade industrial e profissional”.¹⁴ Iam mesmo muito mais longe no ponto de vista das liberdades civis – porque também queriam a “liberdade bancária e a liberdade de testar e de adotar”.

Estas liberdades não conseguiram introduzir na Constituição; mas, segundo eles, as outras liberdades nela existentes devem-se exclusivamente à ação deles e ao seu prestígio:

“Se não conquistamos” – dizem na sua *Décima Circular* – “a liberdade bancária, a liberdade de testar e de adotar, em compensação obtivemos todas as conseqüências da liberdade religiosa, proibição do anonimato na imprensa, a liberdade profissional em toda a sua extensão.”

Há evidente exagero da parte dos positivistas em relação a esta suposta influência por eles exercida sobre as novas instituições.

14 Vide *Décima Circular*, pág. 15. Vide também *Base de uma Constituição Política Ditatorial Federativa*, por Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes.

Muitas dessas liberdades, que eles julgavam conquistas suas, já estavam nas preocupações dos nossos velhos liberais, desde os progressistas de 1862 aos radicais de 1868. Por outro lado, a aspiração federativa teve uma origem inteiramente fora do campo de influência do Apostolado.

O credo positivista pode-se dizer que teve uma irradiação insignificante. Mais extensa nos centros de cultura matemática, como a Escola Politécnica e a Escola Militar, foi quase nula nos outros centros culturais, como as Academias médicas e jurídicas do Norte e do Sul. Nestas, depois de uma rápida fascinação pela filosofia comtiana, o espírito dominante passou a ser o das grandes correntes filosóficas, vindas da Inglaterra e da Alemanha – com Spencer e Haeckel, principalmente. Muitos espíritos filiados, a princípio, à concepção comtiana, acabaram abjurando a sua dura ortodoxia e passaram, deixando o *mare clausum* da *Filosofia Positiva*, a navegar no mar livre e largo do Evolucionismo, do Transformismo e do Monismo.

É que o Positivismo, apesar da sua beleza estrutural e da elevação da sua moral, não era uma doutrina de que emanassem eflúvios de sedução; dir-se-ia, ao contrário, carregada de eletricidade negativa: não atraía, repelia. Nos seus dogmas, nos seus preceitos, nas suas regras, duras como tomentos de linho bravo, havia qualquer coisa que recordava os ásperos cilícios monacais, e os seus discípulos pareciam antes severos Batistas, vestidos de pele, de cajado profético macerados pelas rudes abstinências do deserto.¹⁵ Daí a sua pequena irradiação aqui. Daí a exatidão daquela observação de Nabuco – de que o Positivismo não havia encontrado “na nossa sociedade elementos a que se pudesse incorporar”.

15 “O Apostolado Positivista tem por fim propagar a Religião da Humanidade, fundada por Augusto Comte, pela ação oral e escrita e pelo exemplo. Todos os seus membros e aderentes aceitam, sem restrição alguma, o conjunto dos deveres positivos e negativos prescritos pela sua religião. De modo mais explícito, comprometem-se: 1º, a não ocupar cargos políticos durante a fase empírica e de transição, segundo foi definida por Augusto Comte; 2º, a não exercer funções acadêmicas, quer no ensino das nossas faculdades superiores, instituto nacional, e estabelecimentos congêneres, quer como membros de associações científicas ou literárias; 3º, a não colaborar no jornalismo, diário ou não, nem auferir lucros pecuniários dos seus escritos; 4º, a assinar com o seu nome todas as suas publicações cuja inteira responsabilidade moral e legal devem assumir”.

Demais, os propagandistas da nova religião – a *Religião da Umanidade*, conforme a sua grafia original – eram inteiramente falhos de capacidade evangelizadora. Puros cerebrais, com uma certa secura d'alma, apesar dos seus postulados altruísticos, faltavam-lhes todos os dons do aliciamento e da persuasão e essa ponta de ternura – o *milk of human kindness* – indispensável à comoção das almas. Não havia entre eles nenhum grande orador, nenhum grande escritor; como se a própria doutrina, pela sua austeridade e pelo seu rigor científico, estancasse nos apóstolos e crentes todas as fontes da emoção, da graça e da poesia. Os seus poetas – os que faziam a chamada “poesia científica” – pareciam, pela dureza e rigidez das suas estrofes, que subiam ao Pindo montados em cavalos de pau e não em pégasos de carne e osso. Nas suas prédicas, não havia a doçura infiltrante das pastorais, nem a unção aliciadora das homilias: eram sempre afirmativas, dogmáticas, intolerantes, agressivas, ferindo, com argumentos duros como blocos de quartzo, todos os não convencidos da verdade.

Eles revelavam, afinal, com esta intolerância, uma completa ausência de tática; porque há também uma tática, toda feita de finas intuições psicológicas, na propaganda das idéias: – “*Ceux qui possèdent la vérité doivent la répandre avec prudence*”, já dizia um certo personagem anatóliano – e os positivistas mostravam não conhecer essa arte sutil de espalhar com parcimônia e doçura a verdade. Diante do ceticismo, que negaceava e sorria, ou do erro, que recalcitrava e teimava, irritavam-se e acabavam sempre dando na cabeça dos não-conformistas com o duro epíteto de “pedantocratas” e “anarquizados mentais” — o que fazia com que os ignorantes continuassem no seu erro e os céticos no seu ceticismo.

O campo de propagação do Positivismo em nosso País foi, por isso, limitado, muito limitado mesmo. De 78 a 89, o grupo dos aderentes era insignificante, nulo até, para um credo que se jacta de tamanha influência sobre os acontecimentos daquele tempo. O grupo dos adeptos da Abolição cresceu na razão cêntupla; o dos adeptos da República, na razão décupla talvez; mas o do Positivismo teve uma expansão tão lenta e restrita que, em dez anos, de 78 a 89, só conseguiu chegar a meia centena. É o que se vê no “Quadro geral da marcha anual do número de contribuintes do subsídio positivista brasileiro, desde 1878”, publicado na *Décima Circular* do Apostolado:

Ano	Contribuintes
1878.....	5
1879.....	6
1880.....	12
1881.....	50
1882.....	59
1883.....	43
1884.....	34
1885.....	54
1886.....	48
1887.....	49
1888.....	52
1889.....	53

Por aí se vê que, a 15 de novembro de 1889, se fôssemos reunir todos os partidários de Comte existentes no Brasil, teríamos a surpresa de verificar que todos eles juntos cabiam muito folgadoamente dentro do salão do Clube Militar...

Certo, o pensamento positivista teve uma notável influência no advento e na organização do novo regime; mas esta influência não foi devida à influência do ideal positivista, à sua irradiação pelas massas ou, ao menos, pelas elites. O que permitiu ao Positivismo exercer a inegável influência que exerceu, foi um fato puramente acidental: a coincidência de serem deste credo filosófico alguns dos elementos prestigiosos na organização do novo regime. Esta influência do Positivismo foi então uma influência de crentes – e não do credo em si.

X

O contingente que o grupo comtista trouxe ao partido republicano foi, como se vê, pequeníssimo, embora intelectualmente prestigioso. Por sua vez, o partido republicano, a 15 de novembro de 1889, não era também numeroso: compunha-se apenas, como já demonstramos, de cerca de duas centenas de pequenos nódulos, espalhados pelo País, mas agrupados mais densamente nas regiões meridionais. Os ele-

mentos políticos, na sua generalidade, dividiam-se, quase todos, entre as duas grandes organizações partidárias do Império – a facção conservadora e a facção liberal, uma e outra dotadas de poderosa organização.

Diante dessas duas sólidas massas organizadas, o Partido Republicano, que a retórica dos seus oradores dava como “forte e pujante”, fazia uma figura mesquinha: não era propriamente partido, era um esboço de partido, uma nebulosa em via de condensação. O único ponto do País em que se afetava uma estrutura menos rudimentar era São Paulo: ali o processo agregativo havia adiantado sensivelmente a sua evolução e os pequenos nódulos municipais, 48, ao todo, se federavam sob um diretório comum, com centro na capital paulista, e onde figuravam nomes que haveriam de encher mais tarde um largo período da história republicana.

No resto do País, exceto talvez no Rio Grande do Sul, era tudo incoesão, desorganização, inorganização. Os pequenos nódulos locais agiam isolados cada qual por sua conta, sem nenhum centro de coordenação comum, que lhes regulasse os planos de mobilização e a ordem dos movimentos. Tanto assim era que, até quase nas vésperas da proclamação, o Partido Republicano não tinha um chefe comum ao modo do Liberal e do Conservador. Somente em 1889, 20 anos depois do Manifesto de 70, é que os republicanos, reunidos em Congresso geral, resolveram eleger o seu chefe ostensivo – Quintino Bocáiuva, a quem defeririam a direção suprema do partido. Estavam a seis meses apenas do dia de seu triunfo – e ainda eram uma congérie de batalhadores escoteiros, agindo em pequenos pelotões isolados, à maneira dispersiva das guerrilhas!

É impossível, portanto, fugir à conclusão de que, pela ação exclusiva dessa congérie de idealistas desorganizados, seriam inexplicáveis os acontecimentos decisivos de 15 de novembro. O Partido Republicano não tinha, por esse tempo, só por si, poder para operar tamanha transformação política. O ideal, que ele propugnava, não havia ainda conquistado as maiorias populares; ao seu lado não estavam as grandes classes conservadoras; não estavam ao seu lado as figuras representativas do País. Os elementos, que por ele batalhavam, eram representados principalmente pela rapaziada inexperiente e sonhadora das escolas e careciam, pois, de prestígio político bastante para sacudir e abalar dos

seus fundamentos o velho edifício da Monarquia. Na verdade – e os dados estatísticos que exibimos bem o mostram – não tinham força sequer para porem abaixo uma oligarquia provincial.

Os republicanos, entretanto, nas proximidades do grande dia, costumavam dizer que uns com ares misteriosos, outros com franqueza aberta – que a República era certa, que a República não tardava, que a República estava próxima, que a República aí vinha – e o diziam com este acento firme e convencido de quem tem a certeza certa da posse absoluta da verdade.

Eles tinham, realmente, razão para assim se comportarem, para se encherem dessa íntima, mas transparente, segurança d'alma. Iam vencer; mas a certeza dessa vitória não lhes era dada por nenhum grande movimento da opinião nacional. Essa certeza lhes vinha da ciência, em que todos estavam, de que os truques de uma cabala feliz, tramada nos bastidores dos quartéis pelos políticos de casaca, haviam posto ao lado da ideologia republicana a arrogância e a indisciplina dos políticos de farda.

Quarta Parte
O papel do elemento militar na queda do Império

1. O EXÉRCITO E AS EXPLORAÇÕES DOS POLÍTICOS CIVIS. OS *TABUS* DE DRAGONAS E SUA FUNÇÃO. – II. EXPLORABILIDADE DO ELEMENTO MILITAR. TEORIAS TENDENCIOSAS. O “CIDADÃO DE FARDA”. – III. INCOMPATIBILIDADE ENTRE A PSICOLOGIA MILITAR E A PSICOLOGIA DOS NOSSOS PARTIDOS POLÍTICOS. CONSEQUÊNCIAS DESSA INCOMPATIBILIDADE: A APTIDÃO DEFLAGRANTE DO ELEMENTO MILITAR. – IV. EXEMPLOS DESSA APTIDÃO DEFLAGRANTE. PELOTAS E SUA ATITUDE NAS QUESTÕES MILITARES DE 1886-87. O CASO CUNHA MATOS. O CASO SENA MADUREIRA. NOVAS TEORIAS TENDENCIOSAS, ENGENHADAS PELOS POLÍTICOS CIVIS. – V. O “CIDADÃO DE FARDA” E A SUA PSICOLOGIA CONTRADITÓRIA. DEODORO E A SUA ATITUDE EM 1886-87. A MOÇÃO DO “RECREIO”: SUA SIGNIFICAÇÃO. – VI. O PAPEL DOS POLÍTICOS CIVIS NAS AGITAÇÕES MILITARES: A SUA AÇÃO INSTIGADORA. O TATO DE COTEGIPE. PULSILANIMIDADE DOS ELEMENTOS CIVIS DIANTE DA FORÇA ARMADA. OUTROS RECURSOS DE REAÇÃO: A FERIDA CRUEL E O CICATRIZANTE ADEQUADO. EBULIÇÃO MILITARISTA. OS “ARRANHÕES” DE COTEGIPE E A MOÇÃO DO SENADO. – VII. NOVOS ATRITOS. QUESTÕES SURGIDAS SOB O GABINETE JOÃO ALFREDO. ATITUDES DOS POLÍTICOS CIVIS. VIII. – REAÇÃO DE OURO PRETO. COTEGIPE E OURO PRETO: OS DOIS TEMPERAMENTOS E AS DUAS POLÍTICAS. IRRITAÇÃO CRESCENTE DOS ELEMENTOS MILITARES. CONSEQUÊNCIA: A EXPLOÇÃO DE 15 DE NOVEMBRO. – IX. OURO PRETO E SUA MENTALIDADE POLÍTICA. CONFRONTO COM COTEGIPE. O MILITARISMO E A SUA PROFILAXIA.

.



I

OS NOSSOS políticos civis sempre viram no Exército um campo a explorar em benefício dos interesses deles: os da oposição – para subirem ao poder; os do Governo para se conservarem nele. Os que estão de baixo vão aos quartéis para desalojar do poder os que estão de cima; estes apóiam-se nos quartéis para não serem desalojados pelos que estão de baixo. E tem sido esta – a de mero instrumento das ambições civis a função propriamente política do Exército em nossa história.

Esta passividade dos elementos militares é paradoxal, sem dúvida; mas é um fato. Os nossos políticos civis, psicólogos sagazes, sempre se mostraram extremamente hábeis na arte, aparentemente perigosa, mas realmente sem perigos, da domesticação dos nossos leões de farda. Está claro que, quando dizemos “domesticação”, não queremos dizer apenas a aptidão de amansá-los, mas, também, de embravecê-los. Porque, como veremos depois, os interesses da nossa politicagem sempre exigiram ora uma, ora outra dessas coisas.

Há, por isso, uma grande ilusão quando se fala em “política militar”, e “militarismo” em nosso País. Nunca houve, entre as nossas classes armadas, esse estado de espírito que constitui o militarismo, nem a sua conseqüência lógica, que é uma política militar. O nosso Exército

pode ter um certo espírito de corpo, aliás muito menos vivo do que no das velhas nações militarizadas; mas não tem, nem nunca teve, consciência de uma missão política qualquer, em contraposição às classes civis do País.

É certo que ele tem sido fator decisivo em muitos movimentos políticos nacionais, a começar pelo da nossa Independência; mas nunca agiu, em todos esses movimentos, por um impulso próprio, originado do seu próprio seio e como objetivação do pensamento de uma política de classe. Muitas vezes ele tem revelado uma certa capacidade em se deixar tomar pelo idealismo das classes civis, como no caso da Independência e como no caso da Abolição; mas pode-se dizer também que, muitas vezes, estas atitudes idealistas, que exhibe, dissimulam apenas a sua extrema receptividade às explorações e às intrigas da nossa politicagem de casaca.

Psicólogos experientes, com o faro balzaquiano das fraquezas humanas, os nossos políticos bem conhecem esta receptividade, bem sabem desse ponto de menor resistência da sensibilidade das nossas classes militares. É justamente explorando estes “fracos” da classe que detém a força, que eles nunca falharam numa só tentativa junto a elas, é que sempre têm podido fazer irromper, de improviso, das portas ameaçadas dos quartéis para o espanto cá de fora das galerias “bestializadas”, ou um bando de ovelhas, ou uma alcatéia de feras agaloadas – à vontade.

Seria injusto dizer que esta exploração inteligente e sistemática das classes militares pela politicagem civil tem sido obra exclusiva da República. Não: esta exploração vem de mais longe e – sem querermos remontar aos incidentes que marcam o advento do Período Regencial – podemos fixar o seu ponto de partida em 1870, com o retorno do nosso Exército dos campos de batalha do Paraguai. Desde esse momento, começamos a observar que os maiores e os capitães dos dois grandes partidos imperiais entram a voltar-se muito insistentemente para as nossas Forças Armadas, a lisonjeá-las, a cortejá-las, parecendo todos tomados de uma súbita paixão pela carranca severa da Minerva dos quartéis.

Liberais e conservadores passaram a descobrir desde então na Espada o melhor dos fetiches tutelares – e é de ver as finas manhas que uns e outros empregavam para arranjar para o seu clã um *tabu* de dragonas. Os liberais tiveram o seu em Osório; depois, em Pelotas, cuja im-

petuosa arrogância eles souberam explorar da maneira mais hábil. Todos nós sabemos como as atitudes, aliás de uma impertinência estridente, de Pelotas para com o Gabinete Cotegepe contribuíram para os acontecimentos, que haveriam de dar em terra com aquele Gabinete, depois com o Gabinete Ouro Preto e, afinal, com o próprio Trono.

Os conservadores, por seu lado, orgulhavam-se – e com razão – da sombra protetora que sobre eles derramava o totem da sua tribo: Caxias. Morto Caxias, a velha agremiação partidária, passado o período do luto e da inconsolabilidade, sentiu anseios de um novo amparo e começou a requestrar Deodoro. Cotegepe representou nesta nova fase a delicada função de matrona amável, de tia velha que favorece as aproximações:

“Morto Caxias e reconstituído o amuleto de Osório pela escolha de Pelotas, que o sucedera no Senado, Cotegepe, aliás o chefe mais perspicaz dos conservadores, começava a despertar a ambição de Deodoro, revelando ao Barão de Lucena os seus planos de elevar aquele que se lhe afigurava em futuro próximo ‘o nosso Caxias’, isto é, o general conservador, levando para o Senado o Conselho de Estado, o Ministério da Guerra, quiçá a presidência do Conselho, a espada valorosa, com os copos enflorados de brasões de nobreza.”¹

Neste ponto, o bravo Fonseca parecia um predestinado: seqüestrado pelos conservadores, seqüestrado pelos liberais, o foi também pelos republicanos – e já agora com o êxito sabido, numa esplêndida confirmação do princípio evangélico de que os últimos serão sempre os primeiros.

Esta aliança inteligente das figuras de mais prestígio e popularidade do Exército por meio do afago das suas naturais vaidades e fraquezas não era tudo; mas, apenas, uma operação preparatória ou acessória, uma parte apenas do grande programa de exploração sistemática das Forças Armadas, desenvolvido, como vimos, desde 1870, com inegável habilidade, pela classe dos políticos civis. Como vemos hoje na República, esses truques de tática aliciadora, com que jogavam os políticos de

1 Tobias Monteiro – *Op. cit.*, pág. 117.

então, não se esgotavam no simples fato de conseguir para o seu clã partidário um vistoso ídolo de farda; isto por si só não teria importância alguma, ou teria uma importância secundária. O objetivo capital dessas manobras estratégicas por eles desenvolvidas estava principalmente em preparar um conjunto de circunstâncias, um ambiente apto a constituir como que um campo de atritos entre as susceptibilidades conhecidas da classe militar e as atitudes políticas dos gabinetes ou de uma dada situação partidária. Estabelecido este centro de atritos, era então a vez do *totem* do clã, o poderoso fetiche de dragonas e punhos estrelados entrar em função, como agente unificador, concentrando e personalizando todas as suscetibilidades da coletividade exacerbada. Desde esse momento, toda essa mole armada, posta em movimento sob a ação de espírito de classe, passava a atuar por si mesma – pela ação material da força, ou apenas pela ação moral do pavor: e os objetivos visados pelos seus exploradores eram então alcançados na sua plenitude.

Era este o mecanismo do sistema de exploração das classes armadas, concebido, organizado e montado pelos políticos do Império e que haveria de ser, dentro em pouco tempo, o aríete com que iriam dismantelar, involuntariamente, talvez, o próprio Império. Vê-se que em nada diferia do sistema empregado pelos políticos da República. Estes continuaram aqueles; com esta diferença – que os do Império pareciam revelar uma mais sutil inteligência na seleção dos meios e dos processos a empregar.

II

Pela psicologia específica, as nossas classes armadas apareceram sempre aos olhos dos nossos políticos civis em condições admiráveis de explorabilidade – e isto porque elas constituem em nosso País as únicas classes que possuem um sensível espírito de corpo e um vivo pundonor profissional. Este espírito e este pundonor profissional estão muito longe de ter, é certo, o vigor e a amplitude que demonstram nos exércitos das velhas nações européias; mas não deixam de ser bastante vivazes para que os elementos militares se sintam perfeitamente distintos das demais classes sociais.

Depois da guerra do Paraguai, este sentimento de distinção de classe se intensificou ainda mais e repassou-se mesmo de um certo sentimento de superioridade. Então, os militares, vindos das duras provações da guerra, sentiam-se como que purificados pela grandeza e pela heroicidade da obra realizada – e tudo isto lhes dava uma arrogante convicção de serem superiores a nós outros, amolentados sibaritas de casa-ca, pela moralidade, pela austeridade, pela abnegação, como pela simplicidade e pobreza de seu viver.

Eles tinham, a princípio, e até certo ponto, razão: eram desambiciosos, eram frugais, eram pobres, e eram, por isso mesmo, honestos. É certo que depois se foram deixando contagiar, infiltrar-se dos vícios civis, e a sua desambição desapareceu, e a sua frugalidade desapareceu, e mesmo a sua pobreza desapareceu; só a honestidade não desapareceu; mas neste ponto, eles não se distinguiram em nada dos demais brasileiros, porque a honestidade tem sido aqui um belo predicado coletivo, o apanágio de um povo crescido e educado à sombra de velhas tradições patriarcais.

Como quer que seja, nos meios militares, no último quartel do Império, havia generalizada esta convicção, de fundamento duvidoso, de que os homens de farda eram “puros”, “sãos”, “patriotas”; ao passo que os civis – os “casacas”, como desdenhosamente os chamavam – eram corruptos, “podres”, sem nenhum sentimento patriótico. Daí uma certa mentalidade salvadora, engrandecida pela sugestão da caudilhagem platina, com a qual os maiores do nosso Exército, durante o ciclo guerreiro do Paraguai, haviam mantido um convívio muito íntimo. Nenhum documento exprime melhor esse estado de espírito dos nossos meios militares do que esta carta confidencial de Floriano ao seu colega General Neiva:

“10 de julho de 1887 – João Neiva – Vi a solução da questão da classe, excede sem dúvida a expectativa de todos. Fato único, que prova exuberantemente a podridão (*sic*) que vai por este pobre país e portanto a necessidade da ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe

purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido – *Floriano Peixoto*.”

Esta convicção dos nossos “cidadãos fardados” na sua pureza e incorruptibilidade, tão clara nesta confidência de Floriano, e a conseqüente mentalidade salvadora que dela se originou, não teve, por si só, força para levar as nossas classes armadas à criação e ao desdobramento de uma verdadeira política militar, isto é, de uma política exclusivista, de classe, que se epilogsse com a instituição definitiva em nosso País de uma oligarquia privilegiada, somente composta de puritanos de dragonas e patriotas de punhos agaloados. Havia muito platonismo nesta atitude mental das nossas classes militares – e é quase certo que eles não teriam saído desta atitude por um puro movimento de sua espontaneidade. Os políticos civis é que, explorando esta convicção da superioridade de classe, arrastaram os militares para esse campo perigoso, onde só operam os entreveros das nossas guerrilhas pela conquista do poder.

Para isto, eles não se limitavam a fazer com que o *tabu* militar do partido esposasse, de uma maneira ostensiva, as animosidades civis do seu clã; criaram também adrede um conjunto de teorias tendenciosas, cujo intuito era dar uma aparente justificação a certas atitudes políticas dos militares, claramente infringentes dos princípios da subordinação e da hierarquia.

Neste ponto eles revelaram sempre uma intuição muito penetrante da psicologia militar. Eles sabiam, por exemplo, que um dos mais vivos pundonores do soldado, principalmente da oficialidade, é a disciplina: um verdadeiro soldado procura sempre não infringir este princípio vital da sua corporação. Daí, em todos os militares que ingressavam na política, freqüentes “casos de consciência”, em que eles, como Hamlet, tomavam-se das incertezas angustiadas do *ser* ou do *não ser*, vacilando sobre si uma dada atitude política calhava ou não calhava com os deveres da disciplina e da obediência. Deviam ser momentos de grande angústia, realmente, estes para os verdadeiros “cidadãos de farda” – “puros”, não “podres”, “patriotas”, etc. Muitos deles deviam ter naturalmente renunciado de antemão quaisquer veleidades políticas, somente pelo receio de uma possível infração ao código da classe no tocante ao grande dever profissional.

Ora, os políticos do Império, que queriam atrair para a sua causa o prestígio e a força da espada, nunca deixaram de acudir, pressurosos, com todos os recursos da sua inventividade diabólica, a estes militares em crise de escrúpulos. No arsenal dos seus sofismas e exegezes tendenciosas, sempre souberam encontrar um lenitivo eficaz para estas conseqüências em transe, ou uma fórmula calmante para as dúvidas e as inquietações desses Hamlets de farda. Eles é que criaram com este fim – a teoria “cidadão fardado”.

Esta teoria tendia a justificar o direito dos oficiais do Exército de fazerem a sua política, ou a sua politicalha, como qualquer civil. O soldado – diziam – pelo fato de ser soldado, isto é, de andar armado de espada, ou pistola, ou carabina, não deixava de ser cidadão; era um cidadão como qualquer outro, apenas um “cidadão fardado”; tinha, portanto, o direito que assistia a qualquer outro cidadão, vestido de casaca ou de blusa – o direito de meter o nariz em política, de votar em quem quisesse e, logicamente, de estar ou não contra a política do partido do Governo.

Era de ver-se então o esforço que todos esses sofistas faziam para dissimular os perigos e as contradições dessa teoria. Eles evitavam chegar à conseqüência lógica desta tese imprudente: – desde que permitiam aos homens de farda estarem ou não contra a política do partido do Governo, logicamente não poderiam impedir que eles acabassem estando ou não contra a política do Governo e, portanto, contra o Governo – coisa sem perigo nenhum tratando-se de cidadãos de casaca, mas extremamente perigosa, tratando-se de cidadãos de farda, isto é, de cidadãos que, embora ingressando no campo trepidante da política partidária, não haviam renunciado ao direito, que os cidadãos civis nunca tiveram, ao uso cumulativo da espada, da pistola e da carabina.

No fundo, querendo criar uma igualdade, eles estabeleciam uma desigualdade. Realmente se, dando o direito de sufrágio e de elegibilidade ao “cidadão armado”, realizavam uma obra justa de equiparação entre as duas categorias de cidadãos; por outro lado, criavam, com esse aparente nivelamento de direitos políticos, uma perigosa situação de desequilíbrio entre o cidadão de farda e o cidadão de casaca, quando um conflito se abrisse entre um e outro. Porque, se este, o cidadão de casaca, tinha para ampará-lo a cana da sua bengala, aquele encontrava o seu apoio na lâmina da sua espada – e está fora de dúvida que a pequena

minoria dos cidadãos, que manejavam instrumentos de ferro, haveria de acabar fatalmente dominando a grande maioria dos cidadãos que manejavam instrumentos de pau – o que não seria justo e muito menos democrático.

Logicamente, todas as vezes que um cidadão de farda sentisse pruridos de envolver-se nas lutas dos partidos civis, o que ele deveria fazer, para uma perfeita igualdade com os cidadãos de blusa, era não só despir a farda, mas também a armadura, abandoná-las, deixando uma e outra dependuradas no sarilho dos quartéis. Somente depois desse gesto de renúncia heróica ele teria o direito de penetrar o campo da política e dos partidos civis e partilhar das crenças e das paixões dos cidadãos sem farda. Penetrando, porém, esta arena vibrante, sem despojar-se previamente do peso dos seus apetrechos de combate, o menos que poderia acontecer a qualquer destes puritanos agaloados era pôr em risco a dignidade da própria farda – e isto porque, pelo seu próprio determinismo, a paixão partidária acabaria levando-o a transformar a nobre armadura de defensor da pátria em cangaço de salteador do poder. Aliás, as próprias classes armadas podiam dar testemunho de que todas as questões políticas, em que elas se tinham visto envolvidas até então, desde o primeiro Império, tinham tido, ou tinham estado na iminência de ter, este desfecho desairoso.

O verdadeiro soldado, compenetrado da sua missão sagrada e da austeridade do seu magistério, devia ser alguma coisa comparável a um cenobita devotado à grandeza da sua Ordem: tudo o que não fosse interesse da sua classe, ou deveres da sua classe, estaria fora do horizonte das suas idéias e das suas ambições, como do campo das suas ações. Pela natureza mesma da sua estrutura e da sua finalidade, a classe a que está incumbida a defesa da Nação não pode ser, com efeito, comparada a nenhuma outra classe civil – e só nas ordens religiosas encontrar o seu símile.

Na vida das casernas, devia haver qualquer coisa que recorresse a austeridade da vida monacal. Na cabeceira de cada tarimba devia arder perenemente um lume votivo à políade da Pátria, como na cela de cada mosteiro e à cabeceira de cada monge arde perenemente um lume votivo à Divindade Crucificada. O homem que ingressasse nestas confrarias militares seria como monge guerreiro medieval: batalhando pela

sua pátria, como o Templário batalhava por sua fé; mas, como este, dotado sublimemente da capacidade das grandes renúncias e das grandes abnegações. Desde que ele, porém, carecesse desta capacidade, desde que outra ambição o atormentasse, desde que o seduzissem as grandezas que estão para além dos horizontes da sua classe, o que ele devia fazer é o que faria o monge seduzido pelas vaidades do mundo: renunciar o seu sacerdócio, romper o seu juramento, abandonar a sua Ordem. Porque “cidadão de farda”, isto é, homem da Ordem e homem do século, homem de espada e homem de partido, político-soldado e soldado-político – é, sem dúvida, uma entidade ambígua e monstruosa.

III

O conceito do “cidadão de farda” era, como se vê, uma pura concepção do racionalismo político, que fazia do direito de sufrágio uma coisa inerente ao homem, como o direito à vida ou o direito à liberdade de locomoção. Bastaria, porém, um pouco de senso pragmático da realidade e da vida para compreender que, mesmo que a razão especulativa justificasse a capacidade eleitoral dos membros das nossas classes armadas, tudo estava aconselhando a denegação deste direito aos militares e mostrando os inconvenientes da sua admissão no campo das lutas partidárias. Um pouco mais de patriotismo da parte dos políticos civis – e eles se teriam absterido, em seu próprio proveito e no do País, de defenderem esta tese perigosa.

Há, realmente, uma incompatibilidade radical entre a psicologia do militar e os princípios segundo os quais se desenvolvem as atividades dos partidos em nosso País. Esta incompatibilidade radical torna as lutas políticas, em que aparecem militares, uma fonte de atritos temerosos.

O militar tem, com efeito, por educação e por dever, o sentimento muito vivo do seu pundonor pessoal, da dignidade da sua farda e dos seus galões: a própria condição de guerreiro em perspectiva, de homem destinado a uma missão de bravura, justifica perfeitamente esta mentalidade especial. O militar tem, pois, que ser absolutamente intransigente no tocante ao seu pundonor profissional, que é o da bravura. Na vida civil, este pundonor tem uma importância secundária – e o não

poder exibir neste ponto o cinturão de ouro dos campeões nunca foi para um paisano um desaire sensível. O militar, ao contrário, tem que afastar sua personalidade de homem de arma, já não diremos a grave suspeita da covardia, mas mesmo a leve suspeita de medo ou da carência de intrepidez. É, pois, extrema a sua sensibilidade às ofensas. Consequentemente é, pois, extrema a sua reatividade às ofensas. Daí, constituir-se ele sempre, aqui, um elemento explosivo, facilmente deflagrante, quando penetra ou entra em contato com a atmosfera eletrizada das nossas lutas civis.

Estas se perfazem entre nós sob normas, em que podemos encontrar tudo, menos respeito pela dignidade pessoal dos combatentes. Nesse ambiente de paixões, só há um sentimento dominante: o ódio ao adversário. Neste código de moral, só há um dever supremo: o dever da injúria e da difamação. Nenhum princípio de nobreza. Nenhuma tradição de hombridade. Nenhuma lei de cavalheirismo. O que importa é negar tudo, mesmo os elementos de vida, ao adversário, como na *interdictio aquae et ignis*, com que os Romanos castigavam os criminosos de lesa-pátria. Cada encontro partidário, cada batalha política é um drama sombrio e pungente, às vezes sangrento, cujo epílogo é sempre a destruição moral, quando não a destruição física, do adversário. Este é sempre um inimigo, uma sorte de *out-lan*, que se deve liquidar, ou na honra, ou no corpo, a golpes de massa. Estamos ainda neste particular, vivendo uma vida de primitivos, uma vida instintiva, de homens da idade das cavernas.

Há muita semelhança da luta política em nosso povo com a luta política nos Estados Unidos; apenas com esta diferença: – que a nossa é em ponto pequeno aquilo que a americana é em ponto grande; pois os processos são os mesmos e a mesma a psicologia dos combatentes:

“Da política” – diz Nabuco, falando das suas impressões da América do Norte – “a impressão geral que tive e conservo é a de uma luta sem o desinteresse, a elevação de patriotismo, a delicadeza de maneiras e a honestidade de processos, que tornam na Inglaterra, por exemplo, a carreira política aceitável e mesmo simpática aos espíritos mais distintos. O que caracteriza essa luta é a crueza da publicidade, a que todos que entram nela estão expostos. Para a reportagem não existe

linha divisória entre a vida pública e a privada. O adversário está sujeito a uma investigação sem limite e sem escrúpulos, e não ele somente, todos que lhe dizem respeito. O político é entregue sem piedade aos *reporters*; a obrigação destes é rasgar-lhe, seja como for, a reputação, reduzi-la a um andrajo, rolar com ela na lama. A luta não se trava no terreno das idéias, mas no das reputações pessoais; discutem-se os indivíduos; combate-se, pode-se dizer, com raios Roentgen; escancararam-se as portas dos candidatos; expõe-se-lhes a casa toda como em um dia de leilão.”²

Entre nós, como aliás na América, o político civil fez-se dentro desse meio e, por isso mesmo, afez-se a ele. Criou para o seu uso e para uso da sua classe uma moral, ou melhor, uma filosofia latitudinária e conformista – e essa filosofia adorável o blindou de uma perfeita insensibilidade às sarjaduras da injúria e assegura-lhe mesmo, ao que parece, uma certa imunidade ao vitríolo da calúnia.

O militar – o “cidadão de farda” – não. Justamente por não ser um político profissional e penetrar o campo partidário apenas a título desportivo, não se resguarda preventivamente com a blindagem daquela filosofia latitudinária dos políticos civis – e é como alguém que afundasse numa caatinga sertaneja sem a armadura de couro do vaqueiro: dentro em pouco estaria lacerado, sangrando por todos os pontos, deixados nus, da sua sensibilidade.

É este justamente o lado delicado da intervenção do militar na política dos civis. Porque ele se faz homem de partido sem ter abandonado a sua moral de soldado: nele coexistem, pois, estas duas individualidades – do político e do militar. Mesmo sem farda, ele não sabe separar, nem pode, estas duas individualidades – e todo o perigo reside precisamente nesta inseparabilidade. O adotar a filosofia latitudinária do político civil seria para ele uma sorte de *capitis diminutio* moral: deixaria de ser o profissional das armas, com a sua psicologia própria, a psicologia da sua classe – e acabaria por ficar mal colocado em qualquer dos campos: os civis o desdenhariam; os militares o desprezariam. Ele é forçado, entrando para o campo da política civil, a conservar, portanto,

2 Nabuco – *Minha Formação*, págs. 159, 160, 162.

a sua moral de soldado, o seu extremado preconceito de honra. Daí o grande perigo.

Como vimos, o grande objetivo das nossas lutas políticas é o ataque aos pontos mais sensíveis da dignidade pessoal do adversário. Ora, penetrando um meio assim, sem ter previamente abandonado a viva sensibilidade do seu pundonor profissional, o militar está destinado a ser um elemento necessariamente perigoso e explosivo, tal como uma bomba de dinamite ou uma granada de mão: ao primeiro atrito, deflagrará.

IV

Nas questões militares de 1886-87 encontramos, com efeito, exemplos extremamente sugestivos disso que poderíamos chamar – a aptidão deflagrante do elemento militar, quando em contato com a atmosfera dos partidos civis.

Essas questões militares de 86-87 têm uma grande importância – porque delas é que partiu toda a dinâmica do movimento que haveria de dar, dois anos mais tarde, com o trono em terra. O Exército se achava então trabalhado por um vivo fermento de indisciplina. – “Não temos exército, e a sua disciplina é péssima” – dizia Pelotas em 1886. Pelotas citava então esta prova decisiva: em 1884, num efetivo de 13.500 homens, houve 7.526 prisões!

O movimento abolicionista, por outro lado, e também a difusão da doutrina positivista haviam induzido os oficiais a atitudes comprometedoras em relação às questões políticas em debate. Eles haviam tomado partido: estes eram abolicionistas; aqueles, liberais; aqueles outros, republicanos – e essas atitudes os levavam a freqüentes atritos com os políticos mais representativos dos partidos contrários: deputados, senadores, ministros. Nestes atritos o espírito de classe logo se revelava – e a questão pessoal tomava para logo o caráter delicado de uma questão de classe.

É o caso da polêmica entre o Coronel Cunha Matos e o Deputado Simplício de Resende. Da tribuna da Câmara, Simplício injuriara Cunha Matos, em resposta, aliás, a frases ásperas que este lhe dirigira das colunas da imprensa.

No ardor do debate, Matos avançou que o culpado de tudo fora o Ministro da Guerra (Alfredo Chaves), que, segundo ele, “errara” no despacho que dera a um relatório seu. O ministro imediatamente repreendeu o oficial indisciplinado e mandou-o prender por 48 horas. Era uma medida perfeitamente disciplinar, e o ministro, aplicando-a, não fez mais do que manter o prestígio da sua autoridade.

Mas Alfredo Chaves era um civil, ou melhor, um “casaca”. Na sua providência disciplinar, o Exército viu um endosso às injúrias atiradas pelo deputado, também “casaca”, à dignidade militar. De modo que essa repreensão, tão natural e tão regulamentar, foi como a percussão da espoleta de uma granada: feriu a “honra da farda” – e a honra da farda explodiu. O conflito pessoal generalizou-se, e fez-se conflito de classe. Pelotas, no Senado, declarou que “os oficiais do Exército deviam ver no que acabava de sofrer o seu camarada uma ofensa a todos eles feita”: “O oficial que é ferido em sua honra” – disse ele – “tem o direito imprescindível de desagrar-se.”

No momento em que formulava este princípio do código da honra militar, um outro senador aparteou com esta restrição: “Se as leis o permitirem”, tendo em mente, por certo, os preceitos de lei que proibiam aos militares discussões pela imprensa. Pelotas, porém, retrucou com enorme arrogância, em que transparecia claramente o seu desdém de militar pelos políticos de casaca:

“Eu não digo que as nossas leis o permitam; estou dizendo ao nobre Ministro da Guerra o que eu entendo que deve fazer um militar, quando é ferido em sua honra, e que fique sabendo o nobre senador de Pernambuco, que quem está falando assim, assim procederá, sem se importar que haja lei que o vede. Eu ponho a minha honra acima de tudo.”

Evidentemente, esta linguagem deve ser muito recomendável e adequada num militar, fora da política; dentro da política, misturados aos políticos, fazendo também política, ou mesmo politicalha, mas querendo para a sua pessoa imunidades que os políticos não têm, é fazê-lo um agente de irritação permanentemente, um turbulento crônico, um perturbador perigoso da ordem pública.

O caso Sena Madureira, que veio logo em seguida, é prova disto. Madureira, comandante da Escola de Tiro do Rio Grande, viera em 1886 à imprensa discutir assuntos militares, replicando a uma crítica que lhe fizera o Senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra e, como Suplício de Resende, “casaca” também. Foi repreendido, como não podia deixar de ser.

Madureira, porém, temperamento impulsivo de insubordinado recalcitrante e reincidente, não se conformou com a reprimenda. Protestou; voltou à imprensa; afirmou que estava sendo vítima de uma injustiça; e acabou requerendo um conselho de guerra. Tudo absolutamente contra os regulamentos militares e os preceitos da disciplina.

O Ministro, como era natural, indeferiu o pedido: recusou o conselho de guerra. Tratava-se de um ato administrativo do ministro, e este ato não podia, está claro, ser julgado sem quebra das leis da hierarquia, por um conselho de oficiais subordinados a ele, ministro.

O caso teria tido o seu ponto final aí: não passaria de um simples caso administrativo, se a psicologia do “cidadão de farda” não acudisse com a sua intervenção perturbadora.

Como Cunha Mattos, Madureira fora atacado da tribuna parlamentar e por um “casaca” O caso, na origem, havia sido de natureza política – porque se prendia a expansões pouco disciplinares de Madureira em favor das idéias abolicionistas. Os adversários do abolicionismo atacavam, com veemência, os partidários do abolicionismo – no que estavam no seu direito; e Madureira, abolicionista também, não podia deixar de partilhar com os demais abolicionistas desses ataques.

Madureira, entretanto, e os demais cidadãos de farda que faziam abolicionismo e outras coisas políticas, inclusive República, não pensavam assim. Eram militares, tinham lá sua honra – a honra da farda – e está claro que não podiam sujeitá-la a estas contingências desagradáveis. Na crítica azeda de Franco de Sá, eles, Madureira e os seus camaradas, não viram um desses incidentes naturais a que estão freqüentemente sujeitos os que metem o nariz em política; viram uma ofensa à honra da farda. Como o Ministro da Guerra, repreendendo Madureira, pareceu endossar a ofensa atirada da tribuna do Parlamento à classe militar, imediatamente toda ela se levantou, num movimento de solidariedade ao “camarada” agredido. O *çaimph* da classe fora profanado; era preciso de-

sagravá-lo. De modo que, de um simples caso pessoal de indisciplina, surgiu um caso mais grave, túmido de conseqüências perigosas: uma questão militar!

O grupo de oficiais da guarnição do Rio Grande, à qual pertencia Madureira, tomou a iniciativa da reação em nome da classe. Reunidos em comício, protestaram contra a atitude do Ministro da Guerra, repreendendo um oficial indisciplinado, que viera à imprensa, com infração de dispositivos expressos das leis militares, discutir as resoluções de um superior. Era um ato de indisciplina coletiva, ao qual, entretanto, o comandante das armas do Rio Grande do Sul, Marechal Deodoro, dera o seu assentimento ostensivo e confessado.

Os oficiais indisciplinados guardavam ainda certos recatos de pudor; não ousavam, por isso, exibir à luz do dia todas as cruas nudezas da sua turbulência. Procuraram então vesti-la em formas decentes de legalidade, cobrindo-a com as roupagens de doutrinas tendenciosas, que os políticos civis, alfaiates habilíssimos nessa obra de carregação, haviam cortado e costurado ao jeito das circunstâncias.

Essas doutrinas tendenciosas, engenhadas pelos políticos civis de comparsaria com os políticos militares, diziam que só era indisciplina, passível de punição, “qualquer discussão pela imprensa *entre militares* sobre objetos de serviço”. Desde que a discussão não era sobre objeto de serviço, não havia indisciplina; como também não havia indisciplina, se a discussão fosse travada entre um militar e um civil:

“Todos os agitadores políticos, republicanos ou não” – diz um historiador – “sustentavam nesta época que a disciplina militar se limitava ao serviço dos quartéis e da força em ação, podendo os oficiais proceder livremente em tudo o mais que tivesse relação com a vida pública, em que também deviam colaborar como *cidadãos fardados*.”³

Dentro dessas idéias, construíra-se uma doutrina perigosíssima, tendente a justificar todos os desmandos dos referidos “cidadãos fardados” contra os cidadãos sem farda – fossem eles representantes do povo

3 Tobias Monteiro – *Op. cit.*, pág. 139.

no Parlamento, ou funcionários públicos, investidos de grandes responsabilidades na administração, ministros, por exemplo, inclusive o da Guerra.

Na prática, entretanto, esta doutrina tendenciosa resultou num absurdo monstruoso. Desde que, nas discussões com os civis, os militares agiam como *cidadãos* e não como militares, as injúrias que porventura resultassem desses debates deviam recair logicamente sobre eles, não como *militares* e sim como *cidadãos*; mas o fato é que não acontecia assim – e os “cidadãos fardados”, quando ofendidos pelos civis, invocavam logo, como se vê das palavras de Pelotas, a sua condição de militares e passavam a agir como tais, na defesa da honra da farda e da dignidade da classe. O que tudo resumido dava nesta situação de privilégio, absolutamente odiosa: quando sujeitos ativos de descomposturas, os militares conservavam-se perfeitos cidadãos, vestidos de roupas burguesas e armados de instrumentos de pau: eram “casacas”; mas, se vinham a ser sujeitos passivos de descomposturas – o que era inevitável – para logo, num repente, apareciam metidos em galões reluzentes e armados de instrumentos de ferro: eram soldados!

V

Este caráter duplo, equívoco, bifronte dos militares políticos, isto é, dos “cidadãos de farda”, mostra-se claramente na correspondência de Deodoro com Cotegipe, trocada por ocasião da reunião de Porto Alegre.

Depois de ter interpelado Deodoro se a reunião havida se fizesse com permissão sua, Cotegipe, numa carta confidencial de 1^a de novembro de 1886, fez sentir, como veremos, a Deodoro a sua estranheza por esta atitude singular do comandante das armas do Rio Grande. Deodoro, em carta de 14 do mesmo mês, respondendo às considerações de Cotegipe, tenta justificar o comício dos oficiais indisciplinados com argumentos, em que transparece, como se vai ver, toda a psicologia bifronte do “cidadão de farda”:

“Houve motivo para tumultuosas reuniões, porque os militares” – dizia ele – “não podem, nem devem estar sujeitos a ofensas e insultos de Francos de Sá e de Simplicios, cujas

imunidades não os autorizam a dirigir insultos, nem os isentam da precisa e conveniente resposta.”

Nestas palavras, aliás dirigidas por um comandante das armas ao presidente do Conselho, de par com a frase desabrida, sente-se o desdém dos “cidadãos de farda” pelos colegas de casaca, isto é, os políticos civis. O deputado Simplício de Resende aparece ali pluralizado em muitos Simplícios, de simplicidade absoluta, e o senador Franco de Sá, ex-ministro da Guerra, ex-superior hierárquico de Deodoro, vulgariza-se em vários Francos de Sá, claramente desprezíveis.

Deodoro, como se vê, com a sua mentalidade de cidadão de farda achava que “os militares não podiam, nem deviam estar sujeitos a insultos” dos civis, com que discutiam, e certamente não via que isto era querer para os politicantes de dragonas, seus camaradas, uma situação toda especial e injusta, porque de privilégio – pois o insulto foi sempre, outrora como hoje, moeda corrente, como vimos, no mundo dos que fazem política em nossa terra.

Na mesma carta, o Marechal Deodoro procurou dar as razões desse extremado pundonor dos militares, da sua viva sensibilidade às ofensas:

“Não será amesquinhar-se o Exército, tirar-se-lhe o brio, a dignidade e o amor próprio, requisitos esses sem os quais não haverá soldados, mas sim vis, desprezíveis escravos?”

Como se vê, o raciocínio de Deodoro era o mesmo da totalidade dos “cidadãos de farda”, isto é, dos militares, que, entrando na política, não querem entretanto sujeitar-se às leis do mundo político, contrariando assim o velho preceito de que se deve ser romano em Roma...

“O Governo do Brasil” – dizia ainda Deodoro – “que, às glórias de ter, com o máximo sacrifício de dinheiro e sangue, libertado um país que gemia por causa da própria inação e da tirania do seu chefe, quer hoje juntar o ato inglório de escravizar homens ilustres, seus concidadãos, aos destemperos e fatuidades dos Simplícios, cujos sentimentos pelas galas do poder fizeram explosão, ferindo a quem tinha direito incontestável ao respeito.”

Este trecho nos revela, mais uma vez, ao vivo, a psicologia dúplice e contraditória dessa entidade híbrida, que é o cidadão de farda. Ele julga, como se vê, que a sua farda tem o “direito incontestável ao respeito” – o que é indiscutível; mas quer, com sensível imprudência, ser cidadão no mundo da política civil, mundo em que o respeito pelos adversários e, mesmo, pelos próprios correligionários nunca existiu.

Esta mentalidade contraditória é que torna o militar político um elemento perigosamente deflagrante. Esta explosividade, entretanto, não teria conseqüências sérias e ficaria restrita ao caso individual, se a solidariedade de classe não lhe desse uma irradiação temerosa.

O cidadão de farda, com efeito, não se limita a levar para a política a sua mentalidade de militar: leva também a solidariedade da sua classe; de modo que a ofensa individual se torna instantaneamente ofensa coletiva, a ofensa ao militar se faz logo ofensa aos militares. Daí a deflagração – e já agora de depósito de cordite, e não de granada apenas.

“E o que houve” – pergunta ainda Deodoro – “por causa desses insultos dirigidos contra os militares? Por parte do Exército – uma reunião calma, respeitosa e pacífica, pedindo a reparação dos direitos violados e da dignidade ofendida. A ferida foi forte, cruel e mortal e, com justa razão, sangrará enquanto Madureira e Cunha Matos estiverem sob a pressão da injustiça, de que foram vítimas. É fora de toda dúvida que os oficiais, ao primeiro insulto, ultimamente dado, tiveram resignação tal, que foram sopitados os seus sentimentos de dor; que calaram-se ao segundo, convictos de que outra reclamação não seria aceita, que importaria baixeza, e dariam a mais exuberante prova de que abandonariam o companheiro distinto, o digno irmão no campo da batalha, onde difícil é a proteção, como o abandonaram na paz, deixando-o só entregue aos embates da injustiça e da perseguição.”

Neste trecho vê-se como que o processo psíquico da generalização da ofensa irrogada inicialmente ao indivíduo, a sua socialização

por assim dizer, dando origem a uma sorte de ressentimento coletivo e, conseqüentemente, ao desdobramento temeroso da lógica sentimental da classe. Esta raciocinava assim: o Governo puniu os militares injuriados; logo, queria com isso endossar as injúrias; logo, era também inimigo.

Revoltados contra os políticos do partido do Governo, os militares acabaram, então, muito naturalmente, revoltados contra o próprio Governo.

É assim que, reunidos em comício tumultuoso, no Teatro Recreio Dramático, em número de cerca de duzentos, presididos por Deodoro e secretariados pelo insubordinado Madureira, os oficiais do Exército aprovaram esta moção, por onde se vê que o conflito havia atingido o seu clímax de incandescência:

“1ª Os oficiais de terra e mar, presentes a esta reunião, não julgam terminado com honra para a classe militar o conflito suscitado entre esta e o Governo, enquanto perdurarem os efeitos dos avisos inconstitucionais, que foram justamente condenados pela imperial resolução de 3 de novembro último, tomada sobre a consulta do venerando Supremo Conselho Militar.

“2ª Pensam também que só a cessação de qualquer medida, tendente a perseguir os oficiais pelo fato de terem aderido à questão militar, poderá acalmar a irritação e o desgosto que reinam nas fileiras do Exército.

“3ª Recorrem confiantes à augusta justiça do ilustre chefe da Nação, para pôr termo à agitação em que se acha ainda a classe militar, que só provas de resignação e disciplina até hoje tem dado.

“4ª Resolvem dar plenos poderes ao Ex^{mo}. Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, presidente desta reunião, para representá-los, junto ao Governo de S. M. o Imperador, no intuito de conseguir uma solução completa do conflito, digna do mesmo Governo e dos bríos da classe militar.”

Desde esse momento o conflito perdia o seu caráter irritante de mera indisciplina e entrava estrepitosamente na fase vibrante da beligerância.

VI

Para esta excitação tão grande dos elementos militares contribuiu poderosamente a própria psicologia dos cidadãos fardados, que, como vimos, é essencialmente deflagrante; mas também concorreu, não menos poderosamente, a ação excitadora dos políticos civis.

Estes, no fundo, sempre foram os grandes culpados das agitações militares em nossa Pátria – e nas últimas agitações que antecederam e produziram a queda do Império, pode-se dizer que a parte que eles tiveram foi principal. Neste ponto, os dois velhos partidos imperiais, a que mais tarde se deviam juntar os elementos republicanos, são réus históricos desse mesmo crime comum, que, afinal, é um crime de lesa-patriotismo.

Nesta gravitação para os quartéis dos políticos do Império, o sentimento que os impelia nunca foi um sentimento de simpatia ou de admiração pela classe militar. Quando, encaminhando-se para as casernas, agitavam ante os olhos da classe armada o pano vermelho dos direitos militares, o intuito que os levava não era nem por sombra o engrandecimento dessa classe. Iam aos bancos da Escola Militar ou às tarimbas do Realengo com o mesmo objetivo com que os caudilhos sertanejos costumavam ir ao vale do Rio das Éguas ou a Pajeú de Flores: iam aliciar cangaceiros para as suas empreitadas políticas. O que admira é que o Exército nunca mostrasse parecer ter compreendido isto...

Nas questões militares, oriundas dos atritos entre o Coronel Cunha Matos com o Deputado Simplício de Resende e do Coronel Sena Madureira com o Senador Franco de Sá, os políticos liberais, então em oposição ao Gabinete Cotegipe, desdobraram, com efeito, grande atividade excitadora. Das palavras mais inocentes de um ministro de Estado extraíram venenos mais violentos do que os dos Bórgias e com eles envenenavam todo o Exército. Para as províncias, com o intuito de impressionar as guarnições e arrastá-las a impulsos comprometedores, passavam telegramas tendenciosos contendo notícias inteiramente falsas. Uma dessas notícias, que provocou grande excitação nas longínquas guarnições do Sul, foi a de que o Governo, no intuito ostensivo de desprestigiar o Exército, havia demitido o Barão da Gávea e o General

Severiano, irmão de Deodoro, então comandante das armas do Rio Grande do Sul. Este telegrafou logo, inquirindo o que havia e, através do seu telegrama, transparece o frêmito da oficialidade sob o seu comando:

“Consta demissão tua e Gávea. Cotegipe telegrafou questão seria resolvida Conselho Supremo Militar. Ficamos, por ora, satisfeitos. Que há?”

Este Conselho Supremo Militar fora um recurso hábil, de que o Governo lançara mão para atalhar a crescente exploração partidária que os políticos adversos ao Gabinete estavam fazendo do caso Cunha Matos–Sena Madureira: – “O Governo compreendera que era preciso tirar à questão o caráter político que a oposição lhe queria dar, e o excedente que lhe acudiu, mais conciliador e mais tranquilizador das susceptibilidades militares, foi subtrair a decisão das reclamações ao juízo individual para submetê-la ao conhecimento de um tribunal – e este foi o Conselho Supremo Militar.”

Truque de estratégia política, ele mostrava que o Governo estava receoso, e transigia; mas era um recurso inteligente, e o velho Cotegipe com ele conseguira deslocar do terreno civil para o terreno militar a solução da grave questão em foco.

Os seus adversários não se deixaram, entretanto, vencer, e entraram a telegrafar para as províncias, anunciando falsamente grandes tumultos no Rio. O objetivo dessas falsas notícias era provocar nessas distantes guarnições atitudes comprometedoras, que as outras guarnições acabariam endossando por solidariedade.

Procurando contrabater esta campanha insidiosa e desfazer as agitações que ela iria provocar, Cotegipe julgou prudente passar ao Marechal Deodoro este telegrama, em que punha o comandante das armas do Sul ao corrente dos intuits políticos de todas essas mentiras telegráficas:

“Urgente – Rio – 10 de outubro de 1886 – Marechal Deodoro, comandante das armas. – Recebi seu telegrama que muito me satisfaz pelo que V. Ex^a me comunica. Pessoas inimigas da ordem, que procuram agitar a opinião em proveito próprio ou das suas opiniões políticas, contrariadas pelo efeito da deliberação do Governo, passam telegramas para as

províncias que há aqui agitação, que a casa do ministro foi atacada, etc. É tudo falso. Aqui, como aí, militares satisfeitos.
– *Barão de Cotegipe.*”

Deodoro respondeu, e na sua resposta bem se vê como o expediente engenhado pelo chefe do Gabinete havia sido eficaz na sua ação sedativa: “Há solidariedade geral oficiais. Províncias, calma e esperanças Conselho Supremo. – *Deodoro.*”

Cotegipe parecia acreditar na boa-fé de Deodoro. É de ver-se o esforço da sua fina inteligência para esclarecer o bravo Fonseca dos fins meramente políticos dos instigadores civis:

“A política e, especialmente, os partidos extremos aposaram-se da questão e enxergaram no Exército um instrumento a seus planos e paixões” – dizia ele a Deodoro, na sua carta confidencial de 1^a de novembro de 1886. “Veja-se qual a cor dos jornais que mais exaltados se mostraram, e V. Ex^a me dirá se a política tem ou não parte no movimento.”

Nesta carta, Cotegipe não se limitava apenas a abrir os olhos de Deodoro em relação ao sentido da ação dos políticos civis; também procurava chamar com habilidade o velho soldado ao terreno da disciplina, convencer delicadamente Deodoro da inconveniência da sua atitude, do que havia de contraditório no fato dele estar exercendo uma alta comissão do Governo e, ao mesmo tempo, prestar solidariedade a reuniões de protesto contra atos do Governo. Cotegipe exhibe nesta carta todos os recursos do seu tato admirável de político e parlamentar, e a sua argumentação é toda uma obra-prima de dialética e persuasão:

“Não quero apreciar as razões que levaram V. Ex^a a colocar-se à testa de tais manifestações para encaminhá-las convenientemente” – dizia ele. “Apenas observarei que, quaisquer que fossem as intenções de V. Ex^a (e estou persuadido que foram as melhores), a gravidade das deliberações tomadas em comum pela Força Armada é de tal natureza, que não podem deixar de influir de uma maneira prejudicial na disciplina do Exército. Hoje protesta-se contra os atos da primeira autoridade militar, que é o ministro da Guerra; amanhã protestar-se-á contra os dos

chefes, quer sejam generais, ou comandantes dos corpos; termos, portanto, um Exército deliberante, o que é incompatível com a liberdade civil da Nação. Reflita V. Ex^a e reconhecerá que os generais assumiram uma imensa responsabilidade, provocando ou aprovando tais manifestações.”

Cotegipe, como se vê, envolvia o gume da sua dialética incisiva em maciezas de veludo e paina. Deodoro respondeu com veemência, com arrogância mesmo, a estas palavras moderadas e polidas do chefe do Gabinete – e tal foi a vibração da sua réplica, que Cotegipe foi forçado a demiti-lo – Fê-lo, porém, com as delicadezas e cautelas de quem mexe num invólucro cheio de balas de dinamite:

“Rio, 5 de dezembro de 1886 – Exmo. Sr. Marechal Deodoro da Fonseca – Recebi a carta de V. Ex^a, sem data, em resposta à que dirigi a V. Ex^a, em 10 do próximo passado mês. Deixando de parte, por extemporâneas, as razões com que V. Ex^a justifica o procedimento oficial que teve na questão qualificada – militar –, porque não tenho esperanças de convencê-lo (meu principal fim na correspondência trocada com V. Ex^a), devo declarar a V. Ex^a que a divergência entre o pensamento do Governo e o do seu delegado de confiança é tão profunda que nenhum dos dois pode permanecer nesta posição, prejudicial em todo sentido ao serviço do Estado. Pelo que tenho o pesar de prevenir a V. Ex^a de que V. Ex^a é substituído, e virá ocupar o lugar que exercia nesta Corte. O Sr. Presidente comunicará a V. Ex^a as disposições do Governo para que sejam guardadas as atenções e conveniências à pessoa de V. Ex^a.

“A interrupção das nossas relações oficiais em nada prejudicará, espero, as de perfeita estima e consideração, com que sou de V. Ex^a amigo atencioso e criado. – *Barão de Cotegipe.*”

Cotegipe via, com a sua costumada clarividência, a borrasca que se estava adensando ao Sul, e que haveria de, dentro em pouco, pelo seu próprio dinamismo, avançar, crescer, cobrir todo o País. Havia, por isso, na sua atitude, uma tal moderação, um espírito de conciliação tamanho, que chegava a parecer timidez, se não fraqueza diante da Força

Armada. Ele sentia, naturalmente, que os muitos milhões de bengalas civis de nada valeriam diante dos poucos militares de baionetas do “Exército deliberante” – e, compreendendo a desigualdade das situações, transigia, conciliava, cedia, deixava-se mesmo “arranhar” na sua altivez. “É muito bom aconselhar: puna, prenda, corte cabeças” – dizia ele mais tarde, em confidências, e recordando os “arranhões” que sofrera; “mas, na prática, muitas vezes nos vemos obrigados a mudar para não sacrificar mais altos interesses.”

Realmente, na sua correspondência com Deodoro, este traço de moderação excessiva aparece constantemente; às vezes, quase que nos dá mesmo a sensação desolante de uma queixa magoada ou de uma imploração:

“Quando o General Deodoro” – dizia ele ainda, na sua primeira carta confidencial já citada – “revestido da mais alta confiança do Governo, assim pensa e assim procede, o que não fariam os seus subordinados? Eu e o Gabinete comigo sentimos que V. Ex^a, a que demos soma de confiança maior do que a qualquer outro funcionário, nos criasse tão sérios embaraços.”

Esta transigência, oriunda evidentemente do medo, embora vestida com as roupagens decorosas da moderação e da prudência, os políticos do Império nunca se pejaram de revelar diante dos elementos militares exacerbados. Saraiva, por exemplo, apesar da sua altivez, também não deixou de transigir diante desse poder formidando. Na sua carta a Deodoro, quando, com a demissão de Ouro Preto, foi convidado a organizar o Gabinete, é transparente o seu desejo de lisonjear a vaidade do velho cabo-de-guerra: “Encarregado pelo Imperador de organizar novo Ministério, não quero, nem devo fazer coisa alguma sem entender-me com V. Ex^a.”

Este – “nem devo” – é evidentemente excessivo. Saraiva, pela primeira vez na sua vida, dobrava a espinha para uma sutil curvatura de lisonja. Estávamos então na manhã mesma da queda do Império – e Deodoro havia levado já na sua aventura aquele mesmo trono braganti-

no que Saraiva, ingenuamente, ainda pensava salvar com a ajuda daquela espada poderosa.

É de justiça, entretanto, assinalar que os estadistas do Império não adotavam, na luta contra a militância amotinada, unicamente este processo abdicatório, de condescendência e transigência. Eles sabiam, como bons psicólogos que eram, que em toda alma, mesmo que seja a de um puritano de dragonas, há pontos de menor resistência, onde o demônio da sedução pode instilar, com êxito, os seus pecados. Daí lançarem mão, sucessivamente, ou cumulativamente, de outros processos mais práticos e, parece, tão eficazes quanto os primeiros, se não mais eficazes ainda. Di-lo o Visconde de Ouro Preto, com a responsabilidade e a respeitabilidade do seu grande nome, referindo-se aos expedientes usados pelos conservadores do Gabinete João Alfredo:

“Esqueceram-se [os conservadores] de que não foram vítimas do Exército, graças unicamente ao derivativo da expedição de Mato Grosso que, com sacrifício considerável do Tesouro, proporcionou comodidades e comissões rendosas aos mais irrequietos e turbulentos.”⁴

Havia, realmente, sido “forte, cruel, mortal” a ferida, como disse Deodoro na sua carta a Cotegipe; mas agora se está vendo que o bravo soldado se iludira sobre a gravidade da lesão: embora forte e cruel, como era natural, tratando-se de gente de epiderme delicada, a ferida não era de modo algum incurável – pois, na farmacopéia dos “casacas”, não foi difícil aos conservadores encontrar o cicatrizante adequado.

Esta atitude de medo não mostraram só os que estavam no poder e contra quem a turbulência da espada desencadeava as rajadas do seu pundonor indignado. Os próprios instigadores, os que haviam da tribuna do Parlamento ou da imprensa açulado a desordem, acabaram também tomados da surpresa, do alarma, e, por fim, do medo diante dos efeitos da sua própria obra. Daí o recuo que eles fizeram, quando viram a iminência de um golpe de força da parte do Exército amotinado. O perigo acordou-lhes a consciência patriótica: “O Partido Liberal não assalta o poder por meio de pronunciamentos militares” – dizia

4 Ouro Preto – *O Advento da Ditadura Militar*, pág. 155.

Silveira Martins no Senado. E Ouro Preto: “O Partido Liberal não poderia querer o poder pelo caminho que lhe abrissem as espadas e as baionetas do Exército: preferia o perpétuo ostracismo.”

No fundo, o que os liberais queriam, explorando as susceptibilidades militares, nada tinha que ver com os militares, nem com os direitos deles; os militares entravam em tudo isto apenas como simples instrumentos, de que os liberais se utilizavam para atingir o seu grande objetivo: forçar os conservadores a deixar o poder sob a pressão de um movimento da opinião, poderoso, embora inteiramente artificial. Eles não haviam levado em conta, porém, a tremenda potência explosiva latente na alma da classe militar – e fizeram-na deflagrar com espantosa imprudência. O resultado das suas instigações fora além do que esperavam: queriam apenas uma pressão moral, feita pela força da opinião, e o que os acontecimentos lhes estavam anunciando era, entretanto, a iminência de uma pressão material, feita pela força da espada – o que constituía uma possibilidade inquietante, fora inteiramente dos seus cálculos mais pessimistas. Daí o alarma, e o terror conseqüente.

Deodoro, com efeito, demitido do cargo de comandante das armas do Rio Grande, viera para o Rio e se fizera o centro da gravitação da questão militar. Na reunião do Recreio presidira, como já vimos, o motim dos oficiais e aceitava a incumbência de representá-los perante o Governo, na luta que travavam contra o mesmo Governo.

Essa ebulição alarmante do espírito militar não se restringia ao Rio, às suas guarnições e às do Rio Grande. Os vários núcleos do Exército espalhados pelo País estavam, na sua totalidade, tomados do mesmo espírito irrefreável de sedição. Quando Lucena foi, a pedido de Cotegepe, à casa de Deodoro para acalmá-lo e arrastá-lo a uma atitude de conciliação, o caudilho mostrou-lhe enfaticamente a sua mesa de trabalho coalhada de folhas de papel. Eram as adesões de todas as guarnições do País: – “As guarnições punham-se às suas ordens e davam-lhe poderes para obrar como conviesse.”⁵

5 Tobias Monteiro – *Op. cit.*, pág. 151.

Pelotas, por seu lado, no Senado, replicando as palavras conciliadoras de Cotegipe, transpirou ameaças por todos os poros e proferiu um discurso, rijo e cortante como um golpe de sabre:

“Peço encarecidamente ao Sr. Presidente do Conselho que reconsidere o seu ato, por amor deste País, não por satisfação a mim, que pouco ou nada valho; solva esta questão de um modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar do nobre Presidente do Conselho confiar na força armada que tem à sua disposição. Tais serão as circunstâncias, que é bem possível que ela lhe falte. Reconsidere o nobre Presidente do Conselho o seu ato, por amor deste País, e, quem sabe, se por amor das instituições.”

Era realmente um claro “estado de beligerância” que se havia constituído entre o Poder Civil e o Poder Militar. Este, como sempre, armado de instrumentos de ferro; aquele, como sempre, armado de instrumentos de pau.

Nesta situação de evidente desigualdade, o Poder Civil tinha que transigir – para evitar mal maior. Cotegipe transigiu, e o temporal amainou, pelo menos por um momento.

O Senado, com efeito, interpretando este espírito de transigência do Gabinete, e acudindo-o naquela emergência assustadora, havia aprovado a seguinte moção, em que o Poder Civil, na pessoa do Presidente do Conselho, saía com a sua autoridade *arranhada*. Vale a pena transcrevê-la, porque nela os políticos civis, mais uma vez, revelavam a sua prodigiosa fecundidade inventiva, quando defrontados inesperadamente, por uma situação de perigo:

“Requeiro que, à vista da imperial resolução de 3 de novembro de 1886 tomada sobre consulta do Conselho Supremo Militar de 18 de outubro do mesmo ano, o Senado convite (*sic*) o Governo a fazer cessar os efeitos das penas disciplinares anteriormente à resolução, impostas a militares por uso indevido da imprensa, fora do caso especificado na consulta do

Conselho Supremo, como contrário à disciplina do Exército
– R. S. – *Silveira Martins*.”

VII

Os militares teriam naturalmente arrefecido na sua incandescência facciosa, se os políticos civis houvessem cessado de espicaçar-lhes as susceptibilidades, açulando-os contra o Gabinete conservador, que, embora “arranhado”, resolvera não cair. Sob esta excitação contínua o espírito de indisciplina persistia, ora ardendo oculto, como a brasa no borralho das lareiras, ora franco, em crepitações subitâneas, denunciando a latência do incêndio interior.

Depois das questões Sena Madureira e Cunha Matos, resolvidas com a transigência de Cotegipe, outras questões, com efeito, surgiram, revelando o mesmo estado de irritação do elemento armado e a sua crescente incompatibilidade com o poder civil.

O caso da prisão do oficial da Marinha Leite Lobo bem o demonstra. Tratava-se de um oficial já reformado – o que não impediu que esta prisão, depois de ter provocado um verdadeiro conflito entre forças da Marinha e a Força Policial, acabasse gerando, sob o influxo dos instigadores civis, uma nova questão militar, e tão ardente, que teve por epílogo a retirada de Cotegipe do poder.

Os manejos liberais não conseguiram ainda desta vez substituição da situação partidária. Cotegipe saiu, mas o Partido Conservador continuou no poder com o Gabinete de 10 de março de 1888, presidido por João Alfredo. Os liberais, associados já agora claramente aos republicanos, continuaram, por isso, a soprar no borralho do militarismo, no intuito obstinado de provocar um novo incêndio, ou pelo menos, uma explosão nova.

Esta foi dar-se em São Paulo, até então imune às agitações armadas. O chefe de polícia da grande província, no cumprimento do seu dever funcional, havia penetrado no quartel do 17^o Batalhão do Exército, para atender a um conflito entre praças da força policial e praças daquele batalhão. Parece que a autoridade, ao penetrar no quartel não cumpriu todas as formalidades necessárias – e os oficiais do batalhão protestaram, julgando o caso um desrespeito à dignidade dos seus ga-

lões e do Exército. Era uma nova questão militar que irrompia. O Governo foi obrigado a demitir o chefe de polícia e fez remover para o Rio o batalhão sedicioso; mas, as manifestações calorosas que saudaram este batalhão no seu embarque, promovidas pelos republicanos dali, mostram claramente como nesta extrema excitabilidade dos elementos militares intervinha a ação instigadora dos políticos civis.

O estado de espírito das classes armadas, sob a influência dessa exploração incansável e insistente, era então o de uma susceptibilidade quase histérica. Tudo era pretexto para ressentimentos; em tudo descobria-se uma intenção ofensiva. O Governo quase que não podia agir. Os menores atos, simples medidas disciplinares, tudo se revestia dos intuitos e dos caracteres de um acinte humilhante para os bríos militares.

VIII

Nesse ambiente crepitante de irritação e cóleras é que subiram os liberais em 1889, com o Gabinete de 7 de junho, presidido pelo Visconde de Ouro Preto.

Ouro Preto trazia para o poder outro temperamento muito diverso do temperamento de Cotejipe ou de João Alfredo. Estes possuíam um feitiço mental ou moral que não permitia classificá-los com propriedade na classe dos homens que preferem quebrar a torcer. Eram políticos sagazes, maneirosos, conhecendo, como ninguém, e maravilhosamente, a tática das retiradas.

O temperamento de Ouro Preto não era absolutamente este. Havia nele um fundo de impetuosidade, que nem sempre o seu profundo sentimento de decoro e a dignidade das suas maneiras conseguiam dissimular inteiramente. Na sessão de apresentação do Gabinete, quando o padre João Manuel, combatendo o programa do Gabinete, deu o seu famoso grito: *Viva a República!* este fundo de impetuosidade do caráter de Ouro Preto detonou – positivamente detonou – numa explosão magnífica. Lendo os *Anais*, temos como que a visão cinematográfica do incidente, tão expressivo naquele instante dramático do velho regime:

“O Sr. Visconde de Ouro Preto (*Presidente do Conselho levantando-se impetuosamente e com energia.*) – Viva a República, não! Não e não! pois é sob a Monarquia que temos obtido a liber-

dade que outros países nos invejam e pudemos mantê-la em amplitude suficiente para satisfazer as aspirações do povo mais brioso. Viva a Monarquia! forma de governo que a imensa maioria da Nação abraça, e a única que pode fazer a sua felicidade e a sua grandeza!”

Não tinha Ouro Preto o tom álgido e impassível, que espalhava tanto mistério e, por isso mesmo, tanto prestígio sobre a personalidade de Saraiva, como lhe faltava a graça, chiste, a viva sedução de Cotegipe. Era um temperamento, não apenas impetuoso, mas também intrépido, desassombrado, afirmativo, de um singular aprumo na sua altivez inamolgável – e foi este temperamento que o impediu de fraquejar quando, depois de ministro, sentiu-se envolvido, de súbito, num círculo de espadas minazes, dentro do Quartel-General. Deodoro, nesta ocasião, já senhor da situação, aproximou-se dele, recordando-lhe as provações que sofrera em Mato Grosso: – “Não sofreu mais do que eu, neste momento, em que sou obrigado a ouvi-lo” – replicou com dignidade e força.

Nesse momento dramático, os seus companheiros nem sempre souberam guardar, intacta, a linha de altivez que a situação impunha: intimidaram-se, tomaram-se de pavor e tiveram mesmo alguns deles as suas fraquezas. Ele, não: manteve-se sempre altivo, digno, bravo diante da mole de espadas que o ameaçavam. Quando preso, um oficial revoltoso veio acordá-lo, gritando-lhe: “Acorde, e prepare-se, que mais tarde tem que ser fuzilado.” Ele retrucou logo, pronto e indomável na sua altivez: “Só se lembra um homem para o fuzilar, mas não para o avisar que tem de ser fuzilado. O senhor verá quem para saber morrer não é preciso saber vestir farda.”

Um homem destes, provido de uma individualidade tão forte, lançado pela Coroa de encontro à exacerbação militarista, só poderia ser o que foi: um fator agravante. O momento era de transigência, de conciliação, de concessões, para evitar mal maior – e pedia homens de outro feitio: Dantas, talvez, com a sua difusiva comunicabilidade, a sua larga cordialidade envolvente, o seu gosto da popularidade e mesmo o seu latitudinarismo no terreno dos princípios; ou, talvez, Paulino, maneiroso, discreto, cerimonioso, finamente inteligente, com o dom peregrino de

saber transigir, parecendo intransigente e ser realmente um admirável condutor de homens, dando a impressão a todo mundo de absolutamente não querer ser nada disto.

Como era de esperar do seu feitio voluntarioso e intrépido, de homem dantes quebrar que torcer, Ouro Preto trouxe para o poder um programa nitidamente articulado de reação não propriamente contra o Exército em si mesmo, mas contra o “Exército deliberante”, a que aludia Cotegipe. No desdobramento, porém, desta política, se ele agiu com a decisão, a coragem, a intuição previdente do estadista, não o fez, entretanto, com o tato e a discrição do político – e comprometeu-se de uma maneira irremediável com o elemento militar.

O plano de Ouro Preto era lógico, mas perigoso. Para ele – já que não seria patriótico reduzir a eficiência militar do Exército – o que cumpria fazer era contrapor ao Exército outro poder, tão eficiente militarmente quanto ele. Daí o seu empenho em reorganizar a Guarda Nacional, instruí-la e armá-la:

“Resolvido a firmar o seu domínio exclusivo” – disse ele, referindo-se à classe militar, e justificando o seu plano – “ele compreendeu que se a milícia cívica chegasse a receber a necessária instrução, oferecer-lhe-ia séria resistência no dia em que saísse da legalidade. Cumpria impedi-lo; daí a explosão.”⁶

Explorado pelos políticos civis, em oposição pessoal ou partidária ao Gabinete, o plano do último Presidente do Conselho da Monarquia pareceu às classes armadas um acinte, uma provocação – o que fez com que as velhas animosidades militares, em viva fermentação, recrescessem com virulência maior ainda.

Faltou a Ouro Preto o dom de saber ocultar os intuitos reais dos seus atos ou o pensamento íntimo dos seus planos; agiu às claras, num ataque frontal ao adversário temeroso. Ele era, aliás, uma natureza muito ativa e orgulhosa para essas manobras da dissimulação. Da raça dos que, ao contrário de Talleyrand, pensavam que a palavra foi dada ao

6 Ouro Preto – *O Advento da Ditadura Militar*, pág. 142.

homem justamente para revelar o pensamento, este feitio do seu caráter podia qualificá-lo para todas as situações, menos para a situação em que estava, em que cada metro quadrado de terreno a pisar, minado de perigos, como que deixava à mostra em ameaça, a ponta de uma espoleta de granada.

Com o seu temperamento franco e imperioso, Ouro Preto, realmente não sabia praticar a arte que a situação estava exigindo – de fazer vista grossa para não ver o erro, ou não punir o mal. Da sua superioridade hierárquica tinha uma consciência em grau de sensibilidade tal, que se ressentia ao contato da mais leve irregularidade ou irreverência. O episódio, larga e proveitosamente explorado pelos seus adversários, da prisão do comandante da guarda do Tesouro (ele era o ministro da Fazenda), dá-nos uma prova disto, como nos dá a sua atitude em relação ao caso de Benjamin Constant. Benjamin, diante dos oficiais chilenos e das altas autoridades públicas, fizera, na Escola Militar, um discurso inconvenientíssimo, sem atender sequer a que estava presente o Ministro da Guerra, o Conselheiro Cândido de Oliveira.

Ouro Preto interpelou o seu colega, perguntando como tinha procedido na emergência. – “Retirei-me, respondeu candidamente o interpelado, para não continuar a ouvir.” E Ouro Preto: – “Devia tê-lo preso; só assim poderia ser corrigida a falta de um oficial que se pronuncia contra os seus superiores diante deles, e ainda mais diante de oficiais estrangeiros.”

Esta atitude indisciplinar de Benjamin pareceu intolerável a Ouro Preto, irritou-o mesmo. Demitiu, por isso, o General Miranda Reis, o comandante da Escola Superior de Guerra, por não ter castigado, como devia, o oficial indisciplinado. Este ato deturpado nos seus intuitos honestos pelos interesses da oposição, constituiu, como era de esperar, um novo ponto de irritação das classes armadas contra o chefe do Gabinete.

Ouro Preto continuava, porém, a sua marcha para diante, muito retilineamente, não há dúvida; mas, estudando-o por esta época nos seus atos, a impressão que se tem é que ele parecia inconsciente dos perigos da situação que estava criando com a sua intransigência.

Demitido Miranda Reis, Ouro Preto, com efeito, voltou-se agora para Benjamin Constant no intuito de puni-lo pela irregularidade

da sua atitude. Organizou um Conselho de lentes da própria Escola para o julgar. O Imperador interveio com a sua tolerância e a sua longanimidade:

“Qual, Sr. Ouro Preto, não vá por aí. O senhor acredita no resultado deste Conselho? Lobo não come lobo. Olhe, o Benjamin é uma excelente criatura, incapaz de violências, é homem de X mais B, e, além disso, muito meu amigo; mande chamá-lo, fale com franqueza e verá que ele acabará voltando ao bom caminho.”

Ouro Preto respondeu – e a sua resposta é bem a demonstração de seu caráter altivo e enérgico:

“Mas, senhor, por aí é que não devo ir; eu sou Governo; diante de um fato público como este, não sei como me posso entender com esse oficial, antes que ele seja punido e convencido da sua falta”.

Diante da situação que se tornava cada vez mais grave, parece que Ouro Preto tentou lançar mão, ou lançou de fato, do velho recurso da dispersão. Ottoni atribuiu-lhe o pensamento de dividir o Exército, distribuindo os batalhões pelas províncias.⁷ Era este um expediente encontradiço, muito freqüentemente utilizado, de que todos os Governos lançam mão quando defrontados por questões militares, mas que só resulta eficaz quando a turbulência é local, e não geral. Ouro Preto, contestando Ottoni, negou que tivesse esse intuito e tentasse mesmo pôr em prática essa política, e afirmou que a única remoção que fizera – a do 22^a batalhão para o Amazonas – fê-la a conselho de Floriano.⁸

O fato, entretanto, é que todo o Exército estava crente do contrário – de que o chefe do Gabinete estava pondo em prática a política da dispersão, com o intuito de enfraquecê-lo, desarticulando-o na sua poderosa estrutura e afastando-o da sede do Império. Era um boato falsíssimo – diz Ouro Preto – inventado e propagado por um dos promotores da revolução de 15 de novembro, que disso se vangloriava mais tarde como “hábil e patriótico stratagema de guerra”.⁹

7 Cristiano Ottoni – *O Advento da República no Brasil*, págs. 91 e segs.

8 Ouro Preto – *Op. cit.*, pág. 135.

Ouro Preto, ao contrário de Cotegipe, não dava um só passo para destruir estas explorações e acalmar o elemento militar irritado contra ele: qualquer movimento neste sentido lhe parecia humilhante. No entanto, a sua situação era muito mais grave do que a de Cotegipe e exigia muito mais espírito, se não sentimento de transigência. Todos os seus atos, de inflexível rigor, davam azo a que os seus adversários espalhassem esses boatos deturpando-lhe as intenções mais honestas e razoáveis. Tudo servia para especulações tendenciosas, porque o ambiente era de absoluta credulidade às balelas mais extravagantes e absurdas.

Espalharam, por exemplo, que, no famoso baile da Ilha Fiscal, o chefe do Gabinete, no intento de desconsiderar o Exército, deixara de convidá-lo nos seus elementos mais representativos para aquela festividade. Era um boato inteiramente falso. Ouro Preto convidara nada menos de quarenta e cinco grandes patentes do Exército.

Espalharam também que Ouro Preto desconsiderara Deodoro, quando este voltou de Mato Grosso. Diziam que o chefe do Gabinete não visitara o referido militar. Era realmente verdade: Ouro Preto não visitara Deodoro. Mas ele explicou muito razoavelmente o fato: “Eu não o devia visitar sem que ele me procurasse.” Nada mais natural; mas a inflexibilidade de Ouro Preto, a sua altivez, o seu orgulho, dava ensejo a que nesta atitude, que em qualquer outro seria natural, se visse um acinte ofensivo – e isto foi um fator novo de irritabilidade e animosidade contra o chefe do Gabinete, como que uma nova braçada de gravetos atirada à fogueira da agitação militar.

Os excitadores civis – ou interessados apenas na queda do Gabinete, ou já preparando o caminho para a República – mostravam-se cada vez mais diabolicamente férteis na traça e na invenção dos boatos comprometedores. É assim que espalharam a balela de que o chefe do Gabinete ordenara a prisão de Deodoro e expedira ordem para o embarque de vários batalhões, no intuito de dispersar e enfraquecer o Exército. Era tudo falso, como o próprio Ouro Preto declarou;¹⁰ mas essa falsidade todo o Exército acreditou ser uma verdade genuína, e foi

9 Ouro Preto – *Op. cit.*, pág. 13.

10 Tobias Monteiro – *Op. cit.*, pág. 232.

como a pancada fatal na mina que se carregava, havia muito tempo. Deu-se a explosão: – e eis aí a conspiração vitoriosa de 15 de novembro.

IX

O que surpreende em tudo isto é a atitude do chefe do Governo diante dessa conjuração assim iminente. Era tamanho o seu desconhecimento que, só à última hora, na manhã de 14 de novembro, é que ele sentiu roçar junto de si a ameaça e teve a previsão alarmada do perigo próximo. Nada mais surpreendente do que a boa-fé com que confiava na firmeza da sua situação e na fidelidade dos elementos que o cercavam. Esta confiança palpita, tensa e tímida, nas palavras da sua entrevista com o Conselheiro Sousa Ferreira, quando este jornalista o interpelou sobre os boatos que circulavam quanto à prisão de Deodoro e ao embarque dos batalhões.

“O Sr. Sousa Ferreira” – disse ele – “mostrou-se satisfeito com as seguranças que eu lhe dava, porque, no seu conceito, tais ordens trariam as mais graves conseqüências.

– Que conseqüências?, perguntei.

– Não seriam cumpridas.

– O Governo far-se-ia obedecer.

– Não teria meios.

– Meu caro Sr. Conselheiro, já lhe afirmei e repito, que não se lembrou o Ministério de mandar prender o Marechal Deodoro, nem de fazer sair da Corte nenhum dos corpos da guarnição; mas, se as conveniências do serviço público o exigirem, não hesitarei em dar as ordens necessárias, sejam quais forem as conseqüências. Se for desobedecido, recorrerei aos batalhões que se conservarem leais, recorrerei à Marinha, recorrerei à Guarda Nacional e ao povo; em todo o caso, cumprirei o meu dever. Hei de manter o poder com dignidade, ou resigná-lo-ei.”

Esta confiança ele a conservou até à última hora, até o momento do cerco do quartel-general pelas tropas comandadas por Deodoro. Só então, diante da atitude de Floriano, que se recusou a reagir,

“compreendeu que até o auxiliar, em quem mais tinha confiado, o tinha também abandonado”.

Dir-se-ia que este homem, de tão lúcida inteligência, de uma clarividência tamanha para os outros aspectos da situação, estava inteiramente cego ao seu aspecto mais temeroso. Esta impenetrabilidade à suspeita, esta confiança absoluta nos seus auxiliares, esta maneira lisa, limpa, honesta de acreditar na lealdade alheia, honra muito os seus atributos de homem nobre e cavalheiroso, que, sabendo-se incapaz de um deslize, não pode compreender que os outros também não o sejam; mas demonstra também que, entre as suas qualidades de homem de Estado, não estava nem a intuição do caráter dos homens que o cercavam, nem o senso barométrico das variações da atmosfera política. Ele raciocinava como um geômetra da política, empregando, na solução dos problemas em jogo e no trato dos homens, uma lógica retilínea, sobre que o sentimento da conveniência ou da oportunidade parecia não exercer nenhuma influência apreciável. Quando defrontado por uma situação de embaraço, o seu modo de agir, expedito e enérgico, lembrava um pouco o do Duque de Saldanha, segundo Ramalho. O chefe luso “desatava as dificuldades com a ponta do seu sabre”; o chefe do Gabinete de 7 de junho cortava-as com o aríete da sua intrepidez.

O temperamento de Cotegipe era outro. Sutil, sagaz, agílimo, de um tato incomparável, penetrante conhecedor dos homens e mais ainda do ambiente político, Cotegipe fazia, de preferência, a guerra de escaramuças – e parece que não gostava das batalhas campais. Se fosse general, a sua tática predileta seria naturalmente a das guerrilhas. Para cortar aos seus adversários a monção de “embarcar a República em águas revoltas”, conforme a sua própria expressão, procurou amainar a procela, atirando sobre as vagas agitadas do militarismo o óleo acalmador das transigências máximas.

Ouro Preto, não: faltava ao seu temperamento a flexibilidade necessária às transações e conciliações. Nas lutas políticas, devia preferir naturalmente as batalhas campais; ao contrário de Cotegipe, não sentia nenhuma sedução por essa tática de guerrilhas, pequena e ágil, toda feita de golpes de surpresa e fugas simuladas. O seu método preferido era o do ataque frontal, direto, ao campo adverso.

Em síntese, Cotegepe adotou a profilaxia preventiva e Ouro Preto a profilaxia agressiva do militarismo. Tudo, porém, estava mostrando claramente que o que a situação continuava a exigir era a cultura intensiva e em larga escala da política sedativa de Cotegepe. Ouro Preto, dentro da lógica da sua índole voluntariosa e afirmativa, pensando salvar a Monarquia, adotou, ao contrário de Cotegepe, o método frontal e uma política de agressão; mas, a verdade é que o que resultou desta política e daquele método foi abreviar, precipitando, o advento da República.

Quinta Parte

A queda do Império

I. O MOVIMENTO DE 15 DE NOVEMBRO E A REPÚBLICA. O OBJETIVO INICIAL DO MOVIMENTO NÃO ERA REPUBLICANO. TESTEMUNHO DE PELOTAS. O PAPEL DE DEODORO. – II. DEODORO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. FLORIANO E A SUA ATITUDE. – III. O 3º IMPÉRIO. O CONDE D’EU E A SUA IMPOPULARIDADE. MEDIOCRIDADE DOS DESCENDENTES DE D. PEDRO. INVIABILIDADE CONSEQÜENTE DO 3º REINADO. – IV. O EXÉRCITO E O IDEAL REPUBLICANO. O PAPEL DOS “COLARINHOS DE COURO”. O PAPEL DOS “CADETES FILOSÓFICOS”. O QUE FOI A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. – V. DOENÇA DO IMPERADOR. O SEU REFLEXO NA OPINIÃO PÚBLICA. – VI. A QUEDA DO IMPÉRIO. O ISOLAMENTO DO IMPERADOR. O CARÁTER DE D. PEDRO E A AUSÊNCIA DE AULICISMO NA ELITE DO 2º IMPÉRIO. – VII. D. PEDRO E O SEU EXÍLIO. GRANDEZA DA SUA ATITUDE. – VIII. O SEU PAPEL EM NOSSA HISTÓRIA.

.

O

I

MOVIMENTO contra o ministério Ouro Preto, da parte dos militares indisciplinados, não teve inicialmente nenhum intuito republicano. O que se queria era dar com o Gabinete em terra, compelindo-o a demitir-se, ou compelindo o Imperador a demiti-lo. Um movimento semelhante ao operado recentemente por Mussolini na Itália e por Primo de Rivera na Espanha. Era a opinião militar que derrubava o Gabinete, já que a opinião popular não tinha forças para isto.

Inicialmente, com efeito, o movimento militar não tinha intuítos republicanos – e a prova está no depoimento do próprio Pelotas, grande co-responsável dele, e em cuja casa se deu o primeiro encontro dos conjurados:

“O pronunciamento da guarnição do Rio que deu em resultado a proclamação da República” – disse Pelotas em carta a Ouro Preto – “surpreendeu-me mais do que a V. Ex^a que dele teve aviso horas antes. Não julgava possível a República enquanto vivesse o Imperador, e daí a minha surpresa. Se de mim tivesse dependido a sua permanência como chefe da Nação, afirmo-lhe que não teria sido deposto.”

O pensamento central de Pelotas, como de Deodoro, era inicialmente a derrubada da situação Ouro Preto, cuja política de reação a tinha incompatibilizado com todo o Exército; mas não estava nos planos dos dois caudilhos a destronação do velho Bragança, que um e outro igualmente veneravam. Este ponto parece perfeitamente esclarecido com o depoimento de um dos conspiradores, Serzedelo Correia.

Serzedelo fora incumbido de procurar Pelotas para arrastá-lo a um golpe de caráter republicano. Pelotas declarou-se pronto para o golpe contra Ouro Preto, mas à proposta para o golpe contra o trono deu uma resposta reticente e dilatória: “Isso virá depois; por ora é preciso o concurso de todos os camaradas.” É claro que Pelotas repelia a proposta imprudente de Serzedelo; apenas o fazia de um modo delicado, usando de uma fórmula protelatória.

II

Deodoro também, por esse tempo, pelo menos, não pensava em dar caráter republicano ao movimento. Das suas atitudes e palavras o que se depreende é que Deodoro vacilou muito, oscilando, numa penosa crise de consciência, entre a Monarquia e a República, ou melhor, entre D. Pedro e a República.

Os republicanos assediaram Deodoro, e Benjamin teve o papel principal no trabalho de conversão do caudilho. Em 10 ou 11 de novembro reuniram-se todos eles, Benjamin, Quintino, Aristides Lobo, Glicério e outros na casa do próprio Deodoro para levá-lo ao golpe republicano. Deodoro ficou longamente hesitante. Devia ser grande a luta íntima que travou consigo mesmo – com a sua própria consciência. Por fim, a uma exortação mais veemente de Benjamin, cedeu. – “Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho, e a quem respeito muito” – disse, tomado de uma súbita onda de ternura pelo Imperante, a quem era grato e de quem era amigo. E depois, já “fixado”: – “Ele assim o quer, façamos a República.”

Sente-se dessas palavras que Deodoro assentiu em destronar o Imperador, à última hora, com dificuldade, recalcitrando, como que arrastado, vencido, cedendo à pressão de uma força estranha à sua própria vontade. Só depois da conferência de 11 com Benjamin e outros re-

publicanos é que ele resolveu imprimir ao movimento, que planejava contra o Gabinete, um sentido republicano, inteiramente fora do seu pensamento inicial.

O esforço catequizante de Benjamin fora realmente eficaz, porque, a 12 de novembro, num encontro com o então Coronel Jacques Ouryque, Deodoro parecia francamente decidido na sua adesão à República:

“Jacques, eu também fui sempre monarquista, ainda que muito desgostoso e descontente nestes últimos tempos” – disse ele. “Agora, é forçoso convencer-mos que com a Monarquia não há salvação possível para a Pátria, nem para o Exército. Já temos provas de que, depois de tudo o que fizemos, eles seguiriam a mesma senda e tratariam de aniquilar o Exército. E, demais, a República virá com sangue, se não formos ao seu encontro sem derramá-lo.”

Esta resolução, assim tão definida, parece, entretanto, que esmorecia à medida que o caudilho caminhava para o desfecho do dia 15. Dir-se-ia que Deodoro voltava de novo a vacilar sob a ação de vários sentimentos desencontrados. Esta indecisão como que persistiu até o instante mesmo do golpe de força, que haveria de derrubar o trono. Conta, com efeito, o próprio Visconde de Ouro Preto que Deodoro lhe dissera, por ocasião da intimação no Quartel-General, que “ia levar ao Imperador a lista dos novos ministros”. Ora, isto prova que, *naquele instante pelo menos*, o pensamento de Deodoro já não era o de Benjamin – isto é, da República; mas, sim o de Pelotas – isto é, da derrubada do Gabinete.

Tudo dá a entender que este estado de indecisão, esta “flutuação” moral de Deodoro continuou ainda mesmo depois de realizada a deposição do Gabinete. O golpe fora dado pela manhã – e, já pela tarde, não havia ainda nenhum ato positivo de Deodoro como indicando a proclamação da República. Os republicanos inquietaram-se, começaram a ficar apreensivos. “Dizia-se que, depois do fato consumado, os chefes do movimento militar tinham encarado a gravidade da situação e hesitavam em arcar com as responsabilidades de uma subversão do regime”.

Era tão positiva a indecisão de Deodoro, que Benjamin também se mostrou reticente quando os republicanos, chefiados por Glicério, foram em magote, até à casa de Deodoro com o fim de dissipar a

incerteza em que estavam e provocar declarações do caudilho. Recebidos por Benjamin, “este não fez nenhuma afirmação categórica e chegou a declarar que o novo Governo consultaria em tempo a Nação para que esta decidisse dos seus destinos”.¹

Os republicanos compreenderam imediatamente a realidade da situação e começaram a agir com rapidez e extrema habilidade, no intuito de evitar que a vitória accidental do seu pensamento se resolvesse num fracasso final. Com este fim acercaram-se de Deodoro e começaram a adensar em torno dele uma atmosfera poderosa de sugestões, tendentes a abalar em favor da República a sua sensibilidade de emotivo. Era Quintino, era Glicério, era Benjamin, principalmente. Sem este grupo de entusiastas e dedicados, tudo parece indicar que a República seria, a 15 de novembro, uma tentativa abortícia, com uma duração momentânea, de relâmpago – como aquele “Ministério das nove horas”, presidido por Vasconcelos.

O que parece mais provável é que no sistema de motivos que impeliram Deodoro ao golpe contra o trono, havia razões gerais, que eram as de todos os republicanos, e havia razões particulares, que só eram do caudilho da revolução. Uma dessas era a sua inimizade radical com Silveira Martins.

Deodoro tinha, com efeito, uma justificada animosidade contra o grande tribuno rio-grandense. Este o desautorara no Rio Grande e depois, quando Cotegipe demitiu Deodoro do comando das armas, moveu-lhe uma violenta campanha pelo Parlamento e promoveu-lhe mesmo a responsabilidade perante o Supremo Tribunal de Justiça.

Ora, Ouro Preto, demitindo-se, sugerira ao Imperador o nome de Silveira Martins para reorganizar o Ministério – e nos círculos militares correria o boato de que o Imperador aceitara a sugestão. O novo presidente do Conselho seria então o maior inimigo de Deodoro – e isto (Deodoro o confessou), para quem tinha em mão todos os trunfos e o apoio da unanimidade do Exército, era absolutamente intolerável:

“Na palestra amistosa e de camaradagem de outros tempos, que tive com S. Ex^a sobre o golpe de Estado de 3 de no-

1 Tobias Monteiro – *Op. cit.*

vembro, que estava na ordem do dia” – diz uma testemunha fidedigna – “entre muitos incidentes que se passaram, um bastante me impressionou. S. Ex^a, com aquela franqueza brusca, de que sabia usar em certas ocasiões, me declarou que somente cogitou da República no momento em que tivera certeza de que o Imperador mandara chamar, por telegrama, o Conselheiro Gaspar para organizar Ministério e que, aproximando-se dele, o Dr. Benjamin Constant disse: – ‘General, V. Ex^a tem o direito de dispor da sua cabeça como bem e melhor entender; mas me parece que não tem o direito de dispor das cabeças dos seus companheiros, que tomaram parte ativa na revolta contra o Governo’.

“Tais palavras (disse-me S. Ex^a) causaram-me profunda impressão, e lembrei-me que era inimigo figadal de Silveira Martins, que, organizando o Ministério era de esperar que, não só eu, mas os meus companheiros, teríamos que sofrer as conseqüências do espírito irrequieto de Gaspar.”²

Benjamin era uma natureza ardente, de convicções fortes, e devia ser também um psicólogo sagaz: vê-se bem que ele havia tido a intuição segura do lado fraco do caráter de Deodoro, a sua impressionabilidade, a sua sugestionabilidade, a fácil dissociabilidade da sua síntese mental, para falar como Janet. Deodoro era um nobre homem, de alma franca e cavalheiresca; mas, no tocante ao temperamento intelectual, pertencia àquele “tipo gregário”, da classificação de Grasset, e, como todo gregário – é de Grasset o conceito – “*isolé, il peut être solide dans ses convictions; mais un article de journal, une conférence, un meeting, le font immédiatement changer. C’est un instable, un malléable, dont le polygone se laisse très facilement désagréger et influencer par la contagion de voisins*”.³

Esse argumento – de que Deodoro, assentindo na ascensão de Silveira Martins, iria pôr em risco a cabeça dele, Deodoro, e dos seus camaradas – não encerrava nenhuma verdade, nem a menor sinceridade da parte de Benjamin; era apenas pura *mise-en-scène*, um truque melodra-

2 Max Fleiuss – *História Administrativa do Brasil*, 2ª edição, 1925, pág. 434.

3 Grasset – *La Biologie Humaine*, Paris, 1920, pág. 283.

mático, perpetrado calculadamente com o fito de criar em Deodoro este estado moral específico, a que chamam, em técnica de psicologia, a “emoção-choque”, desagregadora do polígono.

É justo reconhecer que o truque foi habilíssimo, de efeito exato, preciso, seguro – pois o próprio Deodoro confessa o estado de superexcitação, de exaltação, de impressionabilidade, em que ficou depois daquelas palavras de Benjamin.

Esse boato da indicação de Silveira Martins foi, porém, um fator de última hora, que surgiu na manhã do próprio dia 15, quando Deodoro já havia conseguido o seu objetivo principal, que era a destituição do Gabinete. Ele não nos pode dar a razão do que aconteceu antes disso, isto é, o assentimento de Deodoro à proclamação da República, a 11 de novembro, cedendo à exortação de Benjamin.

Já neste caso é preciso considerar, como elemento explicativo, um outro fator – e este fator é o próprio feitio moral de Deodoro.

Deodoro era uma natureza apaixonada, vibrante, dotada de uma grande emotividade. Basta-nos ler a sua resposta à carta confidencial de Cotegipe, quando comandante das armas do Sul, para sentirmos esta têmpera exaltada, exuberante, passional do velho Fonseca. Com um entusiasmo de fácil explosividade e uma sentimentalidade tumultuosa, Deodoro pertencia bem ao tipo das naturezas ardentes e francas, capazes de dedicações profundas, mas também de antipatias irreduzíveis.⁴

Neste ponto, diferia absolutamente de Floriano. Este era um temperamento apático e frio, uma alma com a temperatura de batráquio, cujo entusiasmo ardia sem chama; por isso mesmo, insusceptível de impulsos passionais, como incapaz de transigências ou “fraquezas” afetivas. Já Deodoro, ao contrário, com a sua viva e pronta emotividade, oscilava facilmente de um a outro pólo – entre a brandura e a cólera; cor-deiro para os amigos; para os inimigos leão – com a diferença apenas de que esse leão só tinha do leão a força, o ímpeto, o rugido, mas de modo algum a ferocidade sanguinária.

Homens deste temperamento e deste feitio, quando trabalhados pelos frios manipuladores de insídias, ou quando sob a ação de uma

4 V. *Revista Trimensal*, v. 165, pág. 274.

inteligência persuasiva e eloqüente, adquirem a passividade dos hipnotizados, movem-se para onde se os impelem, embora julgando-se sempre o centro do movimento. Desses é que se pode dizer o que de Nunes Machado disse Paraná – que são capazes de todas as coragens, menos da coragem de resistir aos amigos.

Vede Deodoro. Quando, na sua própria casa, é assediado pelo núcleo dos republicanos, a uma exortação mais veemente do seu amigo Benjamin, cede logo, incapaz de resistir à onda emotiva que o alaga, abafando-lhe todos os escrúpulos de lealismo. No dia do triunfo, também o vemos vacilar até à tardinha; mas, depois de envolvido na aura de sugestões que lhe criara o núcleo tenaz dos republicanos, vemo-lo já outro, “fixado” definitivamente, concordando com tudo, assinando tudo, consentindo mesmo em nomear seu Ministro da Agricultura a Demétrio Ribeiro, que não sabia quem era. – “Quem é este?” – perguntou. Glicério, rente dele, e ardente, soprou-lhe que se tratava de um grande homem local. E Deodoro: – “Lá só conheci Castilho, Assis Brasil e Ramiro; mas, vá lá.” E assinou o decreto de nomeação...⁵

Demais, Deodoro, justamente por esta fácil emotividade, possuía uma outra qualidade que também concorreu para explicar o seu papel no movimento. Era aquela “coragem da aventura política”, que Nabuco encontrava em Baquetano. Esta coragem Floriano não a tinha: – “Nas questões militares” – disse uma vez Deodoro – “sempre que abordei Floriano declarou-me que não se meteria em coisa alguma para derubar Ministérios.” Entretanto, Floriano desejava intimamente o resultado visado por Deodoro.

Esta diferença de temperamentos é que explica a diferença da atitude dos dois chefes militares: a atitude desassombrada de um e a atitude enigmática de outro naqueles instantes dramáticos, que antecederam o da vitória.

III

Não seria exato, entretanto, supor que Deodoro representasse o precípua papel que representou nos acontecimentos, contribuindo

5 V. Tobias Monteiro – *Op. cit.*

apenas com a sua equação pessoal. Nestas suas oscilações angustiadas de consciência, nestes escrúpulos que acabam cedendo, nessas recorrências do espírito de lealismo, ele era bem o expoente do pensamento do Exército e – mais do que isto – uma expressão simbólica do próprio momento.

D. Pedro II como que se extinguiu lentamente: diabético, a moléstia insidiosa e destrutiva ia-lhe carreando, na poliúria crescente, todas as reservas de vitalidade. Os espíritos menos impacientes, que eram a maioria do país, haviam por assim dizer combinado tacitamente que se esperasse com paciência, mesclada de carinho e veneração, a liquidação pela morte dessa grande vida – para mudarem a forma de governo: antes disso, não.

Depois disso, sim: todo mundo – os círculos civis e os círculos militares – admitia a inviabilidade do 3º Reinado. O problema da Monarquia estava circunscrito à existência do Imperador, à existência de D. Pedro II, confessavam os republicanos pela boca de Quintino. O 3º Império era, para a generalidade dos espíritos, um problema de solução negativa.

Não tendo D. Pedro descendência por linha varonil, o 3º Império seria, com efeito, o cetro nas mãos de uma mulher, dotada, é certo, de peregrinas virtudes, com todas as nobres e sublimes fraquezas do seu sexo; mas, presa pelo dever e, o que é mais, pelo coração a um estrangeiro – e era este justamente o ponto delicado do problema.

O Conde d'Eu não conseguira nenhuma popularidade, nem mesmo sequer a simpatia dos círculos políticos e sociais do País. Era ele um tipo acabado de gentil-homem, mas a quem faltava o fato preciso para entremostrear as muitas riquezas ocultas da sua alma, os seus grandes dons aristocráticos de caráter e de inteligência. Ninguém foi mais mal compreendido no seu meio do que ele; a maledicência tomou-o à sua conta para impopularizá-lo, projetando a sua personalidade na imaginação das massas, não numa imagem exata, mas numa imagem deformada e caricatural, em que não eram escassos os traços de antipatia e de grotesco. É assim que, sendo um bravo nos campos de batalha, diz uma testemunha daquela época, nunca se fez um herói estimado e consagrado pelos seus companheiros de armas; sendo um homem de maneiras simples, nunca se fez popular, um verdadeiro “mãos largas” em favor

dos necessitados, mas que passava, entretanto, pela suspeita de avareza e sordidez:

“O que era possível fazer para conquistar o título de brasileiro, ele o fez: regulamentos, projetos de lei para melhor organização do Exército e aperfeiçoamento do seu material de guerra; escolas, bibliotecas, colônias orfanológicas para a infância desamparada; tudo, enfim, quanto podia falar à gratidão das massas mais desprotegidas da sorte, ou às diversas classes da sociedade, ele planejou ou executou na maior parte. Tudo era inútil; a sua surdez, a sua incorreção de trajes, a desordem dos seus gestos, a frase gritada e travada de *rr* ásperos, a falta de esplendor nos seus palácios, a ausência de ações grandiosas e brilhantes, certo tom pretensioso no modo de tratar com os homens públicos, a sua posição, aliás, natural, de conselheiro da Princesa, recebida em todos os círculos como uma intervenção intrusa, eis aí os verdadeiros óbices a qualquer tentativa de 3º Reinado, mesmo no tempo da Monarquia. Por todos esses motivos, o Conde d’Eu jamais conseguiu ser brasileiro; foi sempre para todos – *o Francês*.”⁶

Os republicanos, como era de esperar, exploraram esta situação do príncipe consorte como o supremo argumento, o mais impressionante, contra o 3º Império – e com ele abalavam todas as consciências, mesmo dos que se mantinham, como Deodoro e Pelotas, ainda presos à velha instituição pelos laços, um tanto tênues não há dúvida, da gratidão e da veneração pelo velho monarca.

“Sim, ou não pela Monarquia” – dizia Saldanha Maranhão, no seu manifesto de 12 de junho de 1889. “O *Paço*, ou o *Povo*. O Conde d’Eu, ou a liberdade; a indignidade, ou o amor da Pátria.”

Este dilema formidável surgia, como a inscrição fatídica dos festins de Baltasar, em que se anunciava a condenação a prazo breve do 3º Império.

6 José Avelino – *Cartas do Rio* (no *Correio Paulistano*, março de 1890).

Por outro lado, os que ainda se conservavam fiéis à Monarquia, convencidos da superioridade dela e das suas instituições, e se receavam da República, de cuja experiência desastrosa o mundo platino era exemplo; estes, vendo a impossibilidade do reinado da filha, voltavam-se, ansiosos, para os jovens rebentos da dinastia; mas, reconheciam, desolados que ali também não havia ninguém. Dos príncipes da Casa Imperial – filhos de D. Isabel e filhos de D. Leopoldina – nenhum aparecia com o relevo e o prestígio de uma grande ou de uma forte personalidade, dotado com a soma de ascendência social ou política capaz de fazer-se centro de gravitação das esperanças dos que não queriam desesperar da Monarquia. Uns, muito jovens ainda, como os filhos de D. Isabel, ainda não haviam revelado por inteiro a sua personalidade; outros – como os filhos do duque de Saxe – evidentemente sem nenhum traço de caráter ou de inteligência, que os fizesse ultrapassar o estalão das mediocridades sadias para colocá-los no plano dos expoentes de uma época, ou dos centralizadores, mesmo momentâneos, das aspirações de uma sociedade.

O príncipe D. Pedro, por exemplo, segundo um seu contemporâneo:

“Tinha talento, mas não tinha espírito; tinha educação científica, mas faltava educação literária; amava as festas dançantes, mas não tinha encantos como *causeur* e era um valsista desgracioso. Ultimamente, depois da viagem à Europa, voltou mais príncipe do que foi: dava jantares, tinha uma bela instalação, adquiriu quadros originais de algum valor, bronzes de autores célebres, e estava fazendo um pouco o papel de homem do mundo. Mas, faltava-lhe a arte de atrair os homens públicos, de arregimentá-los ou arregimentar-se com eles, não conhecia a tradição dos partidos, nem as questões sociais pelo seu lado prático. Era um órfão emancipado, e não um homem público. Além disso, era uma natureza hesitante e tímida, embora tivesse caráter expansivo.”⁷

7 José Avelino – *Op. cit.*

Os amigos sinceros da Monarquia, os que a estimavam, e prezavam, porque a julgavam benéfica e superior, como Nabuco, encontravam-se assim numa situação de melancolia e desesperança: para além do curto horizonte, em que se debatia a vida do velho monarca desfalecente, não viam nada – porque viam apenas uma massa escura, densa de treva, onde não divisavam a réstia de nenhuma claridade animadora.

Tudo isto eram fatos que iam diminuindo o sentimento de apego ao Trono, mesmo entre os mais sinceros adeptos da Monarquia; que, em cada consciência monárquica, iam reduzindo a força dos motivos interiores de resistência à penetração insidiosa da idéa republicana; que, portanto, iam elaborando insensivelmente estes estados de consciência, oscilantes e dúbios – como aquele em que se achou, desde o momento da sua entrevista com Benjamin até o momento supremo do quartel-general, o caudilho da revolução.

IV

É preciso observar que Deodoro não contava com a solidariedade do Exército todo, senão na questão propriamente militar e no empenho da derrubada do Gabinete; em relação à idéa da República, o Exército, isto é, o quadro da sua oficialidade, estava dividido – e a própria resposta de Pelotas à insinuação de Serzedelo: “Por agora preciso do concurso de todos os camaradas” – bem prova que havia no Exército uma corrente favorável à Monarquia e que recusaria o seu concurso ao movimento, se este tivesse o caráter republicano.

Devemos dizer, para sermos exatos, que esta corrente era justamente a mais numerosa, e que a corrente republicana formava uma pequena minoria, embora representando o que havia de mais novo e culto na aristocracia militar da época. De um lado, estavam as espadas gloriosas, que haviam feito a campanha do Prata – o grupo dos “colarinhos de couro”, com o corpo lacerado de gilvazes e em quem a bravura comprovada supria as possíveis deficiências de cultura. De outro lado, estavam os “cadetes filósofos”, sem gilvazes nenhuns no corpo, mas tímidos de erudição, e que, não tendo pelas contingências da idade, podido bater-se nos campos do Paraguai, gastavam o seu ardor belicoso, ganhando batalhas napoleônicas dentro das salas de aulas de Estratégia e

movendo sobre a cartografia da mapoteca da escola os seus exércitos vitoriosos. Era o grupo dos “íclitos traquinas”, de uma versalhada da época.⁸

Esta fração erudita e jovem estava embebida de Positivismo – e era, por isso, republicana. O seu chefe era Benjamin Constant, que sobre ela exercia uma ascendência fascinadora.

Entre os “colarinhos de couro” dominava um certo espírito, não diremos de lealdade à Monarquia, mas, certamente, de respeito e veneração pelo Imperador, que também havia contribuído para a grandeza do triunfo nos campos paraguaios.

Estes dois grupos estavam todos unidos em torno de Deodoro, para reagir contra a política antimilitar de Ouro Preto. Este, atacando um e outro grupo, atacava todo o Exército – e foi isto que possibilitou o inesperado desvio do movimento, inicialmente dirigido contra o Gabinete, no sentido do campo republicano.

No fundo, a República não foi senão o arrastamento do grupo numeroso dos “colarinhos de couro”, chefiados por Deodoro, pela pequena fração dos “cadetes filósofos”, chefiados por Benjamin. Esse arrastamento, porém, só se deu porque nos “colarinhos de couro” o sentimento de lealdade à dinastia, pelos fatos já apontados, começava a vacilar e enfraquecer-se.

V

Para esse enfraquecimento do espírito de lealdade a D. Pedro e à sua dinastia também contribuiu outro fator – a moléstia do Imperador. O velho monarca estava então com cerca de 64 anos – e a moléstia aniquiladora ia acelerando a marcha das suas destruições. Parece que a sua vontade já se estava entibando e a sua atividade esmorecia. Cá fora, a impressão geral era que o Imperador se abandonava ao círculo reduzido dos seus comensais do Paço, e o cetro só nominalmente estava nas suas mãos. De fato, dizia-se que o poder majestático passara para a Princesa

8 A. Lepido – *Celsianas*.

Isabel, por detrás da qual agia o Conde d'Eu. Ou para o chefe do Gabinete. Ou até mesmo para o médico do Paço, o Conde de Mota Maia.

“Sua Majestade, que exerceu o poder pessoal em toda a sua plenitude” – dizia o Deputado João Penido na sessão de 17 de maio de 1889 – “está hoje em dia colocado em pólo diametralmente oposto; hoje S. M. reina mas não governa, nem administra como fazia dantes: administram por ele, governam por ele. Isto é o que está na consciência de todos e é a voz pública. Pela enfermidade que o persegue, a ação de S. M. limita-se a perguntar aos ministros: – ‘Que papéis temos para assinar?’ e assina-os sem discutir, sem dar mesmo a sua opinião. Já ouvi mesmo uma revelação mais grave, e é que neste País até senadores já foram nomeados sem que S. M. o soubesse. Nota-se mudança completa neste País. Se S. M. está bem, se se acha em estado normal, por que não se revezam junto a ele os médicos do Paço, mas só um deles exclusivamente trata de Sua Majestade? Diz-se, e eu tenho a coragem de repetir sob a minha responsabilidade, que o Imperador de fato é o Sr. Conde de Mota Maia! Sua Majestade move-se ao aceno do Sr. Mota Maia, a quem obedece como uma criança dócil e bem educada. Se o Conde de Mota Maia diz a S. M. que saia, S. M. sai; se diz que fique, S. M. fica.”

Ferreira Viana, então ministro do Império, contestou, em resposta a este discurso, que o Imperador estivesse reduzido a esta situação de fraqueza. Reconhecendo embora que o Imperador já não tinha a atividade dos primeiros tempos, podia, contudo, assegurar que ele continuava perfeitamente “na inteireza da sua alta razão e da capacidade que lhe é reconhecida e tem sido experimentada no governo do Estado”.

O certo, porém, é que a opinião corrente era de que o Imperador “não governava mais”. Era esta pelo menos a convicção dos círculos militares, como se vê da carta de Pelotas a Ouro Preto. O que era mais grave é que, para muitos, principalmente nos meios militares, o monarca de fato não era propriamente o Conde de Mota Maia, como pensava o Deputado Penido, mas o próprio chefe do Gabinete de 7 de junho – o Visconde de Ouro Preto.

Ora, reuni esta convicção de que o cetro já não se achava nas mãos do monarca, débil e quase moribundo; e mais as repugnâncias pelo 3º Reinado; e mais a ação das grandes influências gerais: a desilusão do ideal monárquico, o descontentamento pela Abolição, a relativa difusão do ideal republicano: e é fácil compreender agora as “oscilações” de Deodoro, a relativamente pequena recalcitrância com que ele cedeu à sugestão e ao arrastamento de Benjamin com a falange dos seus “cadetes filósofos”. É fácil compreender também porque o grupo numeroso dos “colarinhos de couro” não quis fazer a contra-revolução e aceitou e fato consumado da República.

VI

O golpe do Quartel-General fora uma surpresa, não dizemos já para a Nação em geral, mas mesmo para a cidade em geral. Dos habitantes desta grande capital, ninguém esperava por aquilo, ninguém sabia o que aquilo era, ninguém compreendia aquilo:

“O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava” – disse Aristides Lobo, um dos principais co-responsáveis daquele acontecimento. “Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se. O entusiasmo veio depois, quebrando o enleio dos espíritos.”⁹

Este entusiasmo, de que falava Aristides Lobo, não foi, porém, o entusiasmo do povo – e sim o entusiasmo da pequena minoria republicana. O povo, o nosso povo, se mostrou, como sempre, indiferente às formas de governo: aceitou a República, como já havia aceitado a Monarquia, como aceitaria amanhã o regime bolchevista, ou o fascismo italiano.

Neste ponto, os promotores da jornada de 15 de novembro foram realmente felizes. Ninguém, com efeito, acreditava, senão eles, no milênio republicano; e, por isso, nenhum deles poderia ter o pressentimento melancólico de Lendru-Rollin, quando dizia a Lamartine, no ins-

9 V. Cândido Teixeira – *Op. cit.*

tante mesmo do triunfo: “Amigo, vamos para o calvário.” O nosso povo, como já vimos, não havia criado o ideal da República não podia, pois, como os cidadãos franceses do 3º Império, pedir contas aos que os iludiram, para crucificá-los no calvário do seu desapontamento indignado.

Descendo do trono, do alto do qual dominara durante cerca de meio século, D. Pedro achou-se só, isolado. Naquele momento angustioso, junto dele só se encontraram apenas os membros da sua família, e dois amigos: o General Miranda Reis e o Visconde da Penha; mais ninguém. Lá fora a adesão geral, mesmo dos conservadores emperrados, chefiados por Paulino e Francisco Belisário:

“Todos estão conformes com o que se passou” – escrevia ainda José Avelino – “e os últimos e dedicados amigos da Realeza deposta, ao apartarem-se do Imperador, vinham pressurosos e chorosos para as suas antigas oficinas de trabalho dizer: O que está feito, está feito. Pensar em restaurar a Monarquia seria um erro (e a Monarquia estava ainda no porto); vamos cuidar da República e da Pátria. Isto mesmo escreveram todos os antigos estadistas, quando consultados pelo ilustre redator-chefe do *Correio Paulistano*, ainda mesmo aqueles que foram pessoas efetivas da Casa Imperial e móveis do seu uso constante.”

Nada mais singular do que este isolamento, em que se encontrou o grande monarca no momento da sua queda. Isto vinha muito do temperamento de D. Pedro, da sua retidão, da sua imparcialidade, do seu senso justiceiro, da sua inacessibilidade ao espírito de compadrio e de corrilho. Ele era bem o varão justo das Escrituras – e era também o varão sábio: e um e outro desses atributos podem gerar a admiração, mas não geram nunca a amizade. Esta só se dá aos grandes, quando eles misturam à grandeza da sua glória um pouco do barro escuro, das nossas humanas fraquezas e, à maneira das divindades gregas, sabem ser, ao mesmo tempo, deuses e homens. Há quem dê a sua vida por César, Napoleão ou Bismarck, homens de facção, homens de violência, homens de peia; mas ninguém há que o faça por Platão, Kant ou Pasteur. D. Pedro pertencia a esta última classe, era também espécime dessa fauna admirável e escassa, de onde saem os santos, os sábios e os varões justos. Daí o seu isolamento.

Ele não soube formar em torno de si uma camarilha de cortesãos – e isto porque nunca exigiu de nenhum dos seus auxiliares mais íntimos, como nunca exigiu dos seus ministros, nenhum ato de abdicação, nenhuma mostra de servilismo, nenhuma prova de cortesanie. Os homens de governo, com quem trabalhou na administração do País durante o longo período de meio século, não se sentiram na necessidade de ser áulicos para ganharem a sua confiança segura, honesta, chã e, algumas vezes, como no caso de Saraiva e Paraná, ilimitada.

O que dá a medida exata da elevação do caráter de D. Pedro é justamente o fato de que os políticos, que passariam por áulicos, como Sepetiba, Paranguá ou Bom Retiro, nunca tiveram grande prestígio, nunca tiveram mesmo a preferência da Coroa todas às vezes em que se fazia preciso ouvir uma palavra de conselho. Paraná e Saraiva, por exemplo, eram homens de altivez inflexível – e foram, cada um no seu tempo, entretanto, centros poderosos de força política e governamental. O caso de Paraná é expressivo. Nenhum homem recebeu mais prestígio da Coroa do que ele: foi, no tempo do seu domínio, uma sorte de 2º imperador, e a Coroa nunca lhe negou a confiança. Entretanto, este homem nunca foi áulico. “Paraná” – é o próprio Imperador que o diz, anotando um trecho de Tito Franco – “Paraná não se curvava.” E, como Paraná, todos os outros – e nem por isso desmereceram um instante da confiança da Coroa.

Estes auxiliares de D. Pedro no governo do país e no Conselho de Estado não deixavam apenas de curvar-se à vontade do Imperador, não lhe rendiam mesmo outras homenagens senão as que eram compatíveis com a sua altivez e dignidade. Todos eles faziam timbre de não ser cortesãos – e, apesar disso, nunca se sentiam caídos em desgraça.

Este fato é tanto mais significativo, quando por aquele tempo, como hoje, todo o prestígio político vinha da Coroa, e de mais ninguém:

“Quando alguém parece ter força própria, autoridade efetiva, prestígio individual” – dizia Nabuco, em 83 – “é porque lhe acontece neste momento estar exposto à luz do trono: desde que der um passo, ou à direita ou à esquerda, e sair daquela réstia, ninguém mais o divisará no escuro.”¹⁰

10 Nabuco – *O Abolicionismo*, pág. 197.

Neste ponto, é sensível o contraste entre o pai e o filho. Este nunca teve camarilhas de favoritos; aquele perdeu-se justamente por deixar-se cercar por uma destas camarilhas, a que deu confiança, prestígio, força. Os ministros do filho, ao contrário, os homens que serviram no seu governo, não freqüentavam o Paço, faziam mesmo alarde disso e D. Pedro nunca lhes levou a mal esta atitude.

Justamente por este desprendimento de D. Pedro é que se generalizou o hábito de se manterem ausentes do Paço os homens de mais prestígio, mesmo os que colaboravam com ele no governo: – “Nunca vaguei pelas imediações dos Paços da cidade, nunca me fiz, como o Sr. Ottoni, encontradiço na Estação de Petrópolis, para me exhibir em palestra augusta. Tampouco freqüentei o Palácio Isabel” – disse Ouro Preto, replicando sarcasticamente a Cristiano Ottoni, que lhe havia feito uma insinuação de aulicismo.

Como Ouro Preto, todos os outros ministros do Imperador evitavam o Paço, fugindo à suspeita de serem áulicos – e o Imperador não se ressentia disso. Nabuco, na fase de sua maior popularidade, mesmo sabendo que o Imperador estava com as suas idéias favoritas: a Abolição e a Federação, nunca foi ao Paço, para saudar o homem generoso, que também partilhava dos seus ideais – e Nabuco teve sempre, como sabemos, o gosto da proximidade e da simpatia dos grandes homens:

“Nunca o oficialismo me tentou, nunca a sua deleitação me foi revelada; nunca renunciei a imaginação, a curiosidade, o diletantismo, para prestar sequer os primeiros votos de obediência; só vi de muito longe o véu jacinto e púrpura do *Sanc-tum Sanctorum* – (tão de longe, que me pareceu um velho reposteiro verde e amarelo) – por trás do qual o Presidente do Conselho contemplava sozinho, face a face, a majestade do Poder Moderador.”¹¹

Os que, como Bom Retiro, contrariavam esta tendência geral e se achegavam mais do Paço, freqüentando-o com mais assiduidade ou mesmo partilhando das intimidades reais, eram seteados de epigramas, em cujas feridas havia a pungência do ridículo e do sarcasmo:

11 Nabuco – *Minha Formação*, pág. 35.

- Bom Retiro?
- Senhor!
- Que horas são?
- As horas que Vossa Majestade quiser.

De onde se vê que a “luz do trono”, a que aludia Nabuco, só iluminava aqueles que não se aproximavam demasiado do foco luminoso. Como que o Osíris imperial mergulhava na sombra os que lhe beijavam a fímbria do manto resplandecente.

Este traço do caráter de D. Pedro explica muito o isolamento em que ele se achou no momento da sua destronação; mas, não é esta a causa única explicadora. Também contribuiu para isto a insuficiência ou fraqueza do sentimento monárquico nas tradições do nosso povo. Nós, realmente, nunca partilhamos da crença no direito divino dos reis. Nunca nos educamos sob a disciplina de autocracias coroadas. O princípio monárquico nos chegou, quando já começava a ser despojado da sua auréola de santidade. O rei já não era, quando nos tornamos uma nação, o “ungido do Senhor”, diante de cuja majestade todas as faces se abatiam ao raso do chão, como diante de um deus; era, ao contrário, um privilegiado, cujo privilégio era discutido, combatido, negado.

O sentimento monárquico existiu sincero, puro, consciente antes da Independência e principalmente durante os primeiros séculos coloniais; mas, depois da Independência, foi essencialmente um sentimento da elite, uma elite diminutíssima, já o dissemos uma vez,¹² composta de um pequeno número de homens, em cujo cérebro lampejava o gênio político. Essa pequeníssima elite possuía em alto grau aquilo que Nabuco chamava a “impenetrabilidade à aspiração republicana”, porque tinha a lúcida consciência do insubstituível papel que a instituição monárquica representou e devia representar na vida política da nacionalidade. Felizmente para ela, esta elite tão reduzida teve sempre ao seu lado, pela elevação do espírito do Imperador, a força do poder político.

O resto dos elementos que faziam política, o grosso dos dois partidos, seja o quadro da oficialidade, seja a turba multa da soldadesca,

12 V. Oliveira Viana – *Populações Meridionais do Brasil*, cáp. XX.

esses oscilavam, como já observava Ferreira Viana, entre a lisonja e a detração – lisonja quando o Monarca os chamava, detração quando os despedia; mas nenhum sinceramente amigo da instituição que ele encarnava – à maneira do cidadão inglês para com a pessoa veneranda do seu Rei, ou do samurai japonês para com a resplandecente divindade do seu Mikado.

VII

Com todos esses grandes e pequenos elementos de negação, o Império não podia deixar de ter o fim melancólico que teve. Merecia, no seu ocaso, ter o esplendor flamejante e a grandeza tranqüila de um belo poente de verão e, entretanto, não teve nenhum desses traços de beleza épica que, de costume, acompanham a queda dos Impérios: o rumor e o brilho das espadas que se entrebatem e lutam, ou o clamor das multidões enfurecidas que apedrejam e ululam. Terminou, ao contrário, muito prosaicamente, e de súbito. Do Paço, de onde dominara durante meio século, o velho Imperador, abatido pela moléstia, mas nobre ainda no seu porte majestoso, saiu, não sob a claridade da luz meridiana, mas dentro da noite, sob a escuridão protetora de uma alta madrugada, como um criminoso que se foragisse – e foi às pressas que embarcou no pequeno navio, que o haveria de levar para as tristezas do exílio irrevogável.

“Não sou negro fugido. Não embarco a esta hora” – protestou pela última vez, conformado com o destino, mas ainda cioso de manter, na queda, a sua dignidade majestática. Não o atenderam. Obedeceu, e embarcou. No fundo não levava nenhuma desilusão, senão a experiência da ingratidão dos homens. Esta mesma ele, na sua magnanimidade, parecia ter perdoado: não teve uma palavra só de censura para ninguém, uma só recriminação, um só desabafo de desespero, ou de cólera, ou de mágoa: nada.

Os que o contemplaram neste momento surpreenderam-se ante a sua calma estóica, a serenidade da sua atitude, a grandeza impressionante da sua resignação. “É a minha aposentadoria. Já trabalhei muito, e estou cansado; irei descansar” – disse, numa confissão tranqüila, e todo ele, o seu espírito, a sua consciência, o seu sentimento do mundo estavam nestas palavras confidenciais. O sábio, o justo, o filósofo, que

existiam nele, reapareciam para brilhar na plena luz daquele dia fatal: o rei, o político, o homem de Estado que sempre foram expressões secundárias da sua personalidade, desapareciam inteiramente.

“Oh, ele conservava-se o mesmo homem, pairando sempre à mesma altura, e esteve assim até o último momento em que o vi!” – disse, cheio de admiração, o comandante do navio que o transportou.

VIII

Passado aquele “enleio dos espíritos”, da confissão de Aristides Lobo, a nova ordem de coisas começou a ser aplaudida. O novo Governo tinha homens de eloquência e imaginação que haviam conseguido suscitar nas almas incrédulas as esperanças da Idade de Ouro de Saturno. E o velho Imperador foi esquecido.

Hoje, porém, depois de mais de trinta anos de vida republicana, ele começa a ser lembrado. Nascida dentro da República, sem compromisso nenhum com as gerações da propaganda, a geração atual não partilha nem das suas idéias e, muito menos, dos seus ódios. E começa a fazer a justiça merecida ao grande Imperador.

Ele, certamente, não teve nem gênio político, nem gênio militar. Não era um estadista, nem um guerreiro. Era um contemplativo, era um sábio, era um justo.¹³ Era talvez daquele tipo de homens, da alusão de Brandés, “em quem o gênio da bondade se manifesta”: – “*Ceux qui exercent plus d’influence par leur être par leurs actions, les êtres nobles, grandement bons, en qui le génie de la bonté se manifeste.*” Há quem veja nele um filósofo, à maneira antiga; há quem, por isso, o compare mesmo a Marco Aurélio (e seria, neste caso, o Marco Aurélio dos trópicos).

Certo, ele teve, como Marco aquela *infantia gravis*, de que fala Capitolino¹⁴ mas, Marco era um estóico, afeito ao *abstine et sustine* da

13 Esse sentimento da justiça transparece em todos os atos do Imperador, principalmente na maneira imparcial e superior com que ele se julgava a si mesmo e aos homens que o cercavam. Quando esteve em visita a Victor Hugo, este perguntou-lhe se não receava deixar o trono por tanto tempo: – “Não”, respondeu D. Pedro; “os negócios fazem-se muito bem na minha ausência; há na minha terra tantas pessoas que valem tanto ou mais do que eu.”

14 V. Max Fleiuss – cap. I das *Contribuições para a Biografia de D. Pedro*.

regra de Zenon e de Epíteto, quase que um cético, uma sorte de Eclesiastes latino, “*blasé sur toutes les joies sans les avoir goûtées*”, como disse Renan – e não cremos que D. Pedro fosse propriamente isto.

O que parece mais próximo da verdade é que D. Pedro, apesar da sua grande cultura, não chegou a ter uma alta visão filosófica do mundo e da vida. Realmente, ele estava mais próximo de Antonino Pio do que de Marco Aurélio. Se era filósofo, seria, não como Marco, mas como Antonino, “*sans le dire, presque sans le savoir*” – e o seu “Nunca desejei o mal” bem pode ser comparado ao *Aequanimitas* antoniniano.

O ângulo, porém, sob que devemos ver o velho Imperador, para vê-lo melhor, na exata medida da sua grandeza, não há de ser o das suas idéias gerais ou o do gênio; há de ser do caráter. Dele é que se poderia dizer, parafraseando o que Boissier disse de Julius Graecinus, pai de Tácito, que, se era um sábio e um filósofo, era antes de tudo um homem de bem. Há de ser sob este aspecto – como a mais alta revelação da nobreza moral da nossa raça e da nossa gente – que D. Pedro há de viver na memória das gerações futuras, como já está vivendo na memória das gerações de agora.¹⁵

Homem de bem, ao modo antigo, ele tinha o claro idealismo latino da Verdade, da Justiça e da Bondade. Se não pôde dizer, como Péricles, que a melhor coisa da sua vida era que nenhum Ateniese tomara luto por sua causa, poderia, entretanto, repetir com justiça aquelas estrofes do *Carmen seculare* horaciano, consagradas à glória do reinado de Augusto:

Jam Fides et Pax et Honos Pudorque
Priscus et neglecta redire Virtus
Audet apparetque beata pleno
Copia cornu.

No meio da presente ferocidade dos partidos, que se digladiam pela conquista do poder e avermelham do sangue mais generoso os quatro cantos da nossa terra, é que podemos aprender como era benéfica a sua ação moderadora, a ação do seu espírito cheio de tolerância e equa-

15 Cf. Afonso Celso – cap. XI das *Contribuições para a Biografia de D. Pedro II*.

nimidade. Com uma perspectiva bastante ampla para podermos medir com justiça a grandeza do seu espírito e do seu reinado, bem sentimos hoje quanto foram injustas para com ele as gerações, no meio das quais viveu. Ele não foi compreendido senão por um pequeno grupo de algumas raras almas delicadas. Os políticos julgaram-no sempre mal – e sente-se que, no fim da sua vida, ele já se achava tomado da fadiga, cansado de chamá-los improficuamente para o lado da tolerância, da imparcialidade e da justiça. Este cansaço, entretanto, ele, felizmente para nós, nunca o confessou enquanto deteve em suas mãos o símbolo da soberania.

Nós, os de agora, lhe somos gratos pelo seu esforço indefeso de meio século em favor da bondade, da justiça e da paz. O juízo que lhe fazemos hoje, dele e do seu reinado, é que ele, como nenhum outro brasileiro, bem mereceu da Pátria.

Os homens daquele tempo, os do seu tempo, parece que não pensavam assim. Decaído do poder, não teve uma só espada que se quisesse sacrificar por ele, uma só classe que quisesse lutar por ele, um só grupo político que o quisesse acompanhar na queda, senão o grupo reduzido dos que formavam o governo deposto. Deixaram-no partir em silêncio, só. Nem uma palma agradecida. Nem um rumor breve de aplauso. Nem um só grito de protesto. E, no entanto, nenhum rei, como ele, fazia jus àquela glorificação ardente contida nas palavras de Isaías:

“Porque vós saireis em alegria e sereis conduzido em paz; os montes e os outeiros cantarão diante de vós cânticos de louvor e todas as árvores do país baterão com as mãos dando aplausos.”

O Ocaso do Império, de Oliveira Viana,
foi composto em Garamond, corpo 12, e impresso
em papel vergê areia 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria
Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília.
Acabou-se de imprimir em agosto de 2004, de acordo com o
programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial
do Senado Federal.